



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JULIANA DA ROCHA E SILVA

A CONCEPÇÃO DE *ENSINO SOB MEDIDA* NA OBRA
“HYGIENE MENTAL E EDUCAÇÃO” (1927), DE LUIZ
ANTONIO DOS SANTOS LIMA

NATAL/RN
2013

JULIANA DA ROCHA E SILVA

**A CONCEPÇÃO DE *ENSINO SOB MEDIDA* NA OBRA
“HYGIENE MENTAL E EDUCAÇÃO” (1927), DE LUIZ
ANTONIO DOS SANTOS LIMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Basílio Novaes Thomaz de Menezes.

NATAL/RN
2013

Catálogo da Publicação na Fonte.

UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Silva, Juliana da Rocha e.

A concepção de *ensino sob medida* na obra “Hygiene Mental e Educação” (1927), de Luiz Antonio dos Santos Lima / Juliana da Rocha e Silva. - Natal, RN, 2013.
149 f.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Basílio Novaes Thomaz de Menezes.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Educação.

1. Educação completa - Dissertação. 2. Higiene Mental - Dissertação. 3. Educação sob medida – Dissertação. 4. Práticas de higienização - Dissertação. 5. Mentes escolares - Dissertação. I. Menezes, Antônio Basílio Novaes Thomaz de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 37.02

JULIANA DA ROCHA E SILVA

A CONCEPÇÃO DE *ENSINO SOB MEDIDA* NA OBRA “HYGIENE MENTAL E EDUCAÇÃO” (1927), DE LUIZ ANTONIO DOS SANTOS LIMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Basílio Novaes Thomaz de Menezes.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Antônio Basílio Novaes Thomaz de Menezes
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof^a. Dr^a. Heloísa Helena Pimenta Rocha
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Prof^a. Dr^a. Marlúcia Menezes de Paiva
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof^a Dr^a Maria Arisnete Câmara de Moraes
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Natal, 05 de agosto de 2013.

À Laurinda, mãe querida, cujos incentivos e garra me empurraram pra frente quando muitas vezes me vi incapaz de andar.
Ao Patrick, meu companheiro de vida, pelo ombro sempre disponível e por torcer – muitas vezes, até mais do que eu – para que este trabalho se concretizasse.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela sabedoria e bondade infinitas e por permitir que pessoas tão especiais aparecessem para iluminar o meu caminho.

À minha mãe, Laurinda, pela guerreira que é e por lutar com tanto afinho para que eu chegasse até aqui. Obrigada pela pronta disposição em ajudar e por sonhar comigo que a conclusão desta dissertação um dia chegaria. Sem o seu apoio, nada disso seria possível.

Ao meu esposo, Patrick, pelo apoio, pela compreensão, pelo consolo, pelas palavras de incentivo. Obrigada por acreditar em mim e por pactuarmos que nos tornaríamos mochileiros *hippies*, caso tudo desse errado. É muito melhor compartilhar essa conquista ao seu lado.

Às irmãs Célia e Márcia, pelo apoio, mesmo que vindo de tão longe.

Ao “seu Ivo”, por todo o carinho e extensas conversas. Sei que o apreço que sentimos um pelo outro não se justifica numa mera existência. Obrigada por me adotar como filha e se fazer mais “meu” do que “seu Ivo”.

Ao professor Basílio, por acreditar na minha capacidade quando eu ainda era bolsista de iniciação científica. Obrigada pelas orientações, pelos conselhos, pelos momentos de paciência. Obrigada pelos momentos de impaciência, também, e pelos puxões de orelha, pois eles me engrandeceram. Agradeço pela amizade que construímos e espero que ela continue a se estender para além dos muros da universidade.

À professora Marlúcia Paiva, por ser a responsável pelo meu enveredar no caminho da pesquisa científica. Foi pelo seu convite que eu me tornei bolsista ainda durante a graduação. Agradeço pela confiança, pela alegria, pelas orientações, pelos conselhos e consolos.

Ao professor Walter Pinheiro, por se juntar ao time dos que acreditam na humanidade. Existem pessoas que vieram ao mundo para deixar tudo mais bonito, mais alegre, mais leve; você é uma delas. Obrigada por compartilhar comigo momentos de sorrisos e por me fazer ver que o choro também tem o seu lado bonito.

À professora Marta Araújo, por toda atenção com que lia os trabalhos da disciplina Educação Brasileira – e por todo o rigor da sua correção – e pela atenção

durante as conversas pelos corredores da universidade. Hoje percebo quão proveitosas suas orientações foram para a minha formação profissional. Obrigada por essas contribuições.

À professora Heloísa Helena, por me empurrar pra frente no momento em que eu tanto titubeei em andar. Obrigada pelo incentivo e pelas palavras amigas; elas foram cruciais para que eu tivesse coragem para enfrentar novos desafios.

Aos professores que estiveram presentes nos seminários de dissertação, pelas contribuições que deram para que este trabalho fosse concluído.

Aos colegas de pós-graduação, em especial ao Alexandre, por partilhar as dificuldades, os medos, as ansiedades da vida de pós-graduanda.

Aos meus amigos *nerds*, por todos os convites que me fizeram para sair nos finais de semana, por toda a compreensão (e incompreensão) que tiveram quando os recusei porque tinha que estudar. Obrigada pelas risadas, pelas pipocas, pelas conversas; enfim, por deixarem a minha vida de mestranda menos difícil.

À Capes, pela bolsa concedida.

Aos tamarindos que encontrei na colheita, pois foram eles, principalmente, que me fortaleceram.

A tudo e a todos, muito obrigada!

“Por vezes, sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.”

Madre Teresa de Calcutá

RESUMO

Esta dissertação examina a concepção de *ensino sob medida* proposta pelo médico e educador potiguar Luiz Antonio dos Santos Lima, em sua tese de doutoramento “Hygiene Mental e Educação”, publicada no ano de 1927. Para tanto, partimos da hipótese de que esse pensador apropriou-se de parte da teoria educacional formulada por Édouard Claparède – especificamente, dos conceitos de *ensino sob medida* e *educação completa* pensados pelo suíço – e, considerando a realidade social brasileira do início do século XX, ressignificou esses conceitos, adaptando-os ao contexto do país. Para a execução do proposto, optou-se pelo estudo bibliográfico, no qual foi feito o aporte teórico da investigação, tendo como referência os autores cujos estudos remetiam ao momento histórico brasileiro do final do século XIX e início do século XX, nosso recorte temporal. Quanto à compreensão e tratamento metodológico do discurso, tido como socialmente construído, aderiu-se ao enfoque analítico das postulações foucaultianas, nas quais a sociedade disciplinar é analisada a partir das relações de poder e saber nela existente. A principal fonte de pesquisa foi a obra “Hygiene Mental e Educação”, publicada como requisito da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para Luiz Antonio obter o diploma de médico. Desse modo, constatou-se que a concepção de *ensino sob medida* para a *educação completa* dos escolares, proposta na tese de doutoramento de Luiz Antonio dos Santos Lima, estava relacionada às anormalidades de caráter mental que as crianças pudessem apresentar. O ensino escolar pensado pelo potiguar seria na medida dos desvios morais, intelectuais e comportamentais do indivíduo e faria uso das práticas de higienização das mentes num processo normalizador que, voltado para o futuro civilizado e desenvolvido da nação brasileira, controlaria, vigiaria e corrigiria os pensamentos dos escolares.

Palavras-chave: Higiene mental. Ensino sob medida. Educação completa. Práticas de higienização. Mentres escolares.

ABSTRACT

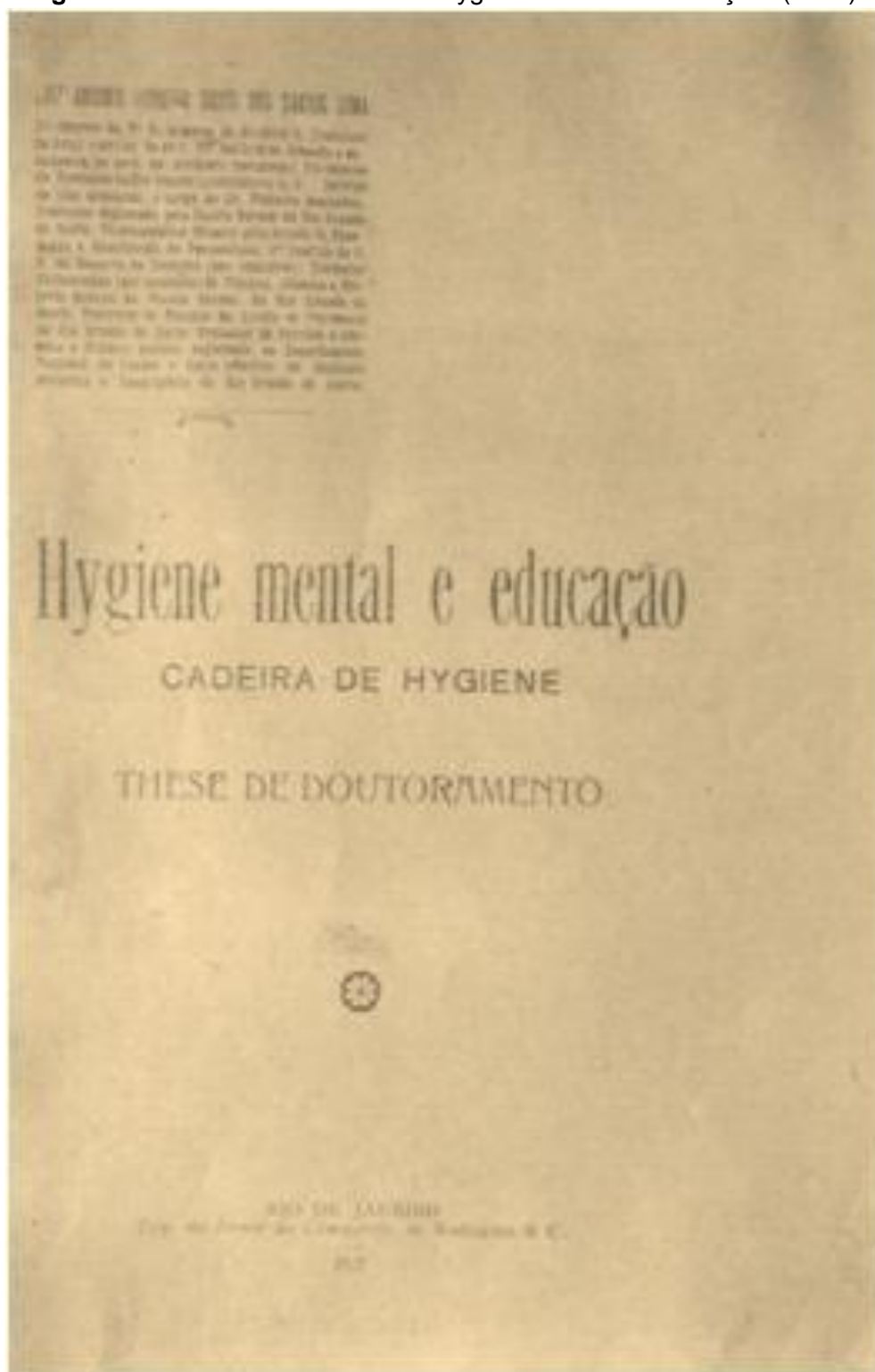
This dissertation examines the concept of the *personalized teaching* proposed by the physician and educator from Rio Grande do Norte Luiz Antonio dos Santos Lima, in his doctoral thesis "Mental Hygiene and Education," published in 1927. To do so, we start from the assumption that this thinker appropriated part of the educational theory formulated by Édouard Claparède - specifically, in the case of the teaching concepts of the *personalized teaching* and *comprehensive education* designed by the Swiss intellectual - and, considering the Brazilian social reality of early twentieth century, reframed these concepts, adapting them to the country context. To implement the proposed idea, the bibliographical study was the option chosen, and so was done through a theoretical research which had as a reference authors whose studies referred to the Brazilian historical moment in the late nineteenth and early twentieth century, our examined time frame. As for the understanding and the methodological analysis of discourse, seen as socially constructed, the Foucault postulations were studied under an analytical approach, in which the disciplinary society is analyzed from the relations of power and knowledge that exist in it. The main source of this research was the work of "Mental Hygiene and Education," published as a requirement to the obtainment of Luiz Antonio's medical degree by the Rio de Janeiro Medicine School. Thus, it was found that the conception of *personalized learning* to the *comprehensive education* of students, as proposed in the doctoral thesis of Luiz Antonio dos Santos Lima, was related to abnormalities of mental character that children could present. School education was thought in a way by the potiguar thinker that it could be applied as deep as the moral, intellectual and behavioral deviations of the individual were, making use of hygiene practices of the minds through a normalizing process towards a civilized and developed future of the Brazilian nation which would manage, watch and fix the thoughts of the school students.

Key words: Mental hygiene. Personalized learning. Comprehensive education. Hygienization practices. School minds.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Capa da tese de doutoramento “Hygiene Mental e Educação” (1927)	
	10
Figura 2	Luiz Antonio dos Santos Lima, sem data.....	11

Figura 1 – Tese de doutoramento “Hygiene Mental e Educação” (1927)



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

Figura 2 – Luiz Antonio dos Santos Lima, s/d



Fonte: Acervo da família

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	INSTRUMENTAL DE ANÁLISE: ENTRE INFLUÊNCIAS, CONCEITOS E APROPRIAÇÕES	27
2.1	ÉDOUARD CLAPARÈDE E A SUA INFLUÊNCIA NA TEORIA EDUCACIONAL BRASILEIRA	37
2.2	ÉDOUARD CLAPARÈDE E LUIZ ANTONIO DOS SANTOS LIMA: CONCEITOS	46
2.2.1	Criança, infância, professor e educação na concepção claparediana	46
2.2.2	Criança, infância, professor, médico e educação na concepção de Luiz Antonio	50
2.3	ÉDOUARD CLAPARÈDE E LUIZ ANTONIO DOS SANTOS LIMA: APROPRIAÇÕES	54
3	EM BUSCA DE CONTEXTUALIZAÇÃO: LUIZ ANTONIO DOS SANTOS LIMA E O MOVIMENTO DE HIGIENIZAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA	61
3.1	O MOVIMENTO DE HIGIENIZAÇÃO DA SOCIEDADE E A PREOCUPAÇÃO COM AS MENTES DOS BRASILEIROS	62
3.2	HIGIENE MENTAL, EDUCAÇÃO E AMBIENTE ESCOLAR: UMA ALIANÇA PROMISSORA	67
3.3	O POTIGUAR LUIZ ANTONIO DOS SANTOS LIMA INSERIDO NA MENTALIDADE DE SUA ÉPOCA	71
4	ENSINO SOB MEDIDA PARA A EDUCAÇÃO COMPLETA DAS CRIANÇAS BRASILEIRAS NA VISÃO DO EDUCADOR LUIZ ANTONIO DOS SANTOS LIMA	78
4.1	ENSINO ESCOLAR SOB MEDIDA PARA CADA NÍVEL INTELECTUAL INFANTIL	81
4.2	ENSINO ESCOLAR SOB MEDIDA PARA CADA NÍVEL COMPORTAMENTAL INFANTIL	90

5	AS MEDIDAS DE HIGIENIZAÇÃO DAS MENTES A SEREM IMPLEMENTADAS NO AMBIENTE ESCOLAR PARA UM <i>ENSINO SOB MEDIDA</i> -----	104
5.1	MEDIDAS DE HIGIENIZAÇÃO PARA A PREVENÇÃO DOS DESVIOS MENTAIS -----	106
5.2	MEDIDAS DE HIGIENIZAÇÃO PARA A CORREÇÃO DOS DESVIOS MENTAIS -----	125
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	137
	REFERÊNCIAS -----	145

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, analisamos a concepção de *ensino sob medida* que foi elaborada pelo pensador brasileiro Luiz Antonio Ferreira Souto dos Santos Lima, em sua “*Hygiene Mental e Educação*”¹, obra publicada no ano de 1927 como requisito para obtenção do diploma de Medicina, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Trazemos a proposta de análise da concepção educacional de Luiz Antonio na tentativa de descobrirmos o que ele considerava como medida certa para o ensino escolar; ou melhor, na tentativa de descobrirmos a medida pela qual o ensino escolar deveria se basear de modo a permitir que a educação da criança atingisse os âmbitos do corpo, da moral e do intelecto de cada ser.

Nesse sentido, navegaremos na proposta educacional formulada por Luiz Antonio de forma a percorrermos o caminho – visualizado pelo pensador em evidência – pelo qual o ensino escolar deveria seguir para que a *educação completa*, integral da criança, fosse alcançada. Analisaremos, portanto, uma concepção de ensino, que foi pensada para ser implementada nas instituições escolares brasileiras do início do século XX, período de publicação da obra que fundamenta as nossas pesquisas.

Antes, porém, acreditamos que, se intentamos estudar a concepção de ensino de um teórico, qualquer que seja ele, investigando o pensamento educacional que defendeu, no mínimo, devemos descobrir quem foi essa pessoa e qual a importância que teve para o período em que viveu, bem como a importância que os resgates do seu nome e da sua obra representa, nos dias atuais, para a historiografia educacional brasileira. Acreditamos, pois, ser inviável estudarmos uma concepção de ensino proposta por um pensador da educação sem antes investigarmos quem foi esse pensador.

Sendo assim, pesquisando sobre a figura de Luiz Antonio, descobrimos que ele foi um médico e educador nascido no estado do Rio Grande do Norte e vivido no período compreendido entre os anos de 1890 e 1961, sempre no Brasil.

¹ Por fidelidade e registro histórico, optamos por manter as formas ortográficas e gramaticais dos originais antigos citados.

Sua vida pessoal permite que destaquemos o parentesco com Nestor dos Santos Lima (1887-1959), seu irmão². Sua vida profissional permite ressaltarmos a docência no Grupo Escolar Augusto Severo e na Escola Normal de Natal, cuja experiência permite-nos trazer o relato de um dos seus alunos que mais tarde veio a se tornar um célebre teórico: Luís da Câmara Cascudo.

Sobre Luiz Antonio, Cascudo (1997, p. 112), no capítulo destinado ao seu professor, no livro “O tempo e eu”, explica que

[...] nós (alunos) víamos tudo através da exposição magistral. Foi [Luiz Antonio] um exemplo de fidelidade vocacional, interesse pelo discípulo, dedicação pelo consulente. Nome indispensável em qualquer associação local, vibrante, incandescente, energia inextinguível e comunicante, inquieto, movimentado, dinâmico, debatedor, homem sem idade para o entusiasmo das atitudes e alegria da participação integral.

A admiração dos alunos pelo professor Luiz Antonio fez com que muitos deles passassem naturalmente a optar pela vocação médica, farmacológica ou odontológica, seguindo os passos profissionais médicos do seu professor (CARDOSO, 2000).

A militância em prol do ensino permitiu que Luiz Antonio fosse um dos fundadores da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, a qual também presidiu, e que aparecesse nos relatórios anuais de 1911 a 1914, do diretor do Grupo Escolar Augusto Severo, como “[...] um dos mais distintos servidores da causa do ensino pela competência, pela educação e pela pontualidade” (COSTA; MORAIS, 2010, p. 5). Citamos, também, a homenagem que recebeu, em 1919, do Diretor Geral da Instrução Pública, Manoel Dantas, quanto ao seu desempenho como professor (COSTA; MORAIS, 2010). Ainda nesse ano, formou-se em Farmácia.

Em 1921, iniciou os estudos na área da medicina, concluindo o curso em 1926 e defendendo, no ano seguinte, sua tese de doutoramento, intitulada “Hygiene Mental e Educação”. Ainda em 1927, escreveu o trabalho “Educação Sexual”.

² Vários trabalhos relatam a importância que Nestor dos Santos Lima teve para a historiografia educacional norte-rio-grandense. Dentre eles, destacamos os de Menezes (2003) e Jane Ramos (2009), os quais apresentam o pensador como um contribuidor para o incremento das políticas administrativas referentes à gestão da educação do Rio Grande do Norte no início do século XX.

Uma vez formado, prestou diversos serviços voluntários na cidade do Natal. Segundo Veríssimo de Melo (1972, p. 231), Luiz Antonio “tratava dos pobres de graça, dava o remédio e se interessava pelo tratamento e cura”; relata, também, que o seu consultório se caracterizava como “um viveiro de clientes pobres e amigos, mas raros eram aqueles que pagavam a consulta. Isto, entretanto, não lhe diminuía o interesse pela arte de curar, pelo restabelecimento do paciente”.

Luiz Antonio era um conferencista sobre os assuntos mais variados, literários ou científicos (MEDEIROS FILHO, 1983). Com o seu trabalho em prol do bem social, realizou conferências³ e liderou campanhas contra o alcoolismo e o analfabetismo. Segundo Melo (1972, p.231), o professor

[...] combateu ferozmente os vícios públicos, especialmente o álcool e o fumo. Nesse sentido fez conferências inúmeras no Estado, utilizando a cátedra como uma tribuna permanente na campanha contra os males que um e outro vícios determinam.

Luiz Antonio, inquietando-se também com a situação dos cancerosos que se tratavam no antigo Hospital Miguel Couto, decidiu comprar uma hospedaria no bairro das Quintas, em Natal, na qual pudesse disponibilizar leitos para a hospitalização dos doentes, o que permitiu a criação da Liga Norte-rio-grandense Contra o Câncer.

A Liga, fundada em 17 de julho de 1949, teve Luiz Antonio como diretor e dispunha de aparelhos de raios-X para o diagnóstico da doença e de aparelhos para a radioterapia profunda. Foi, então, Luiz Antonio o fundador e o pioneiro da radioterapia profunda no estado do Rio Grande do Norte, prática essencial para o tratamento do câncer.

Por pensar não somente na cura do corpo físico, como também no acalento do espírito dos seus pacientes, esse potiguar ergueu, ao lado da Liga, a Capela de Nossa Senhora de Fátima – mesmo não professando religião alguma.

Contemporâneo de Luiz Antonio, Clóvis Travassos Sarinho (1984, p. 73), ao falar do seu colega de profissão, afirma que o potiguar em análise foi “uma das

³ Conforme explica Márcia Marinho (2011, p. 101), a “febre das conferências” foi comum em vários campos do conhecimento. Prossegue a autora, afirmando que, “em Natal, os salões do *Natal Club* e do Instituto Histórico não tardaram a receber conferencistas que tratassem de assuntos literários, histográficos, médicos ou científicos”.

grandes figuras da nossa profissão (médica) nos últimos cinquenta anos no Rio Grande do Norte”.

Ao seu currículo, juntam-se também os cargos de sócio fundador da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio Grande do Norte, de membro da Loja Maçônica da Sociedade Filhos da Fé, da Academia Potiguar de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Dentre os cargos de diretoria que ocupou, destacamos o da Escola Normal de Natal, da Escola de Farmácia de Natal, do Departamento de Educação e do antigo Hospital Evandro Chagas, hoje Hospital Giselda Trigueiro. Vale listar que seu nome foi indicado por Onofre Lopes para a direção da universidade do estado do Rio Grande do Norte onde trabalhou no cargo por pouco tempo (pois, federalizada essa universidade, Luiz Antonio teve que se afastar do cargo, em 1960, devido à aposentadoria compulsória por idade). Até que, em 10 de abril de 1961, a caminho do Hospital das Clínicas para atender um paciente, o médico, professor e diretor, aos 71 anos, foi vítima de um acidente vascular-cerebral, falecendo nesse dia.

Analisando, então, a figura de Luiz Antonio F. S. dos Santos Lima, vemos que ele se mostrou um profissional competente e dedicado ao exercício das suas funções, primando pela disciplina e pelo bom exemplo. Conforme frisa Luís da Câmara Cascudo (1997, p. 113), “Luiz Antônio foi uma legitimidade patrimonial. Uma ação, um esforço, uma potência verbal, um educador, um clínico, uma bondade em serviço do otimismo”.

Assim, diante dessa representatividade que o médico e educador Luiz Antonio teve para o momento histórico em que viveu, identificamos a tentativa do município de Natal, capital do Rio Grande do Norte, de resgatar o seu nome e de considerar a relevância que ele teve para o estado, homenageando-o por meio a) do Hospital Doutor Luiz Antônio (também conhecido como Hospital do Câncer/Liga contra o Câncer, situado no bairro das Quintas), b) da Escola Estadual Professor Luiz Antônio (no bairro de Candelária) e c) da Rua Luiz Antonio (no bairro do Alecrim).

No entanto, acreditamos que essas homenagens não são suficientes para darem a Luiz Antonio o reconhecimento que merece. Além do mais, elas por si sós não são capazes de tirar esse pensador do desconhecimento em que se encontra

por parcela considerável da população, principalmente a potiguar – aquela que foi fortemente influenciada pelos seus ideais médicos e educacionais.

Por isso, aportados ainda pelo que Luís da Câmara Cascudo escreveu sobre o seu colega contemporâneo, haja vista que a herança de Luiz Antonio dos Santos Lima “não se materializou na relação das possibilidades pessoais, [acreditamos que] cabe à nossa geração, aos seus contemporâneos, a defesa, a guarda, a vigilância ao nome, para que não se apague na lembrança do futuro” (CASCUDO, 1997, p. 113).

No sentido de trazer à tona a memória de Luiz Antonio, consideramos pioneira a iniciativa de grupos de estudos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – aqui destacamos as pesquisas realizadas por Costa e Moraes (2010) e Costa (2011) – de apresentar esse pensador, bem como a relevância que ele teve para o período em que viveu, para a sociedade. Porém, dado o período em que o médico e educador esteve no esquecimento historiográfico e educacional, acreditamos que o campo de investigação ainda não se exauriu.

Com isso, acreditamos que os resultados obtidos pelas pesquisas da academia sobre Luiz Antonio dos Santos Lima não esgotaram ainda as possibilidades de investigação cuja temática diga respeito ao potiguar. Por isso a nossa ênfase no fato de que é notório o estado incipiente das pesquisas relacionadas à vida e à concepção educacional formulada por Luiz Antonio.

Nessa perspectiva, acreditamos que o resgate que nos propomos a fazer, envolvendo o pensamento do teórico – especificamente, naquilo que se refere a sua concepção de *ensino sob medida* – é importante, pois colabora na divulgação de parte da historiografia educacional brasileira, salientando um discurso que estava voltado para a prática pedagógica da sociedade do início do século XX.

Luiz Antonio, imbuído dos conhecimentos médicos e educacionais de sua formação, voltou-se para a educação escolar e teceu considerações sobre como a prática educativa deveria ser para que se desse de forma completa, integral. O discurso educacional que defendeu traz o ideário de um ensino escolar sob medida que propiciasse a *educação completa* das crianças brasileiras do início do século evidenciado.

Dentre as duas obras que foram escritas pelo teórico potiguar, é em “Hygiene Mental e Educação” que encontramos esse legado para o campo

educacional e a possibilidade de estudá-lo. Diante disso, é essa obra que adotamos como referência primária para orientar a nossa investigação.

Analisamos, então, o pensamento de Luiz Antonio em busca da concepção de *ensino sob medida*, pensada por ele, para o ambiente escolar brasileiro. E definimos, como objeto de estudo desta dissertação, as práticas de higienização das mentes das crianças em idade escolar, as quais foram apresentadas na obra que escreveu.

A importância de destacarmos as práticas de higienização das mentes se deve ao fato de que, para Luiz Antonio, são elas que vão permitir ao ensino escolar a medida, a dose da prática educativa conforme a necessidade de cada criança, considerando todas as diferenças intelectuais, morais e comportamentais que puderem apresentar. Assim, compreendendo a percepção que o teórico tem sobre o *ensino escolar sob medida*, descobriremos o modo pelo qual a sua proposta de inserção da Higiene Mental na escola, evidenciada na obra, propiciaria a *educação completa* dos infantes escolares.

Nesse sentido, desenvolvemos essa dissertação procurando responder às seguintes inquietações: qual a concepção de *ensino sob medida* proposta na obra “Hygiene Mental e Educação”? O que a concepção de ensino encontrada na obra traz de inovador, considerando que não foi Luiz Antonio o preconizador das expressões *ensino sob medida* e *educação completa*? Quais foram as medidas de higienização das mentes dos escolares, pensadas por Luiz Antonio, que permitiram ao ensino ser *sob medida*? Em que medida as práticas de higienização mental contribuiriam para uma *educação completa* das crianças?

Para respondermos essas perguntas, estabelecemos como recorte temporal o período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX – especificamente, entre os anos de 1888, com a abolição da escravatura, e 1927, com a publicação de “Hygiene Mental e Educação”. Acreditamos, pois, que é esse período que antecede a escrita da tese de doutoramento que nos mune de informações referentes às transformações significativas – nos âmbitos político, social, econômico e educacional – pelas quais o Brasil passava. Tal lapso de tempo nos permite uma contextualização histórica e um entendimento das nuances que levaram Luiz Antonio a abordar, em seu trabalho de final de curso, o tema da higiene mental atrelada à educação.

O fato de ter vivido um período marcado por transformações diversas em um Brasil recém-republicano e de ter feito parte de um ideário que previa reformas urgentes na sociedade brasileira fez com que Luiz Antonio defendesse um discurso educacional que estivesse intimamente imbricado à figura que ele foi e à atuação que teve enquanto profissional da medicina e da educação. O momento histórico que Luiz Antonio vivenciava, juntamente com o envolvimento que teve com as referidas áreas do conhecimento, justificam, para nós, a defesa e a publicação da tese de doutoramento “Hygiene Mental e Educação”.

Nessa perspectiva, conforme tentaremos explicar, num contexto social marcado por doenças, atraso e incivilidade, o qual destoava do progresso econômico brasileiro, fervilhante no início do século XX, surgiu um ideário de renovação, sanitarismo e higiene que via o progresso e a civilidade como características tangíveis a uma nação. Foi a partir desse entusiasmo pelo desenvolvimento que profissionais do campo da saúde propuseram medidas para a higienização da população brasileira, visto que o povo, tido como doente, incivilizado e preguiçoso, passou a ser visto como a causa do atraso social e, justamente por isso, necessitava sofrer intervenções no âmbito do corpo e da mente para que pudesse entrar na sintonia do futuro promissor reservado para o país.

Para isso, o brasileiro se tornou alvo de análises por parte da intelectualidade, detentora do saber científico, e todas as anormalidades que possuísse, relacionadas tanto ao seu corpo quanto à sua mente, sofreriam intervenção higienista, pois eram elas os entraves ao progresso. Nessa medida, indivíduos fisicamente doentes ou com comportamentos suspeitos ou desvios em sua moralidade seriam objeto de controle da medicina, devendo suas anomalias ser corrigidas e, uma vez corrigidas, vigiadas para que não voltassem a afligir a existência do ser.

Portanto, campanhas para a prevenção da debilidade mental, em prol da vacinação, da higiene e de uma boa alimentação, contra o alcoolismo, tabagismo e jogos de azar, a favor do curso de mães, entre outras, foram algumas das alternativas aplicadas na sociedade do início do século XX.

Essas práticas de intervenção médica, originadas num contexto de desorganização social, foram vistas como a solução para os problemas diversos do período. E foi a partir dessa realidade social que Luiz Antonio dos Santos Lima

pensou em medidas de correção e prevenção dos distúrbios mentais das crianças, a serem implementadas exclusivamente no ambiente das escolas.

O foco do teórico, voltado para o aspecto mental das doenças, deve-se à preocupação que tinha com os riscos e a gravidade da debilidade mental para a nação brasileira: tida como fator de predisposição hereditária, a doença mental comprometeria as gerações futuras, fazendo do Brasil um país de alienados mentais.

A escolha da infância como período ideal para a intervenção médica justificava-se pela crença na capacidade que a criança tem de aprender rapidamente e de se adaptar a uma dada realidade. Para Luiz Antonio, seria mais proveitoso curar uma criança com anormalidades mentais do que um adulto com a mesma mazela, dadas as maiores possibilidades de cura que a primeira oferece. E, sendo a escola o local onde as crianças seriam encontradas reunidas, em grande quantidade e em horários específicos, essa instituição foi considerada pela intelectualidade como ideal para o tratamento e cura dos alienados mentais.

Em “Hygiene Mental e Educação”, portanto, encontramos a vertente do movimento a favor da higiene mental, que fez parte de um discurso maior, mais abrangente, o movimento higienista, cujo ideário era a regeneração da sociedade.

Aqui percebemos a afinidade que Luiz Antonio, um sujeito multifacetado profissionalmente, tinha com uma matriz teórica que, por si, também possuía diferentes aspectos. A atuação que teve enquanto professor, diretor, médico, farmacêutico e membro de associação convergia e se aliava ao aspecto da higienização das mentes dos escolares que, por sua vez, era uma das vertentes do movimento a favor da higiene.

Assim, vemos Luiz Antonio como um sujeito que teve diversas atuações profissionais e que fez parte de um movimento mais abrangente, o qual, por sua vez, propunha variadas medidas intervencionistas – por exemplo, na arquitetura e urbanismo das cidades, nos hospitais, nos manicômios, nos presídios e, inclusive, nas escolas – para a higiene e sanitarismo da sociedade brasileira; movimento esse que salientava a importância dos aspectos não só estruturais da cidade (voltados para a boa circulação do ar, saneamento, limpeza das casas e das ruas), como também daqueles relacionados ao corpo (combate às doenças) e à moral (combate ao alcoolismo e ao tabagismo), por exemplo.

No caso, a afinidade de Luiz Antonio com o movimento higienista evidencia-se na tese de doutoramento que escreve, na qual defende a aplicação dos conhecimentos obtidos na área da medicina à prática educacional e, a partir daí, visualiza uma concepção de ensino capaz de higienizar as mentes dos escolares. Trata-se, para o teórico, de uma possibilidade de diagnosticar, tratar, curar, controlar e prevenir os desvios mentais dos escolares a partir de um ensino que fosse mensurado conforme o nível mental de cada criança, atingindo assim a *educação completa* de cada indivíduo.

Dessa forma, na dimensão histórica desta investigação sobre a concepção de *ensino sob medida* de Luiz Antonio, situamos o nosso objeto de estudo no contexto social, econômico e político da época em que estava inserido. E entendemos as práticas de higienização das mentes dos escolares, propostas pelo teórico, como constituintes de um discurso educacional que permitiria a atuação dos médicos nos campos da moral, do corpo e da mente de cada criança.

Valendo-nos do entendimento de Foucault (1996) de que analisar um discurso é dar conta de relações históricas, de práticas vivas nele presentes, consideramos que a análise do discurso educacional de Luiz Antonio nos permite investigar o saber que foi produzido no início do século XX sobre a infância brasileira.

E, ainda, compreendemos que, fazendo parte da intelectualidade detentora do saber médico-científico, Luiz Antonio se assentava no poder médico de intervenção enquanto uma forma de saber específica sobre a constituição de mentes escolares sadias para o país. Assim, aliou higiene mental e educação escolar, fundamentando suas teorizações nas obras de estudiosos da saúde e da higiene a fim de destacar a importância da ciência médica para o desenvolvimento social da nação brasileira. Contudo, não demonstrando apenas a preocupação em ressaltar o saber da medicina, o teórico potiguar fez uso dos saberes e dos conceitos do âmbito educacional, pois acreditava ser a educação o caminho pelo qual a política de higienização das mentes e dos corpos sociais deveria percorrer para o progresso do país.

Da educação, nosso médico e educador traz os conceitos de *educação completa* e de *ensino sob medida*, fundamentados na teoria do neurologista e psicólogo do desenvolvimento infantil, o suíço Édouard Claparède. Em sua tese de

doutoramento, Luiz Antonio referencia a obra “Comment diagnostiquer les aptitudes chez les écoliers” (“Como diagnosticar as aptidões dos escolares?”), do teórico europeu, e faz uso de expressões nela encontradas, preconizadas pelo suíço.

Como o objetivo dessa pesquisa é investigar a concepção de *ensino sob medida* na proposta educacional de Luiz Antonio dos Santos Lima, presente em “Hygiene Mental e Educação”, entendemos que é necessário recorrer à teoria educacional proposta por Claparède, na tentativa de descobrir o que de fato os conceitos de *educação completa* e de *ensino sob medida* significavam para o teórico que os formulou.

Dessa forma, poderemos compreender a proposta de *ensino sob medida* para o ensino escolar brasileiro, formulada por Luiz Antonio, e o modo pelo qual ela se aproxima ou se distancia daquela pensada por Édouard Claparède. O entendimento dessas concepções educacionais é importante, pois nos permite perceber as apropriações de conceitos que Luiz Antonio faz de Claparède e as considerações que o nosso educador tece sobre o momento histórico que o Brasil enfrentava, adaptando aqueles conceitos àquela realidade social.

Antes, porém, de analisarmos os pensamentos de Luiz Antonio e de Claparède, cabe explicarmos que entendemos que a acepção de apropriação remete a uma compreensão histórica de um determinado conceito a partir de diferentes modos, por meio das perspectivas de heterotopia e de descontinuidade, apresentadas por Foucault (1972; 1999). Ou melhor, entendemos a apropriação como aquilo que permite compreender os diferentes significados de um mesmo conceito, considerando os diferentes lugares em que aparece.

A partir dessa definição, trabalhamos com a hipótese de que o médico e educador brasileiro apoderou-se da obra do suíço para construir uma outra obra. Assim, entendemos que Luiz Antonio fundamentou os pressupostos das suas teorizações sobre a educação em Édouard Claparède e, a partir dessas leituras, fez uso dos conceitos propostos pelo suíço, ressignificando parte dessa teoria. Nessa perspectiva, destacamos a influência que a realidade da sociedade brasileira do início do século XX teve para as apropriações de conceitos que foram feitas.

Nesse sentido, o ponto inicial dessa investigação foi fazer uma leitura primeira da tese de doutoramento de Luiz Antonio, para que pudéssemos compreender, mesmo que primariamente, a concepção de *ensino sob medida* no

pensamento educacional desse autor. Num segundo momento, percorremos a teoria educacional de Édouard Claparède a fim de identificarmos as apropriações que foram feitas pelo médico higienista potiguar.

Em seguida, para situarmos o discurso de Luiz Antonio no contexto social, político e econômico brasileiro, realizamos a leitura de inúmeros autores cujas pesquisas abordavam o cenário brasileiro da transição dos séculos XIX e XX. E, por fim, compreendendo com maior propriedade o pensamento de Luiz Antonio, de Édouard Claparède e o contexto social brasileiro que permitiu a elaboração da proposta do *ensino sob medida* para a realidade escolar do país, adentramos na concepção educacional de Luiz Antonio e nas práticas de higiene mental propostas por ele com vista à *educação completa* dos infantes.

Sendo assim, a estruturação dos capítulos ficou delimitada do seguinte modo:

No segundo capítulo, intitulado “Instrumental de análise: entre influências, conceitos e apropriações”, detalhamos as apropriações de Luiz Antonio diante da teoria educacional clapediana. Para isso, analisamos primeiramente a influência que o pensador Édouard Claparède teve na teoria educacional brasileira, de modo a situar o médico e educador Luiz Antonio no contexto das influências de pensamento, sofridas pela intelectualidade no referido momento histórico. Em seguida, deslindamos as concepções de criança, infância e educação, bem como o papel do professor no processo educativo nas concepções de Claparède e de Luiz Antonio, pois acreditamos que o ato de pensar sobre o ensino escolar – o que nos propomos a fazer – demanda estudos acerca dessas temáticas. Julgamos inviável pensar o processo educativo sem fazer referência às figuras da criança/aluno e do professor e sem saber o que eles representavam para a educação; ou, ainda, sem entender a infância e como esse período de vida era percebido pelos professores, pela intelectualidade. É nesse capítulo também que enfatizamos o referencial teórico-metodológico de análise do discurso, proposto por Michel Foucault. A partir desse aporte histórico-filosófico, podemos analisar o discurso médico-educacional de Luiz Antonio fazendo uso dos principais conceitos foucaultianos.

Em seguida, temos o capítulo “Em busca de contextualização: o médico Luiz Antonio dos Santos Lima e o movimento de higienização da sociedade brasileira”, no qual investigamos o momento histórico brasileiro da transição do século XIX para o

XX, detendo-nos nas realidades social, política e econômica pelas quais o país passava. A análise desse recorte temporal viabiliza o entendimento do contexto social que propiciou o surgimento do ideário de higienização da sociedade e de desenvolvimento e civilidade da nação. Aqui enfatizamos a aliança entre higiene e educação escolar, estabelecida na busca de disciplina, controle e vigilância dos corpos e mentes dos escolares do período destacado. Com isso, evidenciamos a credibilidade dada ao saber médico e ao discurso de higienização escolar, disseminados no início do século XX. É ainda nesse capítulo que analisamos a obra “Hygiene Mental e Educação”, diante da realidade social brasileira, e os referenciais que Luiz Antonio utilizou para fundamentar sua concepção educacional.

Estando aportados pela análise dos conceitos clapedianos para a educação, bem como situados quanto à contextualização histórica do momento vivido pela sociedade brasileira do fim do século XIX e início do século XX, materializamos o quarto capítulo. Nele, cujo título é “*Ensino sob medida* para a *educação completa* das crianças na visão do educador Luiz Antonio dos Santos Lima”, evidenciamos a compreensão própria que o educador potiguar tem acerca da concepção de *ensino sob medida*. E compreendemos que, para que a educação se dê de forma completa, é preciso que a medida do ensino seja adequada para os diferentes níveis intelectuais e comportamentais dos indivíduos. Aqui entendemos que a proposta educacional pensada por Luiz Antonio está estritamente relacionada às anormalidades mentais que cada criança escolar possa apresentar.

O quinto e último capítulo, intitulado “As medidas de higienização das mentes a serem implementadas no ambiente escolar para um *ensino sob medida*”, traz as práticas de higienização das mentes dos escolares, encontradas na tese de doutoramento do doutor Luiz Antonio. As propostas de higiene mental aqui destacadas referem-se à medida certa de ensino – dosada para cada caso de anormalidade observado na criança em idade escolar – que permitiria à educação a sua completude: a educação intelectual, moral e física da criança. Nessa fase da investigação, portanto, percebemos que a medida para o ensino se dá a partir das práticas de higienização das mentes, implementadas no ambiente escolar para a prevenção e correção das anormalidades de caráter mental.

Desse modo, pretendemos que esta investigação lembre o nome de Luiz Antonio Ferreira Souto dos Santos Lima pelo profissional que foi, não apenas pelo

exercício da clínica médica, mas sobretudo pelo exercício da docência e pelo legado educacional que deixou para a História da Educação do Rio Grande do Norte. Por isso, em termos foucaultianos, consideramos esse médico e educador potiguar como um sujeito produtor de discurso de verdade sobre a infância brasileira, a partir da perspectiva da educação escolar do início do século XX.

Assim, por acreditarmos que os discursos de verdade são povoados de outros discursos, vemos a concepção de ensino de Luiz Antonio povoada de discursos sanitaristas, políticos, econômicos e sociais; e, sendo produto do saber médico-científico, o discurso educacional desse teórico se mostra articulado à relevância das mudanças sociais do período.

2 INSTRUMENTAL DE ANÁLISE: ENTRE INFLUÊNCIAS, CONCEITOS E APROPRIAÇÕES

Para o estudo da concepção de *ensino sob medida* de Luiz Antonio dos Santos Lima, embasamo-nos no pensamento do francês Michel Foucault (1982, 1996, 2004, 2012) sobre a sociedade disciplinar do início do século XX.

É por intermédio desse pensador que entendemos a escolarização como uma medida disciplinadora da sociedade, estabelecida conforme os ditames de alguns poucos indivíduos, tidos com competência para isso. Acreditamos que, pensada e idealizada por poucos para satisfazer aos seus próprios interesses e suprir as necessidades de muitos, a escolarização, assim determinada, não representa os ideais de todos; pelo contrário, imposta, representa os ideais daqueles que a pensam e a executam conforme os interesses da camada social a que pertencem. Por isso, não vemos a escolarização pensada por Luiz Antonio como uma medida emancipatória do sujeito; percebemo-na como um instrumento disciplinar de manutenção da ordem social estabelecida; uma instituição não crítica de práticas sociais que forma os indivíduos dentro da perspectiva da ordem social em que estão inseridos.

Com lentes de análise foucaultianas, evidenciamos os modos de saber, de poder, de ser e de estar no mundo que caracterizam a teorização de Luiz Antonio acerca da concepção de ensino ideal para o momento histórico brasileiro do início do século XX. Podemos perceber de que modo o pensamento sobre a medida certa para o ensino escolar foi tido como solução para os problemas sociais daquela época, naquele Brasil.

A estranheza diante da escolha do pensamento foucaultiano como o nosso instrumental de análise pode acontecer pelo fato de o teórico francês ter se destacado pelas contribuições que teceu eminentemente nos campos da sociologia e da filosofia (DREYFUS; RABINOW, 1995).

No entanto, em Ball (1993), em Gondra (2011b) e em Peters e Besley (2008), vemos salientada a influência do teórico francês em distintas áreas do conhecimento e, inclusive, na educação. Conforme nos afirma o segundo autor, “a fertilidade das reflexões foucaultianas também afetou os estudos históricos da

educação no Brasil” (GONDRA, 2011b, p. 304).⁴ Isso porque as formulações que fez sobre as formas de certas práticas das instituições sociais em relação aos indivíduos e sobre os diferentes processos de subjetivação a que estão submetidos podem ser utilizadas numa pesquisa no campo educacional.

Concordando com Fisher (2012), entendemos que é justamente a partir de Foucault que podemos buscar inspiração para pensar, sob outra perspectiva, a educação e os modos pelos quais nos tornamos o que somos hoje e como chegamos a ser o que hoje somos.

Nesse sentido, esta proposta de trabalho reflete acerca das ciências dos homens enquanto saberes, investigando as condições de sua existência, com base na análise do que dizem, como dizem e por que dizem. Com isso, vemos a oportunidade de explorarmos, em Luiz Antonio, o nosso interesse no modo como os homens se autogovernam, como eles desenvolvem o governo de si e o governo dos outros – já que temos o médico e educador como produtor de um discurso de verdade, detentor do poder de controlar e vigiar as condutas da sociedade. Assim, amparados por essa fundamentação teórica, procedemos à análise histórica das condições políticas dos discursos que instituíram e alojaram a emergência da necessidade de um *ensino sob medida* para a *educação completa* das crianças brasileiras do início século XX.

Por concordarmos com o pensamento de Foucault (1982; 2012) de que não existem sociedades isentas das relações de poder, isentas dessas forças que atuam nos corpos, vemos o poder enquanto elemento capaz de explicar como se produziram os saberes e como a sociedade foi constituída na relação entre ambos. E, a partir desse ponto de vista, percebemos o poder da sociedade brasileira do início do século XX como interessado em satisfazer os anseios da ordem estabelecida, conferindo legitimidade aos saberes que se engendravam e se organizavam para atender a esse poder. Tais relações entre poder e saber regularam os meios pelos quais os regimes políticos se justificaram e estabeleceram a política da verdade das representações sobre aquela sociedade.

⁴ Fato esse comprovado por meio de estudos realizados pelo pesquisador em dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação em Educação, bem como em artigos publicados em revistas científicas.

Desse modo, poder e saber, como dois lados do mesmo processo, entrecruzaram-se no sujeito, seu produto concreto. Não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber, nem saber que não pressuponha e não constitua relações de poder. Em vez de considerar que só há saber na ausência de relações de poder, consideramos que o poder produz saber (FOUCAULT, 1982).

Essa análise, feita por Foucault, sobre as relações de poder e saber são proveitosas para a presente pesquisa, pois consideramos, nesse trabalho, o poder como elemento capaz de explicar como os saberes foram produzidos e como a sociedade brasileira do início do século XX foi constituída na articulação entre poder e saber pelas práticas sociais.⁵

Compreendemos, então, o poder como prática de conformação da sociedade e, no caso específico do exercido na escola, como ação estruturante das ações (VEIGA-NETO, 2005). Percebemo-lo como algo que não se possui ou se detém, mas como algo que se exerce. No mesmo sentido não há “o” poder emanando de um centro (comumente atribuído ao Estado) e sim relações de poder disseminadas por toda estrutura social, porque “provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 1982).

Vemos que Foucault, em suas reflexões acerca da sociedade disciplinar, destaca o indivíduo moderno como parte integrante essencial da população. A tecnologia de poder orientada para cada indivíduo – no caso os escolares – volta-se para o governo contínuo e permanente de cada conduta, sustentando, assegurando e aperfeiçoando a vida de cada um. Esse “biopoder” ou poder regulador da vida propicia o controle político dos indivíduos e constitui uma “biopolítica”, política empreendida para cuidar dos seres vivos, compreendidos como população, controlando e prevendo seus riscos mediante regulamentação (FOUCAULT, 1988a).

Essa forma de poder complexa e moderna, denominada pelo pensador de “governamentalidade”⁶, é exercida através dos dispositivos de controle.⁷ Esses dispositivos que controlam e vigiam a população podem ser: “discursos, instituições,

⁵ Segundo Paul Veyne (1998), o conceito de prática em Foucault traduz-se naquilo que as pessoas fazem, ação cotidiana no âmbito social.

⁶ Foucault (1988b, p. 19, tradução nossa) chama de “governamentalidade” “o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si”.

⁷ O conceito de dispositivo é explicitado, por Foucault (1982, p. 244) como “um conjunto decididamente heterogêneo [...]. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos”.

organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 1982, p. 244).

Vemos a escola como uma instituição difusora de costumes e regras, fundamentalmente ligada a formas de exercício de poder (ARAÚJO; PAIVA, 2012); e a temos como um dispositivo de controle social, capaz de capturar por tempo variável os corpos dos escolares e submetê-los a variadas tecnologias do poder (VEIGA-NETO, 2005).

De maneira similar às prisões, às fábricas, aos hospitais, aos quartéis, chamados por Foucault de “instituições de sequestro”, a escola têm a função social de capturar os corpos e confiná-los por determinado tempo para que práticas cotidianas de “docilização” sejam aplicadas sobre eles (FOUCAULT, 1982). Trata-se de investir em cada um dos sujeitos (escolares, prisioneiros, pacientes, etc.) ao mesmo tempo em que se tenta inter-relacioná-los, fazendo com que cada um ocupe um lugar específico no todo.

Dessa forma, Foucault (2004) descreve como as sociedades humanas passaram por um processo de disciplinarização dos indivíduos, pela imposição de um poder sobre os corpos e as almas: aos militares, para otimizar a guerra; aos operários, para produzir melhor; aos estudantes, para “educá-los” melhor. Transformaram-se, assim, os corpos em entes dóceis, disciplinados, limitados por esse poder microfísico, que restringe significativamente o campo de ações e comportamentos possíveis.

As práticas disciplinares e de vigilância de Luiz Antonio funcionam nos planos dos indivíduos e no coletivo (atuando, respectivamente, no nível do corpo e dos saberes) e permitem que uns poucos fiscalizem a ação de muitos outros – o que induz no “detento”, no escolar, um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. De acordo com Foucault (1995), a disciplina opera primariamente sobre o corpo, que é tido como um objeto a ser analisado, estudado, docilizado, e que conseqüentemente torna-se passível de dominação, transformação e aperfeiçoamento.

Consideramos que é por intermédio desse corpo moldável que, no ambiente escolar, as almas infantis serão fabricadas e cultivadas. E, identificando-as como produto do investimento político do corpo e um instrumento do seu domínio,

entendemos que a ortopedia física e moral dos escolares, materializada através da vigilância, do controle e da correção, buscará enquadrá-los nos padrões de normalidade daquela época.

Conforme explicam Dreyfus e Rabinow (1995, p. 173) sobre o pensamento de Foucault, vemos que

A disciplina, então, opera individual e detalhadamente sobre os corpos. A disciplina fabrica indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos, ao mesmo tempo, como objetos e como instrumentos de seu exercício. Ela o faz não os despedaçando ou repreendendo, mas por procedimentos “humildes” de treinamento e distribuição. Ela opera através de uma combinação de observação hierárquica e sanção normalizadora [...].

Ao longo do trabalho, percebemos que os escolares, sob vigilância e disciplina constantes, são analisados individualmente em suas imperfeições – físicas, morais e mentais – e moldados por meio da inculcação e do cultivo de hábitos sadios para que estes passem a constituir a personalidade de cada um. Para Foucault (apud FISCHER, 2012, p. 114), essas técnicas de si

[...] permitem aos indivíduos efetuar, por conta própria ou com a ajuda de outros, certo número de operações sobre seu corpo e sua alma, pensamentos, conduta ou qualquer forma de ser obtendo, assim, uma transformação de si mesmos com o fim de alcançar certo estado de felicidade, pureza, sabedoria ou imortalidade.

As técnicas de si e a necessidade do cultivo de bons hábitos – a serem desenvolvidos com a concepção educacional de Luiz Antonio dos Santos Lima – estão na proposta de higienização da sociedade do século XX com vistas ao progresso e a civilidade da nação brasileira. Isso porque, segundo o pensamento do médico sanitarista do período, as práticas de higienização dos escolares gerariam corpos e mentes disciplinados para uma nação em conformidade com o progresso.

Na obra “Hygiene Mental e Educação”, onde os problemas de disciplina são vistos como passíveis de análise e correção, Luiz Antonio disserta sobre os escolares que apresentam algum desvio de comportamento e que, portanto, necessitam de normalização.

A sanção é normalizadora porque faz funcionar a disciplina através do estabelecimento da norma, da medida que permite avaliar e julgar, normalizando por meio da comparação, da diferenciação, da hierarquização, da homogeneização e da exclusão. É a normalização que impõe a regra a todos os que dela se afastam; por isso adotamos a premissa de Dreyfus e Rabinow (1995) de que, para efeito da normalização, todos os indivíduos são formalmente iguais – o que conduz a uma homogeneidade social a partir da qual se estabelece a norma de conformidade.

Para nós, a principal característica das técnicas de normalização – e aqui incluímos as medidas normalizadoras de Luiz Antonio dos Santos Lima para as mentes dos escolares – consiste no fato de integrarem a criação, a classificação e o controle sistemático das anormalidades no corpo social. Acreditamos que uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de técnicas de poder centradas na vida. E percebemos que a crescente importância da norma, que distribui os indivíduos num campo de valor e utilidade, caracteriza a “biopolítica das populações”, o “biopoder” (FOUCAULT, 1988a), citados anteriormente.

A disciplinarização dos corpos para a normalização dos mesmos permitiu também uma disciplinarização dos saberes no momento em que a medicina precisou se organizar para normalizar um corpo de saberes técnicos, a serem controlados e regulados por determinadas instituições com legitimidade para tal.

Segundo Gondra (2011a), o campo pedagógico (e a legitimidade que possuía diante dos corpos e mentes dos escolares) foi invadido por essa espécie de conhecimento sobre a vida e passou a ser pautado pelas prescrições derivadas do campo médico-higiênico, nas diferentes formas que elas se manifestam. Com isso, o saber médico-científico enfraqueceu e despotencializou a ação dos professores e, principalmente, das famílias, vistas como incapazes de cuidar do desenvolvimento de suas crianças (LIMA, L., 1927b).

De acordo com a explicação de Antônio Ferreira (2002, p. 100), os médicos se viam como “o único corpo profissional com formação para uma intervenção científica sobre a infância”, por isso procuraram englobá-la, dominá-la, enfim, normalizá-la. Ainda segundo o autor,

A medicina aparecia como domínio científico especialmente vocacionado para abarcar tudo o que dissesse respeito ao desenvolvimento da criança. A medicina, mais confortável do que

nunca no seu saber sobre o corpo, investe sobre a infância insinuando-se no espaço pedagógico e psicológico. Com a aposta na escolarização, era uma frente de intervenção que se abria. Era preciso determinar as condições de desenvolvimento da criança e isso era função reservada à medicina. Só ela se entendia com condições científicas para se debruçar tanto sobre aspectos higiênicos gerais nas escolas como sobre os que implicavam o desenvolvimento do corpo, em geral, e do cérebro, em particular.

Em concordância com essa percepção, Gondra (2002, p. 107) complementa que a expansão da legitimidade médica-científica “colaborou para construir uma representação salvacionista da medicina porque [estava ela] bifurcada no plano da redenção dos indivíduos e no da sociedade”.

Tal fato permitiu que os higienistas do início do século XX subordinassem a infância ao saber da medicina. Foram eles, e não os professores, que se debruçaram sobre o ensino da Higiene, num processo implicado em sistemas de relações de forças e regimes de verdade, e que controlaram a transmissão educacional dos saberes médicos, produzindo diferentes arranjos curriculares e escalas cognitivas. É nesse grupo de intelectuais que enquadrámos o médico Luiz Antonio dos Santos Lima.

Acreditamos que as teorizações pensadas por ele constituem saberes sobre a higiene e a infância que traduziam uma nova individualidade a ser exercitada na escola – e também para além dela – com o intuito de assegurar entre os escolares outras relações com o próprio corpo, incluindo aí a aparência, as doenças e os modos de curá-las, a sexualidade, o trabalho e o repouso e a própria alimentação.

O discurso médico-pedagógico defendido pelo potiguar abrangia múltiplos aspectos relacionados à educação física, à educação sexual e à educação moral e comportamental. A preocupação com o aspecto mental da educação, impulsionada pela crescente consolidação da Psicologia e da Psiquiatria (RIBEIRO, 1999), tem o intuito de moldar e treinar o corpo e também extrair-lhe o máximo de energias e utilidade.

Percebemos que Luiz Antonio propunha uma higiene mental como ciência aplicada, que visava ao equilíbrio psíquico, à saúde da alma e à preservação das psiconeuroses com o objetivo de proteger e melhorar o psiquismo humano, em meio a um contexto no qual a doença mental era colocada entre os mais temíveis flagelos sociais.

Nossa discussão central trata o ensino de higiene mental como programa curricular, com ênfase na relevância de que as práticas de higienização das mentes fossem perseguidas e asseguradas na escola. Abordamos as possibilidades que foram dadas à educação em produzir uma espécie de “saneamento” mental junto às novas gerações e em formular procedimentos a serem observados pela escola, visando às condições propícias para um desenvolvimento psíquico sadio de cada escolar.

Sendo assim, analisamos a proposta educacional de Luiz Antonio e a temos como possuidora de um discurso de verdade relacionado ao desenvolvimento adequado da criança, conforme a concepção científica daquele momento histórico. Acreditamos também que, ao investir no discurso de correção e prevenção da doença mental, Luiz Antonio dos Santos Lima se via como zelador da infância e como reformador da sociedade brasileira.

Nesse sentido, analisando especificamente a instituição escolar como o local ideal para essa finalidade, vemos o critério de normalização em que estava inserida (e que se destinava aos escolares), o qual permitiria ao ensino proposto por Luiz Antonio a medida certa para a unificação das suas operações num nível mais aperfeiçoado de especificação.

Partilhamos o pensamento foucaultiano de que a escola, ao operar individualizações disciplinares e engendrar novas subjetividades, é a responsável pela constituição da nova sociedade. Assim, o controle “[...] do tempo [...], da atividade [...], do modo de ser [...], dos discursos [...], do corpo [...], da sexualidade [...]” (FOUCAULT, 1995, p. 174) é tido em Luiz Antonio como a medida para o alcance da *educação completa* dos escolares. Para isso, o autor propõe que o comportamento de cada indivíduo seja constantemente alvo de observação e análise para que, através dos preenchimentos de fichas escolares, cada criança tenha um dossiê objetivo acerca da sua infância.

Cabe ressaltar que tanto em Foucault (1995) quanto em Luiz Antonio encontramos preocupações no sentido do controle também do espaço: no primeiro, vemos (de uma maneira mais geral) que o controle do espaço era um elemento essencial da disciplina no hospital, na escola ou no campo militar; no segundo, vemos especificamente a importância da distribuição do espaço dos escolares segundo os níveis mentais.

A divisão dos escolares, no entanto, não era feita de forma aleatória. Para Luiz Antonio, o ensino deveria ser ministrado de acordo com a evolução psíquica de cada um, e as classes deveriam ser determinadas de acordo com orientações dos médicos e não conforme o caráter falível da idade. Os testes de inteligência permitiam, então, a medição do nível de inteligência dos escolares de forma a melhorar o rendimento de cada um e evitar o cansaço mental da criança.

Em Foucault (1995), percebemos a distribuição do espaço e a classificação dos indivíduos como formas do poder disciplinar. Essas formas disciplinares aparecem em Luiz Antonio quando ele sugere que os escolares sejam distribuídos segundo nível de inteligência, pois

[...] a distribuição das classes por este feitiço logico e scientifico não visa unicamente o melhor aproveitamento dos escolares e sim um meio de evitar que a criança se enerve, já no afan de hombrear com as mais evoluídas, já no receio de censuras ou castigo das professoras. (LIMA, L., 1927b, p. 28).

Vemos, então, ao longo do trabalho, que a disciplina e o controle das mentes dos escolares intentavam a) organizar o espaço por meio da repartição dos indivíduos; b) controlar as atividades por meio do controle do tempo; c) especificar cada indivíduo – generalizando-o a partir de uma vigilância hierárquica; d) organizar as diferenças por meio de uma sanção normalizadora; e e) reproduzir e produzir o saber por meio dos exames físicos e mentais.

Trata-se de saberes e práticas que atingem a realidade mais concreta do indivíduo, seu corpo e sua mente, e que, devido à sua estratégia de expansão por toda a população, funcionam como procedimentos abrangentes de inclusão e exclusão social, que constituem um processo de dominação com base no binômio normal e anormal. Dessa forma,

[...] por meio dos procedimentos normalizadores do exame e da “confissão”, as pessoas são classificadas como se fossem objetos, revelando a verdade sobre si mesmas. Ao construir desse modo os sujeitos, o poder moderno produz indivíduos governáveis. (MARSHALL, 1993, p. 29, tradução nossa).

Governado, em Luiz Antonio dos Santos Lima, “o corpo segue sendo o lugar de aplicação do poder, mas não um poder que busca destruir e sim salvar; não se

trata de um poder sobre a vida e sim um poder para dar vida” (MARSHALL, 1993, p. 25, tradução nossa).

Assim, no intuito de controlar e normalizar o comportamento para prevenir as doenças da alma de cada criança, as medidas de higienização das mentes, observadas em “Hygiene Mental e Educação”, visavam principalmente à manutenção da saúde dos escolares segundo o padrão de normalidade instituído pelo saber médico do século XX.

Verificamos em Luiz Antonio dos Santos Lima a preocupação com a relação indivíduo-sociedade, a qual manifesta uma problemática que domina a sociedade moderna e privilegia a formação do sujeito como fundamento de todo o saber e de todo o seu significado. Teorizando sobre o tema, o médico e educador destaca que a formação completa – física, moral e intelectual – dos escolares está condicionada à medida adequada do ensino a ser implementada pelas práticas de higiene mental.

Desse modo, a formação da criança está relacionada ao desenvolvimento do escolar e ao futuro do país. Nessa medida, a intelectualidade médica constituiu um papel produtor de verdade, dos discursos sanitaristas de uma sociedade burguesa, que persuade uma população alienada pelo domínio surgido de uma condição de vida estruturada, a qual lhes dava respaldo para o exercício do poder.

O saber médico e sua concepção educacional na obra “Hygiene Mental e Educação” traduz o *ensino sob medida* como um objeto que não pode ser pensado fora das relações de poder e saber presentes na sociedade do início dos novecentos. Tal relação procura explicitar a produção de verdades cujo interesse essencial é a dominação do homem a partir de práticas políticas e econômicas de uma sociedade em processo de consolidação do capital.

Temos a clareza de que o nosso objeto de estudo poderia ser pensado de diferentes formas a partir da escolha de outros referenciais teórico-metodológicos. As ponderações foucaultianas sobre a sociedade se destacam no nosso trabalho devido à relação estreita que estabelecem com o nosso objeto: é Foucault quem nos ajuda a lançar um olhar crítico a todas as formas de sujeição do homem – a pesquisa histórica nessa perspectiva objetiva mostrar que as práticas sociais podem constituir domínios de saber, que fazem aparecer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento.

A propósito ainda da metodologia, entendemos a responsabilidade de estudarmos um documento que se constitui como uma fonte primária, datada de 1927, e dele extrair reflexões concernentes a esse determinado período histórico. Para tanto, utilizamos a noção de documento/monumento de Jacques Le Goff (1990) naquilo que cerne à concepção de abordagem e leitura dos documentos.

Ao tentarmos esmiuçar o modo pelo qual as práticas de higienização das mentes dos escolares se tornaram verdades, constituindo práticas cotidianas que interpelaram sujeitos, consideramos a tese de doutoramento de Luiz Antonio como um documento histórico. O fato de nela estar materializado, presente e vivo, o discurso de uma época – o discurso médico-sanitarista da sociedade brasileira do início do século XX – permite que a transformemos num verdadeiro documento-monumento (LE GOFF, 1990).

Temos ciência, também, da nossa responsabilidade como pesquisadores ao assumirmos a hipótese da apropriação de conceitos feita por Luiz Antonio dos Santos Lima acerca da teoria educacional de Édouard Claparède.

Diante disso, julgamos ser pertinente discutirmos genericamente a influência que esse pensador europeu teve na teoria educacional brasileira do início do século XX. Pois, uma vez entendido o modo pelo qual Claparède influenciou a intelectualidade brasileira do período destacado, veremos a figura do educador e médico Luiz Antonio como parte privilegiada da população – e, conseqüentemente, como intelectualidade influenciada pela teoria clapediana – e destacaremos as influências que sofreu.

Num momento posterior, esmiuçaremos os pensamentos do brasileiro e do europeu naquilo que os fundamenta: o entendimento que têm sobre a criança, o professor, o médico e o papel da infância, bem como o papel desempenhado pela educação no desenvolvimento do sujeito. Isso porque, para nós, somente com a análise dos diversos conceitos que fundamentam as suas teorias educacionais é que poderemos identificar as apropriações que o brasileiro fez da teoria educacional de Claparède.

2.1 ÉDOUARD CLAPARÈDE E A SUA INFLUÊNCIA NA TEORIA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Édouard-Jean Alfred Claparède (1873-1940), natural de Genebra, na Suíça, foi um neurologista e psicólogo do desenvolvimento infantil, cujas publicações ultrapassaram a quantidade de seiscentas, compreendidas no período entre os anos de 1892 e 1940 (HAMELINE, 1993).⁸

Reconhecido, principalmente, pelas reflexões sobre a psicologia experimental, a educação infantil e o desenvolvimento da mente humana, Édouard Claparède viveu um momento histórico, na Europa, que favoreceu o cultivo de suas ideias. Tratava-se da transição do século XIX para o XX, quando alguns países europeus assistiram ao encontro de dois movimentos importantes no campo da psicologia aplicada: o desenvolvimento da psicologia em laboratórios universitários e a organização do saber médico-científico no movimento da higiene mental (CAMPOS, 2005).

Conforme explica Regina Campos (2005), o encontro desses dois movimentos permitiu que as áreas da psicologia educacional e da saúde mental fossem fortemente influenciadas, visto que os intuitos que traziam de desvendar a mente humana a partir de dados objetivos e de desenvolver técnicas de prevenção dos desvios mentais, a serem implementadas na população como um todo, complementaram-se. Assim, foram criados diversos laboratórios de psicologia aplicada nos quais aconteciam experimentações referentes à vida humana e aos aspectos referentes ao seu desenvolvimento mental. Para a autora,

Tratava-se de colocar à disposição das instituições médicas, educativas e das famílias os novos conhecimentos produzidos nos laboratórios e hospitais psiquiátricos, visando ao mesmo tempo intervir no planejamento e na gestão dos sistemas de ensino ampliados, e prevenir os distúrbios mentais e desvios psicossociais provocados pelas intensas mudanças culturais que as modernas sociedades urbano-industriais vinham experimentando. (CAMPOS, 2005, p.1).

Nesse sentido, no início do século XX, foram tomadas algumas iniciativas com o objetivo de aplicar os conhecimentos psicológicos, obtidos nos laboratórios experimentais, em diversas áreas do saber, dentre elas, a educação.

⁸ Esse número estimado, segundo Daniel Hameline (1993), inclui publicações de Édouard Claparède tanto em revistas especializadas e não-especializadas em psicologia quanto em jornais diários da época.

Destacam-se os trabalhos dos franceses Alfred Binet e Theodore Simon que, preocupados com o desenvolvimento da inteligência e da cognição das crianças, elaboraram instrumentos para o diagnóstico das dificuldades mentais dos escolares, dada à condição de atraso intelectual das crianças francesas daquela época (CAMPOS, 2005). Essas investigações lhes renderam a definição das “famosas escalas de medida do desenvolvimento da inteligência e o conceito de ‘idade mental’” (CAMPOS, 2005, p. 1), largamente utilizadas nas instituições escolares a partir de então.⁹

Enquanto isso, na Rússia, o psicólogo Lev S. Vygotsky desenvolvia a teoria do desenvolvimento linguístico e psicossocial das crianças, a ser utilizada na educação; e, na Áustria, o neurologista Sigmund Freud desenvolvia a psicanálise e procurava implementá-la também no campo educacional (CAMPOS, 2005).

Nesse contexto do desenvolvimento da psicologia aplicada, do destaque dado ao saber médico-científico e da sua aplicação no campo educacional, evidenciamos também as investidas de Édouard Claparède, na Suíça, no estudo do desenvolvimento infantil e na aplicação desse conhecimento no ensino. Apontamos a criação dos seus laboratórios de psicologia experimental: o Instituto Jean-Jacques Rousseau – um instituto de ciências da educação – e uma escola experimental, a *Maison des Petits* (CAMPOS, 2005), nos quais Claparède estudava o desenvolvimento da mente infantil.

Na teoria que desenvolveu, o suíço apontou a necessidade de valorizar e aproveitar as potencialidades intelectuais de cada criança, identificando o interesse do indivíduo como o centro do processo educativo; defendeu uma educação capaz de permitir à própria criança se instruir – a *educação funcional* –, baseada fundamentalmente nas necessidades e nos interesses psíquicos de cada ser; pensou um ensino que se adequasse aos diferentes interesses e necessidades das crianças, um *ensino sob medida*, com vista à *educação completa* delas – educação física, moral e intelectual (CLAPARÈDE, 1950; 1961).

De acordo com Daniel Hameline (2010, p. 33), no caso específico da teoria claparediana, “tais ideias influenciaram positivamente no salto que daria a pedagogia

⁹ Campos (2005, p. 1) explica que o psicólogo “Lewis Terman e seus alunos da Universidade de Stanford, na Califórnia, trabalharam na adaptação dos testes Binet-Simon para o uso em escolas elementares norte-americanas”.

e a psicologia infantil, especialmente no que tange ao processo de crença no sujeito como autor da sua história”.

Acreditando que uma atividade intelectual seria ocasionada por uma necessidade, Édouard Claparède (1961) defendia que o processo educativo fosse baseado no despertar de interesses nas crianças para que elas, por si mesmas, sentissem a necessidade de aprender e de evoluírem. Com isso, o teórico suíço salientou que “[...] a atividade da criança deveria brotar das necessidades profundas de sua natureza, exprimindo as aspirações do seu ser mais profundo em busca dos meios de seu próprio desenvolvimento” (ARCE; OLIVEIRA, 2012, p. 599).

Esse pensamento de que a aprendizagem do ser infantil começaria e terminaria por iniciativa dele próprio fez com que se considerassem as especificidades de cada criança, devendo ela ser respeitada nas suas singularidades; fez também com que se estabelecessem os princípios de um movimento que, escolanovista, tecia ferrenhas críticas ao modelo de educação tradicional.

Os defensores da Nova Escola combatiam o ensino passivo da educação tradicional, que – conteudista – baseava-se nos conhecimentos dos livros e tinha o professor, autoridade da sala, como centro do processo educativo; além disso, os teóricos escolanovistas criticavam o modo pelo qual a Escola Tradicional determinava o comportamento passivo e submisso dos alunos, pois, não sabendo de nada, deveriam eles ter ciência da sua condição inferior, aceitando e assimilando os conhecimentos transmitidos pelo professor.

As repercussões dessas ideias educacionais renovadoras chegam ao Brasil num momento em que o interesse pelo conhecimento científico em psicologia, produzido no âmbito dos laboratórios, mobiliza a intelectualidade brasileira: na transição do século XIX para o XX, explica Campos (2005, p. 2),

[...] alguns intelectuais brasileiros, visitando os laboratórios europeus – especialmente o Laboratório de Psicologia da Sorbonne e o Laboratório da Universidade de Genebra¹⁰ – procuraram reproduzir, no Brasil, as condições de experimentação que testemunharam.

¹⁰ Sobre a visita de pesquisadores brasileiros aos laboratórios de psicologia europeus e a criação deles no nosso país, a autora destaca o nome de Helena Antipoff, que fez a sua formação em Psicologia em Genebra, no Instituto Jean-Jacques Rousseau, sob supervisão de Édouard Claparède.

Assim surgiram os primeiros laboratórios de psicologia instituídos no país.

Destacados os laboratórios criados em Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, os intelectuais brasileiros do início do século XX se preocupavam com “a adaptação e a padronização dos testes de inteligência e de aptidões para a população escolar”; e, ainda, “nesses laboratórios, a partir dos estudos visando à adaptação de testes psicológicos, foram desenvolvidas pesquisas originais sobre diferentes aspectos da psicologia dos escolares no Brasil” (CAMPOS, 2005, p. 11).

Os trabalhos escritos pela intelectualidade brasileira da época se fundamentaram nas obras dos teóricos estrangeiros.

Alfred Binet, Théodore Simon, Henri Piéron, Édouard Claparède e Ovide Décroly foram as principais referências. *Na obra desses pioneiros, os especialistas brasileiros buscavam as referências teóricas e informações sobre os métodos de tratamento de dados empíricos. Preocupados com a precisão das medidas antropométricas e psicológicas, confiavam nos aparelhos adquiridos na Europa – cronômetros, “psicômetros”, espirômetros, trenas para medir o perímetro cefálico e o tipo corporal, dinamômetros.* (CAMPOS, 2005, p. 11, grifo nosso).

Nesse pensamento, a intelectualidade brasileira, em sintonia com os estudos diversos sobre a psicologia experimental – como vimos, realizados em diferentes localidades –, defende a aplicação de métodos empíricos no ambiente escolar, fazendo da prática educativa um campo de observação e análise sobre o desenvolvimento mental humano.

Aqui, o século XX despertava e trazia o ideário de ordem e progresso da nação brasileira, instaurado pela recém-proclamada República, em 1889. A nossa intelectualidade, então, imbuída da responsabilidade de impulsionar o país à civilidade e ao desenvolvimento, passa a acreditar no poder regenerador da escola republicana como instituição ideal para modificar hábitos e condutas que não eram convenientes a um país ordenado e progredido.

Segundo Alessandra Arce e Priscila Oliveira (2012, p. 597), a escola republicana vem com o ideal de “conduzir as novas gerações rumo aos pressupostos e valores da modernidade”, formando integralmente o cidadão

brasileiro e civilizando o povo pela escola. Esse espírito de renovação e de necessidade de desenvolvimento social por meio da prática educativa teve como suporte a penetração do ideário escolanovista no país, influenciando determinantemente o pensamento pedagógico brasileiro.

A partir daí, em Regina Campos (2005, p. 10), entendemos que “o escolanovismo estaria na base da maioria das propostas de reforma de ensino e de novas iniciativas educacionais no país”. Em complementação a este raciocínio, Arce e Oliveira (2012, p. 600) explicam que

[...] é a partir das reformas educacionais realizadas na época que entendemos como o movimento da Escola Nova se propagou pelo país, pois a penetração do ideário escolanovista está expressa nestas reformas educacionais, a saber: reforma de São Paulo realizada por Sampaio Dória; do Ceará, por Lourenço Filho; da Bahia, por Anísio Teixeira; de Minas Gerais, por Francisco Campos e Mário Casassanta; do Rio de Janeiro, realizada por Antonio Prado Jr. e Fernando de Azevedo; de Pernambuco, por Carneiro Leão; do Paraná, realizada por Lysimaco Ferreira da Costa e Prieto Martinez; e, ainda, a reforma educacional do Rio Grande do Norte, realizada por José Augusto.¹¹

Essas reformas permitiram a reorganização da instrução pública brasileira, tendo como princípio uma nova concepção de infância – tida agora como fase essencial ao desenvolvimento humano, que deve ser aproveitada e estimulada em todas as suas possibilidades – e uma nova concepção de criança – vista como centro do processo educativo e partícipe do seu próprio desenvolvimento.

Em meio a esse ritmo de mudanças do cenário pedagógico brasileiro, é válido destacar que, no ano de 1930, Édouard Claparède visitou o Brasil e entrou em contato com Lourenço Filho¹², Mário Casassanta, Francisco Venâncio Filho, entre outros intelectuais brasileiros que traçaram os rumos da educação brasileira. O fato de ter realizado duas conferências sobre a sua teoria educacional e o pensamento

¹¹ Marta Araújo (2011, p. 140), dissertando sobre a intelectualidade que empreendeu reformas educacionais, ressalta que esses “abnegados renovadores da educação eram, sem dúvida, convencidos de que os problemas econômicos, políticos e sociais se emendariam com uma educação escolar integral, ou melhor, com a prática pedagógica da Escola Nova, que deveria confundir-se com a própria vida societária”.

¹² Lourenço Filho é reconhecido pelo trabalho na divulgação das ideias escolanovistas no Brasil com a publicação da obra “Introdução ao estudo da Escola Nova”, em 1930, e pela defesa do estudo da Psicologia por educadores, sendo considerado o “Claparède brasileiro” (CAMPOS, 2005, p. 10).

escolanovista revela a consideração que a nossa intelectualidade tinha diante da teoria educacional do suíço (ARCE; SIMÃO, 2007).

Corroborando essa afirmação, Regina Campos (2005), Saviani (2011a; 2011b) e Vidal (2011) também destacam que as contribuições de Claparède sobre a sua educação funcional numa escola ativa influenciaram esse movimento de renovação do ensino que ganhou forças na primeira metade do século XX.

Consequentemente à visita de Claparède, publicou-se, no Brasil, em 1932, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, dirigido ao governo e ao povo brasileiros, sob o título de “A reconstrução educacional no Brasil”, o qual se tornou o marco inaugural do projeto de renovação educacional do país.

Como se vê, os estudos claparedianos, em especial, sobre a psicologia experimental contribuíram nas investigações e publicações de intelectuais brasileiros no âmbito educacional. Vemos, ainda, que – mais do que preocupados em reproduzir os conhecimentos adquiridos em laboratórios de psicologia ou de copiar determinada teoria formulada por um teórico estrangeiro – a nossa intelectualidade voltou-se para a produção de conhecimentos que fossem adequados à realidade social brasileira da época.

Acreditamos, portanto, que, sendo influenciados pela produção científica da Europa e dos Estados Unidos, os teóricos brasileiros – ao tentarem utilizar os métodos da psicologia científica na população brasileira e se depararem com problemas sociais de doenças e incivilidade, característicos desse momento histórico – adaptaram essas teorias ao contexto que vivenciavam.

O fato de terem aplicado e adaptado as influências de teóricos estrangeiros em uma sociedade em processo de modernização dá a roupagem de que necessitamos para esta pesquisa, pois partimos do princípio de que um médico e educador brasileiro, em especial, fundamentou a sua pesquisa na teoria educacional do suíço, apropriando-se de alguns conceitos e adequando-os à realidade social em que vivia.

Desse modo, o estudo da concepção de *ensino sob medida*, de Luiz Antonio dos Santos Lima, evidencia o pressuposto de que o educador brasileiro apropriou, na sua proposição educacional, os conceitos de *ensino e escola sob medida* e de *educação completa*, preconizados por Édouard Claparède quando este fundamentou sua teoria sobre educação funcional e escola ativa.

Ao percebermos – e comprovarmos¹³ – que houve esse tipo de apropriação, inquietamo-nos no sentido de descobrir até que ponto esses conceitos foram apropriados (totalmente ou parcialmente) pelo pesquisador potiguar. Para isso, ressaltamos aquilo que ele aproveitou dos escritos do genebrino e também aquilo que ele modificou ao considerar a realidade educacional brasileira em que estava inserido.

Nessa perspectiva, entendemos que a preocupação que o médico e educador brasileiro demonstra com relação à necessidade de se atingir o “completo rendimento intelectual” do escolar (LIMA, L., 1927b, p. 20) orienta o pensamento educacional que desenvolve e, conseqüentemente, os caminhos que vai utilizar para alcançar determinado fim. Dessarte, segundo Luiz Antonio, para que a educação fosse “completa”, era preciso que o ensino fosse “sob medida”, dosado conforme o nível intelectual de cada criança – conceitos eminentemente claparedianos (CLAPARÈDE, 1961; GADOTTI, 1999; HAMELINE, 2010).

Acreditamos, portanto, que Luiz Antonio fez parte da intelectualidade brasileira que foi influenciada pelo pensamento de renovação do ensino deixado por Édouard Claparède – fato esse comprovado pelas referências, na tese de doutoramento, ao pensador suíço e pela utilização das mesmas expressões que este preconizou.

A princípio, essas influências parecem ter sido determinantes para a escrita do trabalho de final de curso de Luiz Antonio, pois a utilização das mesmas expressões que foram idealizadas por outro autor, no mínimo, deixa-nos pensar numa apropriação completa da teoria influenciadora. No entanto, analisando detalhadamente o que Luiz Antonio formulou acerca das suas concepções de *ensino sob medida* e *educação completa*, percebemos que o que esse teórico fez foi se apropriar, unicamente, das expressões e do sentido que representavam para Claparède. Ou melhor: percebemos que as expressões e o sentido original delas foram mantidos, o que comprova a nossa hipótese de que houve apropriação de conceitos por Luiz Antonio.

E vamos ainda mais adiante: acreditamos que, além das apropriações, houve também uma reformulação da teoria claparediana por parte de Luiz Antonio.

¹³ Já que Luiz Antonio faz uso explicitamente de citações do teórico suíço ao longo da sua tese de doutoramento.

Tal afirmação deve-se ao fato de, ao longo da dissertação, constataremos que Luiz Antonio deu um novo significado à parte da teoria que ele não considerou. Trata-se, portanto, de uma ressignificação que, para nós, está associada tanto à formação que Luiz Antonio recebeu quanto à realidade social que presenciava, no Brasil, naquela época.

Desse modo, defendemos que Luiz Antonio utilizou os conhecimentos médicos-científicos que tinha para adaptar a teoria de Claparède à realidade social que vivia e, a partir daí, pensar uma concepção de ensino que fosse na “medida” dos nossos problemas sociais. Com isso, a apropriação do instrumental teórico e a abordagem, feitas pelo brasileiro, permitem-nos compreender a concepção de ensino de Luiz Antonio naquilo que é o cerne da sua proposta educacional.

Mas não somente esses dois fatores fizeram com que o médico e educador Luiz Antonio desse um novo significado aos conceitos de *ensino sob medida* e *educação completa* claparedianos. Há de se considerar, também, os modos distintos de perceber a criança, a infância, o professor e, conseqüentemente, a educação nas formulações teóricas de Luiz Antonio e de Édouard Claparède. Isso porque entendemos que, se as percepções sobre essas categorias são diferentes, diferentes também serão as concepções de ensino e as finalidades da prática educativa propostas por esses pensadores. E, uma vez compreendido como fator que fundamenta uma concepção de ensino, o modo pelo qual a criança, a infância, o professor e a educação são entendidos não pode ser desvinculado do modo pelo qual se concebe o ensino.

Assim, acreditamos que o modo peculiar que Luiz Antonio percebe esses elementos constituintes de uma concepção de ensino contribui para a elaboração da sua proposta educacional, em 1927. E mais: tendo sido influenciado por uma realidade social hostil, cujas doenças e incivilidade impediam a ordem e o progresso da nação, o potiguar destacou outro elemento importante na sua teoria educacional; na tese de doutoramento que defendeu, aparece a figura do médico escolar como profissional abalizado para colocar o país no eixo do desenvolvimento social. Devido, pois, à credibilidade que tinha por dominar o conhecimento médico-científico, o médico escolar foi tido, no pensamento de Luiz Antonio, como o profissional fundamental de dosagem do ensino para a *educação completa* das crianças (LIMA, L., 1927b).

Nesse sentido, no próximo tópico, intitulado “Édouard Claparède e Luiz Antonio dos Santos Lima: conceitos”, esclarecemos as diferenças de percepções de conceitos fundadores das teorias educacionais de Claparède e de Luiz Antonio para que possamos compreender, num momento posterior (na seção “Édouard Claparède e Luiz Antonio dos Santos Lima: apropriações”), as apropriações conceituais que Luiz Antonio faz da teoria do pensador suíço. Esta sequência de análise nos permite estabelecer as bases que nortearão os próximos capítulos deste trabalho investigativo.

2.2 ÉDOUARD CLAPARÈDE E LUIZ ANTONIO DOS SANTOS LIMA: CONCEITOS

2.2.1 Criança, infância, professor e educação na concepção claparediana

Na concepção de Claparède (1961), vemos que a infância é um período de vida marcado pelo florescer ativo de interesses e necessidades interiores que devem ser explorados para que o sujeito, a criança, se desenvolva na sua plenitude. Para esse teórico da educação, essa fase é tida como um conjunto das possibilidades criativas que não devem ser abafadas. Por isso ele considera que os desenvolvimentos físico, intelectual, estético e moral da criança devam ocorrer em sintonia com a sua necessidade e os seus interesses.

Claparède percebe a criança por si mesma como o principal agente de desenvolvimento infantil, pois é ela que se exercita, se instrui e se constitui em pessoa autônoma conforme seus interesses. Afirma ainda que:

Nada do que está fora dela [da criança] se produz nela: só assimila os conhecimentos, os sentimentos ou os esquemas de ação sugeridos, na medida em que respondem a uma necessidade sua; só adquire os conhecimentos que lhe interessa adquirir. (CLAPARÈDE, 1961, p. 121).

Dada essa constatação de que o desenvolvimento infantil está imbricado aos interesses e às necessidades da criança, Claparède acredita ser fundamental vê-la como uma pessoa “em potência”, como um ser em desenvolvimento, que deve ter seus interesses valorizados para no futuro se tornar uma pessoa “em ato”, uma pessoa adulta. As fases da infância e da vida adulta constituem, portanto, “dois

momentos dum só vir a ser” (CLAPARÈDE, 1961, p. 122-123); momentos esses pelos quais inevitavelmente todos os indivíduos têm que passar.

Na sua lei de *autonomia funcional* da infância, Claparède (1961) ressaltou a similaridade existente entre os períodos da vida infantil e adulta naquilo referente às capacidades de reação e de ajustamento presentes nesses momentos. Para esse teórico da educação, cada momento do desenvolvimento de um indivíduo exige que as capacidades de reação sejam ajustadas às suas necessidades. Desse fato, a criança foi percebida como funcionalmente idêntica ao adulto, pois suas condutas infantis são guiadas por seus interesses e necessidades como também executadas por pesquisas inteligentes e por atos de vontade que a satisfaçam – da mesma forma que acontece com o ser adulto.

Dessa percepção, a fim de que a criança se torne uma “pessoa mais realizada” na vida adulta, Édouard Claparède (1961, p. 122) ressalta a necessidade de cultivá-la para que possa reagir a incitamentos que a estimulem, com base em necessidades próprias, em vista daquilo que ela deseje vir a ser. Não é, portanto, pelo fato de que seu desenvolvimento depende dos interesses e necessidades internas que a criança não necessite de estímulo e de acompanhamento; pelo contrário: não é a criança pela criança; ela precisa de orientação.

Daí, temos o conceito de educação dado por Édouard Claparède (1961, p. 117), que é tida como “a necessidade pela qual os adultos se esforçam por reformar, na direção que lhes parece desejável, o comportamento, isto é, os diversos modos de pensar, de sentir e de agir, da criança e do adolescente”. A educação trata-se, portanto, do desenvolvimento orientado das funções intelectuais e morais do indivíduo, como dissemos, com a ressalva de que o seu motor deve ser o interesse, por parte da criança, pelo que deve ser assimilado ou executado – e não mais o medo do castigo ou o desejo de alguma recompensa.

Denominada de *completa*, a educação proposta por Claparède primava pela liberdade de escolha da criança com a valorização das suas necessidades e interesses interiores. Para o pedagogo suíço, ela deveria ter como eixo a ação e não apenas a instrução, pela qual o indivíduo recebe passivamente os conhecimentos.

Com esse entendimento e na busca do desenvolvimento e do respeito das aptidões individuais das crianças, Édouard Claparède cria, em 1912, uma escola das ciências da educação que se constitui num laboratório de pesquisas, aberto a todos

aqueles que se destinam ao ensino.

Intitulada Instituto J. J. Rousseau, a escola destinada às crianças de três anos à adolescência foi inspirada nos exemplos de Dewey, Decroly e Montessori. Nas palavras de Claparède,

Procuramos que nossa escola de estilo novo dê às crianças a impressão da própria casa e que a vida, que são chamadas a viver aqui, seja realmente a imagem da vida. E conseguimos plenamente. A *Casa dos Pequeninos* é bem a sua casa. Situada no meio de um grande jardim, nas proximidades de um pomar, não tem nada da *construção escolar*. As crianças vão e vêm, entram e saem como querem, segundo as necessidades da ocupação do momento. (CLAPAREDE, 1961, p. 199, grifos do autor).

E continua acerca das atividades a serem executadas para o desenvolvimento integral das crianças:

Prefiro inventar uma fórmula e dizer que, na *Casa dos Pequeninos*, se deseja que as crianças *queiram tudo o que fazem*. Deseja-se que elas atuem e não sejam atuadas. Com efeito, não sendo uma atividade aceita pelo que a realiza, sendo executada a contragosto, não desdobra todas as suas consequências educativas, não é um agente de crescimento da personalidade. Mas não há mal em deixar a criança fazer tudo o que quer, se tudo o que quiser estiver certo! A questão é dispor as coisas de modo tal que a criança seja atraída pelas ocupações (jogos ou trabalhos, pouco importa como se lhes chame, contanto que suscitem esforço e sejam educativos), que estimulem seu desenvolvimento intelectual, moral e social; - enfim, que tudo o que queira lhe seja ocasião de progresso. (CLAPAREDE, 1961, p. 200, grifos do autor).

Vemos que a proposta de *educação completa* pensada por Édouard Claparède enfatiza a liberdade de escolha da criança, que, por sua vez, torna-se a própria agente de seu desenvolvimento. Essa teoria educacional, que permite às crianças fazerem tudo o que quierem, rendeu ao suíço repressões – ele mesmo afirma isso (CLAPARÈDE, 1961).

A percepção de que as crianças devem ter seus interesses e necessidades valorizados possibilita a Claparède redefinir o papel do professor no processo educativo. Analisando a responsabilidade que o professor possui diante do desenvolvimento infantil, trazemos o entendimento claparediano de que,

Dentro desta nova concepção da educação, a função do mestre é completamente transformada. Este já não deve mais ser um onisciente, encarregado de amoldar a inteligência e de encher o espírito de conhecimentos. Deve ser um *estimulador* de interesses, um despertador de necessidades intelectuais e morais (...). Em vez de se limitar a transmitir a seus alunos os conhecimentos possuídos por ele mesmo, ajudá-los-á a adquiri-los por si mesmos, através de trabalhos e de pesquisas pessoais. O entusiasmo, e não a erudição, será, nele, a virtude capital (...). (CLAPARÈDE, 1961, p. 126-127).

Nessa perspectiva, o mestre deve propor oralmente ou pelo exemplo atividades que interessem à criança, cabendo a ela pensar, sentir, agir e modificar a si mesma no sentido desejado pelo educador. Essa heteroeducação, tida como a ação educativa exercida pelo adulto sobre a criança, deve ser, segundo o psicólogo suíço, uma série de experiências espontâneas ou provocadas.

Claparède (1961) afirma ainda que, sendo organizado em função da criança e dos seus interesses, o processo educativo depende da habilidade, do saber, da engenhosidade e do amor do educador. Com isso, é fundamental que o mestre conheça seu aluno e que aprenda a amá-lo porque, somente por meio da observação, será capaz de

[...] propor à criança os exercícios mais apropriados para despertar ou para fortificar, nela, os poderes com que deve estar equipada, diante da vida – sua vida de criança, inicialmente; depois, sua vida de adolescente; por fim, a de adulto – e a instruir, isto é, a guarnecê-la, como se guarnecesse um veleiro, com os conhecimentos e os poderes requeridos pela vida civilizada (CLAPARÈDE, 1961, p. 127).

Assim, para que a criança deseje adquirir os conhecimentos e os comportamentos que seu mestre lhe proponha, é preciso que esses conhecimentos e comportamentos sejam apresentados no momento e de maneira apropriados, respeitando o ritmo do desenvolvimento da criança. Por isso é importante que o educador observe seu aluno, pois somente com a observação ele será capaz de perceber o nível intelectual de cada escolar e de planejar atividades que respeitem essa variedade intelectual.

Claparède (1961) salienta ainda que a falta de observação do universo da criança por parte do mestre remete a um erro comum entre os educadores: a utilização de linguagem inadequada para com a criança, com formas de raciocínio que ainda não estão constituídas nesse indivíduo em desenvolvimento. Isso faz com

que as crianças e os adolescentes

[...] não despendam todo o esforço de que são capazes, a não ser que sejam incentivados em sua língua e através de algo que lhes seja necessário; a não ser que o exercício proposto responda neles a um interesse realmente dominante, ou que, antes de lhes ter sido apresentado, se tenha despertado, mobilizado neles o interesse correspondente. (CLAPARÈDE, 1961, p. 123).

Claparède pensa no professor e no aluno como indivíduos cuja relação se baseia na confiança e na dedicação mútua em prol do desenvolvimento daquele que ainda está em fase de descoberta de si: a criança. Por meio da colaboração do professor, a criança participará de brincadeiras que propiciem a valorização dos seus interesses e necessidades. É ela a principal agente do seu desenvolvimento pleno.

Da mesma forma que Claparède considera a criança como um ser com potencialidades próprias, não a vendo como uma réplica em miniatura de um adulto, Luiz Antonio dos Santos Lima também o faz.

No entanto, a concepção educacional proposta pelo potiguar está fundamentada em conceitos que a fazem distinguir daquela que foi pensada pelo teórico suíço. Vejamos o que Luiz Antonio entende por criança, infância, professor, médico e educação para que possamos compreender as bases em que estão formuladas a sua concepção de *ensino sob medida*.

2.2.2 Criança, infância, professor, médico e educação na concepção de Luiz Antonio

Percebemos tanto em Luiz Antonio quanto em Claparède o destaque dado pelos teóricos à importância da infância e à valorização da criança como indivíduo em desenvolvimento. Porém, a diferenciação de pontos de vista se dá com o fato de o teórico suíço se deter na análise da identidade do sistema funcional dos períodos da infância e da vida adulta; enquanto que o teórico potiguar se detém na análise da identidade fisiológica dos períodos evidenciados.

Luiz Antonio dos Santos Lima ressalta que o modo errôneo de muitos pesquisadores considerarem a criança como uma miniatura do adulto se deve ao

fato de a fisiologia infantil ser similar à do indivíduo adulto. E compara afirmando que “embora [...] o rythmo cardiaco e respiratorio da creança diffira pouco do que será mais tarde, a pediatria lança mão dos mesmos recursos de que se faz uso na therapeutica dos adultos” (LIMA, L., 1927b, p. 14).

No entanto, em Luiz Antonio, essa semelhança fisiológica não é verificável naquilo que concerne ao cérebro e às suas especificidades: de uma vida psíquica medular (no recém-nascido, a medula é mais adiantada do que o cérebro), o bebê, a criança e o jovem passam a ter o encéfalo e a caixa craniana desenvolvidos na proporção coerente entre “continente e conteúdo”. Isso porque, à medida que a pessoa cresce, ocorre a ossificação craniana e o aumento da massa cerebral, atingindo essa região um ponto máximo de desenvolvimento no período da juventude. Conforme as estatísticas de Luiz Antonio (1927b, p. 15), “aos 7 annos, o cerebro adquiriu 83% de seu desenvolvimento; aos 14 [anos], 95%”.

É necessário, portanto, um tempo razoável para o órgão atingir seu desenvolvimento completo – o que faz com que Luiz Antonio considere a infância a fase mais importante na vida de uma pessoa. Assim sendo, traz uma citação de Yerkes (apud LIMA, L., 1927b, p. 15) para frisar que “o que se faz por uma creança durante os primeiros annos de sua vida é infinitamente mais importante que tudo que é feito mais tarde”. Para Luiz Antonio, portanto, os primeiros dez anos de um indivíduo constituem a idade de ouro do seu desenvolvimento.

Trata-se do período da vida em que os sentimentos e as emoções devem ser formados, já que é aqui que são lançados os fundamentos estruturais da personalidade de cada ser. É nessa fase que o indivíduo tem o desenvolvimento simultâneo do seu corpo e da sua mente e também que adquire os mais variados hábitos de moral e comportamento. Segundo Luiz Antonio, é durante a infância que os bons hábitos devem ser incentivados, os maus hábitos corrigidos e a formação do caráter da criança deve ser guiada.

O autor reconhece, ainda, que essa é a única fase, completa ou não, de contato da grande maioria das crianças com a escola pública ou particular. E, justamente por isso, é nesse período que existe uma maior possibilidade de reconhecimento das deficiências mentais que as crianças apresentam. A preocupação constante de Luiz Antonio com os problemas relacionados à mente deve-se ao fato de que, no seu entender, quanto mais cedo a anormalidade

comportamental ou moral fosse detectada, mais chances de cura e de reinserção social a criança anormal curável teria.

Essa triagem precoce das anormalidades e a importância da infância foram destacadas nos tópicos que se seguem, datados de 1922 e encontrados na tese de doutoramento. São eles:

- 1) Nesse periodo [de vida] é assegurada a collaboração indispensavel dos paes, que comprehendem mal que o medico tenha de intervir junto a uma creança de 12 annos, illetrada, mas vigorosa e de boa apparencia;
- 2) Só nessa occasião é possível redigir sobre a creança uma observação completa, graças á lembrança recente dos paes, que facilitará distinguir o que constitue os signaes da evolução até os 3 annos e os diversos incidentes pathologicos sobrevindos;
- 3) É nessa occasião ainda que é permittido fazer uma classificação *ne-varietur*, por assim dizer, das creanças, seus modos de sêr, a evolução da linguagem, sua affectividade, estando as suas tendencias já esboçadas em grandes linhas;
- 4) Antes de sua segmentação mais completa, o systema nervoso é, ao mesmo tempo, mais sensivel a todas as toxi-infecções e á therapeutica racional, muitas vezes inefficaz na creança maior [...];
- 5) É de tres a seis annos que se fará com toda precisão necessaria a distincção entre a *creança atrasada curavel*, que será confiada aos que saberão aguardar e ajudar sua evolução, e a *creança retardada incuravel*, cuja indigencia intellectual pôde ser apenas adornada; se se não quer esperar a prova absoluta e definitiva do tempo, isto é, a idade de 15 a 20 annos, é observando o periodo mais activo e mais rico da evolução do sêr, entre tres e sete annos, que se poderá ser avisado e, portanto, que poderá agir utilmente para o recrutamento das classes de aperfeiçoamento, que devem ser reservadas aos retardados;
- 6) Todos os medicos especialistas em psycho-pediatria podem, antes dos 6 annos, estabelecer um diagnostico de creança retardada ou atrasada pela investigação dos signaes neurologicos que acompanham, nesse periodo da vida, os signaes de insufficiencia mental, cujos conjunctos differentes veem confirmar a opinião de se tratar de simples atrazo ou de parada. (COLLIN apud LIMA, L., 1927b, p. 22, grifos do autor).

Vemos que, durante a infância, tão importante quanto à figura dos pais – que acompanham e observam seus filhos diariamente –, aparece a figura do profissional da saúde, o médico, cuja função é fazer um diagnóstico preciso da anomalia mental da criança, procurando sua etiologia, “muitas vezes familiar e social: alcoolismo, syphilis, tuberculose, etc.” (LIMA, L., 1927b, p. 23), e propondo tratamento médico, se possível, para o comportamento estabelecido como fora do padrão.

Atuando sempre em parceria com os pais e professores, uma vez identificada a deficiência mental, cabe ao médico designar para cada criança as medidas de correção das anomalias comportamentais e morais nela observadas. Conforme ainda o excerto destacado, é preciso, pois, que o médico corrija as tendências maléficas à saúde, que se originam no indivíduo enquanto criança e que podem se desenvolver como uma anomalia mais grave no futuro, ameaçando as integridades individual e coletiva.

Essa discussão sobre infância, papel do médico e anormalidades mentais orienta a percepção de Luiz Antonio sobre o conceito de criança: no seu entender – e no da intelectualidade médico-higienista –, a criança é vista como um indivíduo em desenvolvimento cuja personalidade deve ser moldada segundo o padrão normalizador tido como ideal.

O formato que a “massa mole” vai adquirir, numa referência ao modo pelo qual a criança era vista (nas próprias palavras de Luiz Antonio: “o bloco” e a sua “maleabilidade”), está em conformidade com a normalização comportamental almejada pela intelectualidade detentora do saber médico-científico. Moldar a personalidade, nesse contexto, é inculcar bons hábitos e formar os sentimentos e as emoções conforme a conveniência médica. Os médicos, por terem o conhecimento científico sobre aquilo que é melhor para a sociedade, detêm o poder de vigilância e controle dos corpos sociais e por isso conformam as personalidades segundo o padrão normalizador apropriado.

Nessa perspectiva, a criança é vista como um instrumento de transformação social porque somente formando bons hábitos mentais durante o período da infância a sociedade seria renovada, passando de doente, incivilizada e indolente para saudável, civilizada e progredida. Por isso é importante, para Luiz Antonio, que os hábitos sadios sejam formados logo após o nascimento, devendo a educação da criança começar cedo, desde o berço.

A valorização da educação, segundo o educador e médico higienista do Rio Grande do Norte, dá-se pela necessidade de se fazer a profilaxia mental das crianças em idade escolar. Na definição que traz em sua tese, Luiz Antonio afirma que “a educação é o conjunto de acções que se exercem sobre um ser imaturo para apressar e melhorar o desenvolvimento organico e psychico, afim de tornal-o apto a viver no ambiente em que se encontra e na sociedade de que faz parte”

(CESCA apud LIMA, L., 1927b, p. 10). E continua explicando que

Essa aptidão “a viver no ambiente em que se encontra e na sociedade de que faz parte” consagra estritamente o objectivo da “adaptação”, collimado na Hygiene mental, como segurança da felicidade do individuo e tranquilidade do aggregado social em que ingressa. (LIMA, L., 1927b, p. 10, grifos do autor).

Nesse sentido, procurando desenvolver um sistema de reflexos condicionados, que permitam à criança se recusar contra os maus hábitos e se voltar para os bons, a educação proposta por Luiz Antonio controla o desenvolvimento infantil, corrige seus desvios e amplia suas virtudes de modo a integrar e adaptar a criança à sociedade. Dessa forma, por consistir nos bons conselhos de moral e de higiene, que evitam que a criança caia no desequilíbrio psíquico, sua educação traz a figura do professor como modelo de pessoa equilibrada física e mentalmente que deve ser seguido pelos escolares.

É válido destacar que o professor, além de exemplo social, deve trabalhar em prol da correção dos desvios comportamentais, do aprimoramento das qualidades e da extirpação dos defeitos incipientes observáveis no ser em formação. Segundo Luiz Antonio (1927b, p. 23)

[...] é a elle [...] que compete apontar ao medico escolar as creanças que, á sua observação e experiencia, pareçam affectas de anomalias, quer pelo character pathologico de retardamento, quer pela indisciplina e inadaptação ao rythimo escolar normal.

Esse profissional deve ajudar a criar uma segunda natureza, boa, através do enxerto de hábitos sadios na criança em idade escolar; deve observá-la e, como se percebe no excerto destacado, atuando em parceria com o profissional da saúde, apontar ao médico aquelas que pareçam ser afetadas por anomalias mentais (LIMA, L., 1927b).

2.3 ÈDOUARD CLAPARÈDE E LUIZ ANTONIO DOS SANTOS LIMA: APROPRIAÇÕES

Dessas discussões sobre criança, infância, educação e papel do professor

nas concepções de Claparède e de Luiz Antonio, adicionando a figura do médico na teoria deste último, evidenciamos a ânsia demonstrada pelos teóricos na busca de respostas sobre o universo do processo educativo da criança.

Vimos que Claparède percebe a criança como um ser com potencialidades próprias e como agente do seu desenvolvimento, que deve ter liberdade para agir conforme seus interesses e necessidades; Luiz Antonio, por outro lado, a vê como um bloco que deve ser moldado e adaptado à realidade civilizada, cujos interesses e necessidades devem ser aprovados pela opinião médica e vigiados constantemente pelos pais, médicos e professores para não serem corrompidos pelas más influências.

Com relação à infância, enquanto em Claparède percebemos esse período de vida como o momento de valorizar e de explorar os interesses e necessidades da criança para o seu desenvolvimento, em Luiz Antonio o entendemos como o período de os bons hábitos serem adquiridos e de os problemas mentais percebidos serem corrigidos.

Com isso, vemos que – de forma diferente de Claparède, que pensa a educação escolar como o instrumento para o florescer da individualidade e de todas as potencialidades da criança –, Luiz Antonio julga importante que a educação do escolar se dê para a saúde mental individual das crianças, para o consequente saneamento mental de toda a sociedade brasileira.

Em Luiz Antonio, salientamos a responsabilidade do médico diante da educação da criança em idade escolar; em Édouard Claparède, evidenciamos a responsabilidade mútua do mestre e da criança em prol do desenvolvimento infantil. Com isso, percebemos que, enquanto a educação clapediana mostra-se para libertar a criança das amarras sociais, permitindo que ela posicione externamente sua opinião e interesses, a educação proposta por Luiz Antonio tende a aprisionar a opinião do indivíduo infantil e a favorecer a cientificidade da medicina.

De acordo com o ponto de vista de Luiz Antonio (1927b, p. 21) acerca da liberdade concedida às crianças nas escolas clapedianas, num “systema que parece ideal” – em que “o unico limite imposto é que ellas [as crianças] não usarão para fazer mal ás outras ou para incommodal-as”, em que “não ha horarios, nem lições, nem classes”, onde “cada alumno tem liberdade de fazer o que quizer, quando e pelo tempo que lhe aprouver” –, a sanção dessa experiencia ainda não é

um preconceito de adopção por toda parte”.

Por outro lado, ele admite que a vantagem de um sistema cuja educação seja baseada na liberdade do escolar é que “nesses estabelecimentos estão asseguradas, por intermedio da educação bem orientada, todas as condições de uma boa Hygiene mental” (LIMA, L., 1927b, p. 21).

Como o próprio título indicia, a tese “Hygiene Mental e Educação” demonstra a preocupação do médico Luiz Antonio dos Santos Lima com o aspecto da higienização das mentes das crianças em idade escolar. Na sua opinião a respeito das escolas que concedem liberdade plena aos infantes, “o maior serviço, prestado á Hygiene mental por esses institutos [...], está certamente na descoberta dos anormaes psychicos” (LIMA, L., 1927b, p. 21). E continua a explicar a importância da distinção, que deve ser feita o quanto antes, entre as crianças normais e aquelas que apresentam alguma anomalia comportamental. Para o médico higienista,

A importancia incontestavel dessa providencia [...], quando dizem que se concebe o interesse desta distincção entre normaes e anormaes desde o inicio da vida escolar, desde o despertar da intelligencia infantil, diagnose verdadeiramente precoce e proveitosa, pois que, de começo, permite tomar, em face dos anormaes, todas as providencias pedagogicas convenientes, ao mesmo tempo que subtrahir os normaes á sua influencia nociva. (LIMA, L., 1927b, p. 22).

Desse modo, diante do risco que os anormais representam para a sociedade, não é aconselhável que gozem de plena liberdade. Com essa perspectiva, Luiz Antonio modifica a percepção claparadiana de que a criança deve ser colocada em condições tais que se eduque, ela mesma, o mais possível.

Na concepção educacional que o potiguar desenvolve, não percebemos a preocupação com o prolongamento da infância, a exploração das potencialidades, da curiosidade e da tendência à experimentação, característicos do período infantil; percebemos, ao contrário, que à criança brasileira do início do século XX são dadas responsabilidades e noções de comportamento e de moral que tornam precoce o seu desenvolvimento infantil. Por isso, ao tolher a espontaneidade e aquilo que é infantil na criança, entendemos que Luiz Antonio se distancia da teoria de Édouard Claparède.

No entanto, ao enfatizar a necessidade de que as crianças fossem

higienizadas no âmbito da moral e do comportamento, Luiz Antonio fez uso dos princípios de categorização contemplados pelos testes psicológicos de inteligência – pois, conforme o seu pensamento, o *ensino sob medida* e a divisão dos escolares seriam determinados pelo resultado do nível de desenvolvimento mental dos examinados pelos testes.

Para isso, utilizou a definição clapediana de que “dá-se o nome de *testes* ás provas tendo por objecto a determinação de um carater psychico ou physico de um individuo” (CLAPARÈDE apud LIMA, L., 1927b, p. 148, grifo do autor). E complementou que “*test* é um exame escripto, reduzido aos seus mais summarios termos, cujas respostas teem de ser dadas de tal maneira que não possam ser julgadas senão de um modo” (LIMA, L., 1927b, p. 148, grifo do autor).

Os testes de inteligência, a serem aplicados no ambiente escolar, deveriam cumprir duas “condições especiaes”, segundo Claparède (apud LIMA, L., 1927b, p. 149): “a) a creança submettida á prova deve executal-a de bôa vontade, prestando toda a atenção” e “b) é preciso que a creança não esteja atemorizada, assustada ou constrangida de qualquer modo, pela experiencia ou pelo experimentalista”.

Diante disso, na opinião de Luiz Antonio (1927b, p. 149), a pessoa “naturalmente escalada para applicação dos testes é o professor” porque

Ninguem mais do que elle tem prestigio moral na classe, sabe melhor fazer-se comprehender por ella, provoca menos alteração no animo dos alumnos no regime disciplinar.
Estimado e obedecido pelos alumnos, só se lhe faz necessario um aprendizado efficiente, que o torne apto a desempenhar-se satisfactoriamente de tão delicada incumbencia.

Adentrando na temática do preparo que o professorado deve receber, Luiz Antonio comenta a carência de disciplinas referentes à psicologia da criança, à higiene mental e à higiene geral que os cursos das Escolas Normais possuem. Segundo ele,

[...] é da mais absoluta imprescindencia que nos programmas das escolas normaes, que teem a seu cargo a preparação do professorado, sejam contemplados os conhecimentos de Hygiene mental, ao lado dos outros que concorrem á formação literaria e technica dos profissionaes do ensino. (LIMA, L., 1927b, p. 142).

Por isso, defende que o professor deve conhecer – por meio de um ensino vivo, com exemplos, narrações e fatos diversos – a rigidez de todo o desdobramento evolutivo para que não o comprometa ou o perturbe com práticas desaconselháveis. E cita Édouard Claparède ao afirmar que o suíço, “[..], referindo-se á preparação do professorado, sob diretrizes da Hygiene mental, diz que ‘esta preparação deve ser antes de tudo *psychologica*’” (LIMA, L., 1927b, p. 143, grifo do autor).

Diante dessa referência, Luiz Antonio (1927b, p. 143) analisa que, na Escola Normal do Rio Grande do Norte, “essas noções basicas” de estudo “*physio-psychologico da creança*” são ministradas aos futuros mestres por meio de um “diminuto material”. Para o potiguar, é inadmissível uma Escola Normal não ensinar psicologia de uma forma solida e profunda, uma vez que,

Blindado do preparo *psychologico* que lhe suppomos indispensavel, auctorizado pelo seu tirocinio tecnico, o professor, depara-se-me insubstituível, pois só o trato diario com os alumnos, atravez de varios annos, póde conferir ao profissional essa espécie de *dom*, de *segredo*, de actuar efficazmente sobre elles. (LIMA, L., 1927b, p. 149, grifo do autor).

Com isso, vemos a importância que o professor tem no processo de ensino-aprendizagem da criança em idade escolar. De Claparède, Luiz Antonio traz que o professor

[...] não deve mais ser um onisciente encarregado de argamassar a intelligencia e de entulhar o espirito de conhecimentos. Deve ser um estimulador de interesses, um despertador de necessidades intellectuais e moraes. Deve ser para seus discipulos mais um collaborador que um ensinador ex-cathedra. Em logar de se cindir a transmittir conhecimentos proprios, ajudal-os-á a adquerir por si, com trabalhos e investigações pessoas. (CLAPARÈDE apud LIMA, L., 1927b, p. 140).

E complementa que,

Cumprindo ao professor orientar a formação da intelligencia, da sensibilidade e da vontade de seus alumnos, ao mesmo tempo que procurar dotal-os de um *physico* normal, cumpre-lhe, indeclinavelmente, conhecer muito bem os postulados da Hygiene mental e da Hygiene geral. (LIMA, L., 1927b, p. 141).

Constantemente, a análise do médico e educador Luiz Antonio dos Santos Lima pende para o âmbito da higienização das mentes. E essa preocupação com o caráter da higiene mental dos escolares orienta as apropriações de conceitos que faz e as concepções de educação e de ensino que tece na tese de doutoramento.

Apropriando-se da terminologia *educação completa* e daquilo que representa, Luiz Antonio entende que o fim essencial da prática educativa deve ser o “desenvolvimento completo da individualidade”, isto é, o melhor rendimento físico, intelectual e moral do escolar (LIMA, L., 1927b, p. 141). Além disso, demonstra a preocupação de a educação ser voltada para a formação de bons profissionais capazes de servirem bem à sociedade. Preocupa-se em habilitar o sujeito, tornando-o eficiente para disponibilizá-lo ao mercado de trabalho, da mesma forma que Claparède o faz em sua “Escola sob medida” (1961).

No entanto, embora faça uso das palavras de Claparède para enfatizar o fato de que “a mola da educação deve ser não o receio do castigo, nem mesmo o desejo de uma recompensa, mas o interesse, o interesse profundo pela coisa que se trata de assimilar ou de executar” (CLAPARÈDE apud LIMA, L., 1927b, p. 139), Luiz Antonio apresenta, na sua concepção educacional, uma rigidez que não é verificada na teoria clapediana. Por fazer constante menção à higiene mental, o médico acrescenta que os preceitos da higiene devem orientar a vigília da evolução do ser imaturo; “evolução [essa], lenta e gradual, para a maturidade, de modo a assegurar ao rythmo do desenvolvimento as mais solidas garantias de normalidade” (LIMA, L., 1927b, p. 141).

A influência que o saber médico-científico detinha e a importância de as crianças seguirem um padrão comportamental de normalidade fizeram com que a concepção educacional postulada por Luiz Antonio se tornasse menos maleável para considerar a opinião e o interesse infantis. Isso porque, tido como verdadeiro, o saber médico daquele momento histórico postulava as regras de conduta e detinha o conhecimento sobre aquilo que seria melhor para a sociedade. Deveria, portanto, ser seguido, independentemente de opiniões e interesses, por ventura, contrários aos seus postulados.

Assim, reconhecendo a importância da escola como lugar ideal para se atingir a *educação completa*, Luiz Antonio – a partir de Claparède – salienta que essa instituição “[...] deve ser activa, isto é, [deve] mobilizar a actividade da

creança”, tornando-se “um laboratorio mais que um auditório” (CLAPARÈDE apud LIMA, L., 1927b, p. 139). Nesse sentido, sua concepção de ensino traz a resignificação de que deve, a escola, ser um laboratório não para a criança, incapaz de fazer o que quer conforme seu interesse e necessidade, mas sim para a equipe médica, possuidora do saber científico e capaz de avaliar toda e qualquer anormalidade comportamental de cada escolar.

Para isso, o potiguar retoma a discussão acerca do uso dos testes de inteligência para a identificação dos desvios das crianças e ressalta a importância de “aconselhar que cada escola, cada grupo escolar pelo menos, tenha um pequeno laboratorio escolar, [...] provido dos principaes testes e de alguns instrumentos necessarios aos exames: toeza, balança, fita metrica, chronometros, [...], etc.” (LIMA, L., 1927b, p. 149).

Vale lembrar que Claparède incentivava o uso dos testes por causa da necessidade de se identificar os diferentes níveis de inteligência verificados nas crianças; enquanto Luiz Antonio incentivava o uso dos testes para que os escolares que apresentassem desvios de comportamento e moral fossem identificados e sofressem a intervenção normalizadora cabível para corrigir sua anomalia.

Desse modo, a partir dessas leituras, entendemos que a) a atividade e iniciativa da criança, com o uso de métodos baseados na psicologia infantil, bem como b) a obediência passiva, repressora dos instintos e gostos naturais, e métodos baseados na lógica do adulto sintetizam, respectivamente, as concepções educacionais de Édouard Claparède e de Luiz Antonio dos Santos Lima.

Assim, o conceito de *educação completa*, pensado por Claparède e apropriado por Luiz Antonio, seria atingido através de um ensino que fosse “sob medida”, dosado não a partir do rendimento intelectual de cada criança – como propunha o suíço –, mas sim pelo nível de anormalidade comportamental ou moral apresentado por cada escolar. Portanto, as medidas para o ensino, destacadas por Édouard Claparède e Luiz Antonio dos Santos Lima, evidenciam, respectivamente, o desenvolvimento intelectual e os desvios de caráter mental das crianças escolares; e é devido a essa diferença de perspectiva que o potiguar faz uso de métodos de dosagem do ensino distintos dos propostos pelo suíço para chegar à *educação completa* das crianças.

É válido, também, destacar que o pensamento de Luiz Antonio e a

concepção educacional que formula são reflexos do contexto social, político, econômico e educacional que a sociedade brasileira do início do século XX enfrentava. Seria impossível para nós tentarmos compreender a concepção de *ensino sob medida* pensada pelo médico e educador potiguar sem antes compreendermos o momento histórico em que viveu, a mentalidade da época em que estava inserido e a credibilidade que o saber médico-científico detinha. É preciso, pois, que entendamos o contexto de mudança social vivenciado por Luiz Antonio dos Santos Lima.

3 EM BUSCA DE CONTEXTUALIZAÇÃO: LUIZ ANTONIO DOS SANTOS LIMA E O MOVIMENTO DE HIGIENIZAÇÃO DA SOCIEDADE

A necessidade de contextualização histórica em que a obra “Hygiene Mental e Educação” foi escrita aborda as nuances da sociedade brasileira do fim do século XIX e início do XX.

Os autores que nos ajudaram na contextualização do momento histórico brasileiro da transição do século XIX para o XX nos permitiram uma compreensão, mesmo que elementar – dada à quantidade variada de publicações –, das vidas social, econômica e política daquela época, no nosso país. E, a partir desse entendimento, passamos a perceber a proposta de Luiz Antonio dos Santos Lima acerca da higienização das mentes dos escolares como pertencente à mentalidade daquele momento histórico pelo qual o Brasil passava.

Ao buscar a correção de hábitos dos escolares, a mudança de seus comportamentos, a padronização de suas condutas e a disciplinarização dos seus desvios, comprovamos que a proposta de Luiz Antonio estava em consonância com o ideário de higienização social almejado pela intelectualidade brasileira. Isso porque, tendo vivenciado um momento histórico de conturbações sociais, políticas e econômicas, o médico potiguar imbuíu-se do ideário do período de que o Brasil só se tornaria um país desenvolvido, capaz de acompanhar o progresso, caso o seu povo fosse regenerado.

A crença na regeneração social a partir da mudança de hábitos e comportamentos estava relacionada ao modo pelo qual a população brasileira em geral era vista pela intelectualidade médica: tido como indolente, preguiçoso e doente, o perfil do brasileiro se tornou alvo de pesquisas e passível de intervenção (GONDRA, 2004).

Segundo Aranha (2006b) e Saviani (2011a), era preciso fazer com que o brasileiro acompanhasse o ritmo das mudanças ocorridas no país, pois o seu perfil não estava condizente com as transformações sociais, políticas e econômicas do período. Num contexto de surto industrial, fortalecimento da burguesia urbano-industrial, fortalecimento da política imigratória, escravidão recém-abolida e república recém-proclamada, o perfil do brasileiro passou a ser visto como entrave ao desenvolvimento, à civilidade e à ordem do país.

Mas por que o brasileiro foi visto como a causa do problema e se tornou alvo de intervenção?

3.1 O MOVIMENTO DE HIGIENIZAÇÃO DA SOCIEDADE E A PREOCUPAÇÃO COM AS MENTES DOS BRASILEIROS

Conforme estudos realizados por Aranha (2006b), Santos (2010) e Veiga (2011), o início da era republicana representou um período importante para a urbanização e industrialização do Brasil. As mudanças no regime trabalhista, advindas com a abolição da escravidão, em 1888, permitiram que o capital que era destinado à compra de escravos fosse agora investido no setor industrial – o que otimizou a produção de navios a vapor, a construção de estradas de ferro, a instalação de telégrafos e a abertura de bancos. O processo de industrialização e o aumento da produtividade fizeram com que o Brasil acumulasse capitais e incentivasse o consumo de bens e serviços, estimulando novos investimentos e inovações técnicas.

Com essas transformações econômicas, políticas e industriais, as cidades brasileiras cresceram. A diminuição da população rural e o consequente aumento da urbana¹⁴, além da entrada de imigrantes¹⁵, acarretaram um crescimento populacional desordenado¹⁶, que, atrelado à falta de estrutura física das cidades, propiciou condições de vida insalubres nas cidades brasileiras (SCOTT, 2012).

A falta de saneamento e as condições precárias de higiene “agravaram ainda mais os problemas da cidade suja, doente, acanhada, espremida e desprovida, exigindo soluções a curto prazo” (LIMA, T., 1996, p. 81). Pois o lema da ordem e do progresso, instaurado com a República, em 1889, chocava-se com a situação de calamidade pública em que vivia a população.

Segundo Santos (2010), estima-se que grande parte da população brasileira do início do século XX vivia em cortiços, tipo de moradia predominante nas cidades

¹⁴ Segundo Basbaum (1986, p. 141), no Brasil, “[...] por volta de 1890 a população rural correspondia a 75% da população total”; “essa percentagem reduzia a 70%”, em 1930.

¹⁵ A título de exemplificação, Dermeval Saviani (2011a, p. 163) afirma que “o número de imigrantes que vieram para o estado de São Paulo se eleva de 13 mil na década de 1870 para 184 mil nos anos de 1880 e 609 mil na década de 1890. O total para o último quartel do século foi de 803 mil, sendo 577 mil provenientes da Itália”.

¹⁶ Sodré (1976) explica que havia no Brasil, entre os anos de 1890 e 1900, 17 milhões de habitantes; número que aumentou, em 1920, para 30 milhões.

que abrigava uma considerável quantidade de pessoas por unidade. Com isso, “as pestes e epidemias se alastravam, beneficiadas pela ausência de condições mínimas de salubridade e saneamento” (SANTOS, 2010, p. 212).

Em complementação a esse raciocínio Cynthia Veiga (2011, p. 401) afirma que

Cidades como o Rio de Janeiro [por exemplo] foram palcos de problemas relativos à forma como trabalhadores, escravos, ex-escravos, pobres e negros situavam-se no espaço urbano. As concepções sanitárias estiveram presentes desde o Império através de ações que visavam ao fechamento de cortiços e estalagens nocivas à saúde pública. As condições de vida da população pobre e a disseminação de doenças como a febre amarela e a varíola colocavam para as autoridades uma questão vital: como implementar o progresso?

O progresso e a modernização, exigidos pela nova ordem social, eram incompatíveis com as epidemias, que dizimavam milhares de pessoas, com as ruas imundas e com os corpos sujos e doentes da população. Era preciso transformar o país doente em país sadio, limpo e ordenado – requisito fundamental para a implantação e consolidação de uma sociedade “moderna”, equivalente econômica e culturalmente aos países desenvolvidos.

O pensamento da intelectualidade do início do século XX via no brasileiro a causa do atraso e da incivilidade do país: seu corpo sujo e doente era um entrave ao desenvolvimento e ao progresso da nação. O corpo doente que tinha era considerado como “a fonte principal de quase todos os demais males humanos: pobreza, crime, ignorância, vício, ineficiência, taras hereditárias e muitos outros males” (REVERENDO GATES apud ROCHA, 2003, p. 55).

Assim, na tentativa de levar o país ao progresso e deixá-lo livre dos atrasos sociais, a intelectualidade brasileira, imbuída do espírito nacionalista e ufanista, pensa em medidas e aponta soluções para o caos social em que o Brasil se encontrava. Passa, então, a acreditar no avanço da ciência moderna e desenvolve um entusiasmo pelo crescimento social e econômico (DUMAS, 1996).

Nesse contexto, a medicina desponta como campo disciplinar autônomo capaz não somente de curar as doenças físicas, como também de preveni-las; e os médicos, por acreditarem na ciência como o único conhecimento válido para tal feito,

fazem uso do saber científico que possuem, na tentativa de fortalecer as capacidades produtivas de cada indivíduo, em vista do desenvolvimento da nação brasileira.

O pensamento de renovação do período traz aspectos que transcendem simples medidas sanitárias e cuidados elementares sobre a saúde do indivíduo: existe também a preocupação com a moralidade, a conduta, os bons costumes, as doenças físicas e psíquicas como problemas de higiene, tornando-as alvo de intervenção.

Para a intelectualidade médica, portanto, o cerne da solução para o Brasil doente e atrasado estaria tanto na inspeção higiênica dos corpos, casas e espaços públicos, quanto numa ampla reformulação dos costumes da população. Para isso, todos os setores da sociedade deveriam receber intervenções da medicina social – o que fez concentrar a atenção da intelectualidade para o corpo social (FOUCAULT, 1982), pois o alvo era não mais o indivíduo, mas a coletividade. A intelectualidade comprometia-se agora não mais com a doença, mas também com a saúde; buscava não apenas a cura, mas também a prevenção das mazelas sociais.

Formar um novo homem para uma sociedade progredida e ordenada é, então, o objetivo maior do movimento ideológico higienista, o qual se caracteriza como uma

Ideologia que exalta o cuidado do corpo através da ginástica, o saneamento do meio ambiente, a alimentação correta, a abstinência sexual e, portanto, o fortalecimento das capacidades produtivas do indivíduo em vista de um desenvolvimento da nação. (CAMBI, 1999, p. 491).

Compreendendo a ideologia como “uma forma de construir representações ou de organizar representações já existentes para atingir determinados objetivos ou reforçar determinados interesses” (BARROS, 2009, p. 86), nós a associamos ao controle social exercido pelos médicos sanitaristas sobre a sociedade brasileira do início do século XX. Percebemos que o conjunto de ideias e normas de conduta veiculado pelo movimento sanitarista levou os indivíduos a pensarem, sentirem e agirem de acordo com os interesses da classe que detinha o poder. Dessa forma, o poder higienista seguiu como construtor de representações inconscientes na população brasileira no intuito de atingir determinado fim.

Desenvolver a nação a partir do cuidado com o corpo e, principalmente, com a mente foi um ideário social que mobilizou os intelectuais da época, em sua maioria aqueles com formação médica¹⁷. Para o progresso, era preciso produzir novos costumes, hábitos, valores, conceitos comuns e representantes dos ideais dominantes que pudessem estar em sintonia com os novos preceitos políticos, sociais e culturais da nova era republicana (GONÇALVES NETO; MAGALHÃES, 2009; VEIGA, 2011).

Os ideais republicanos de ordem e progresso seriam alcançados somente com a organização sanitária da nação, a partir da formação de um “novo” homem.

Novo porque bem constituído física, moral e intelectualmente. Novo porque inscrito em uma percepção de homem e sociedade que buscava legitimar-se como nova, em um tempo no qual se dirigiam ações rumo à modernização da sociedade, do trabalho, da economia e da escola. Era tempo de urbanização e de aburguesamento. Portanto, também era tempo de higienização. (GONDRA, 2002, p. 123).

Era tempo de higienização não somente do corpo, mas também da mente. Isso porque associadas à desordem, ao crime, ao alcoolismo, à preguiça, à falta de inteligência, entre outros empecilhos ao desenvolvimento do país, as doenças mentais preocupavam as autoridades da época e se tornavam alvo de pesquisas e classificações pelos higienistas, que buscavam suas causas e sintomas (BOARINI, 2000; 2003; 2007).

Deste feito, a higiene mental passou a ocupar lugar de destaque na medicina social, possibilitando aos médicos orientarem o destino de cada indivíduo: o internamento aos loucos e a prevenção aos não loucos, principalmente aqueles predispostos à loucura, já que a predisposição à hereditariedade e o pertencimento às raças inferiores eram fatores de degeneração social.

Conforme explica Wanderbroock Junior (2007, p. 33, grifos do autor) sobre a importância da higiene mental e das ações por ela exigidas,

Aos olhos dos higienistas, todo “normal” era suspeito, e os “deveres patrióticos” para com a Nação impunham múltiplos esforços para

¹⁷ Luiz Antonio dos Santos Lima (1927b, p. 6) destaca que “philosophos, educadores, litteratos, theologos, psychiatras [...] [também] se têm preocupado com o estudo do funcionamento mental e suas aplicações”.

estabelecer o “equilíbrio social”, mediante processos depurativos. Por essa razão, o “giro” da higiene sanitária à higiene mental estava associado à necessidade social daquele momento, que exigia uma ação muito mais sobre a mente do que sobre as enfermidades propriamente ditas. Isso implicava, ao mesmo tempo, um estudo e uma ação no plano subjetivo do homem.

Agir na subjetividade seria intervir nos hábitos, costumes e comportamentos humanos, corrigindo-os e os adaptando conforme os padrões de normalidade do início do século XX. Nesse sentido, era preciso reformar o povo, regenerando, moralizando, disciplinando e unificando as diferenças individuais presentes na sociedade (VEIGA, 2011), uma vez que a república brasileira somente se concretizaria com a unidade nacional.

O dever patriótico da intelectualidade higienista pregava que a unificação social somente seria possível a partir da educação do povo, que, por sua vez, do nosso ponto de vista, se coloca

[...] como um momento no interior das ideologias [...] e vem a depender destas, recebendo conotações teóricas (orientações de valor, modelos de formação etc.) e colocações práticas (estratégias e táticas, operantes no tecido social e nos processos individuais de formação e instrução). (CAMBI, 1999, p. 382).

Para Gondra (2002, p. 69), a “profilaxia e correção das doenças mentais e de comportamentos dissonantes em relação aos padrões morais dominantes, vistos como comportamentos doentios”, visavam à formação de “‘bons hábitos’, em um assumido projeto de educação moral, com vistas à construção de ‘homens normais’, de ‘brasileiros úteis ao seu país’”.

Acerca da profilaxia das doenças e da formação de uma população renovada, Heloísa Rocha (2003, p. 42) complementa que

Os intentos de prevenção articulam-se aos objetivos de formação de um trabalhador forte, saudável, produtivo e, ao mesmo tempo, disciplinado. Produtividade, eficiência, progresso, disciplina passam a ser as novas palavras de ordem de um discurso que, instituindo representações sobre a população pobre, subsidiará a elaboração de novas estratégias de intervenção, em que, às tradicionais práticas de coerção, viriam aliar-se os métodos de persuasão.

Nessa “nova cruzada” em prol da saúde, da instrução e da moral (ROCHA, 2003, p. 141), era fundamental formar um sistema de hábitos e comportamentos que estivesse em sintonia com o desenvolvimento e progresso da nação. Os médicos higienistas, portanto, imbuídos do saber médico-científico, destacariam o período da infância como alvo prioritário de intervenções.

Conforme José Gondra (2002, p. 64), “a importância conferida à infância se justificava, porque aquela fase da vida deveria ser compreendida como depositária da saúde das sociedades futuras”. O cuidado com a infância era, pois, um “*investimento*, tendo em vista gerar/produzir sujeitos que pudessem ser integrados produtivamente ao mundo do trabalho” (GONDRA, 2002, p. 113, grifo do autor).

Se o foco dos higienistas voltou-se para a infância, qual local se tornou apropriado para se encontrar uma quantidade relevante de indivíduos vivenciando essa fase do desenvolvimento humano?

3.2 HIGIENE MENTAL, EDUCAÇÃO E AMBIENTE ESCOLAR: UMA ALIANÇA PROMISSORA

A permanência da infância na ordem do discurso médico e a apregoada necessidade de sua higienização permitiu ao ambiente escolar ser tido como local ideal para a disseminação do ideário sanitarista do Brasil republicano. Justifica-se, também, o fato de a proposta social que visava a moldar as individualidades segundo padrões de normalidade ter escolhido o ambiente da escola como campo de ação por ser nessa instituição que as crianças eram encontradas reunidas em maior quantidade.

Segundo Luiz Antonio dos Santos Lima, um dos meios de se fazer a profilaxia mental dos indivíduos consiste em agir sobre as crianças no ambiente da instituição escolar. Pois,

Provindo do ambiente domestico, onde exerce dominação, á vezes dispotica, attenta a má comprehensão que teem os paes de sua missão, a creança entra na escola aos 7 annos e encontra um meio de egualdade perfeita, sob a égide esclarecida de um mestre, que precisa sêr um môdelo vivo de equilibrio physico e mental (LIMA, L., 1927b, p. 25).

Nesse sentido, à instituição escolar foi dado um aspecto disciplinar e sancionador, cujo centro de gravidade faria da educação o núcleo mediador da vida em sociedade. Nessa instituição, novos modelos de comportamento deveriam ser conformados a partir dos modelos formativos da higiene, uma vez que

Os bons conselhos quer de moral, quer de Hygiene, são muito aproveitáveis neste período [da infância] e assim como os máos processos pedagogicos podem influenciar na genesis da degeneração mental, assim também a bôa orientação impressa á educação de uma creança póde salvaguardal-a do desequilibrio psychico. (LIMA, L., 1927b, p. 25).

O caráter político que a instituição possuía é evidenciado não somente por ser considerada um instrumento de transmissão dos conhecimentos, como também por ser influenciada pelos conflitos de interesses e representar os valores dos grupos dominantes (FOUCAULT, 1982). A escola, sob a perspectiva da reprodução dos saberes médicos produzidos pelo poder sanitarista, bem como do cunho ideológico que possuía, permitia o exercer do “autoritarismo e da disciplina estéril”, tendo em vista a “passividade e obediência” coletivas do alunado (ARANHA, 2006a, p. 84).

Consideramos, assim, que as medidas sanitárias propostas pelo movimento ideológico higienista, a serem implementadas em todo o território nacional, adentraram nas instituições escolares, influenciando a cultura escolar brasileira do início dos noventa.

Acerca da cultura escolar, entendemos que o conjunto de normas e práticas que a constituem é produzido historicamente

[...] por sujeitos e/ou grupos determinados com finalidades específicas, que estão relacionadas à definição dos saberes a serem ensinados, das condutas a serem modificadas e de todo um processo não só de transmissão de saberes, mas de modificação do *habitus pedagógico*. (NUNES, 2011, p. 390, grifo da autora).

A crença, então, na capacidade da escola de regenerar, moralizar, disciplinar e unificar as diferenças permitiu à intelectualidade novecentista, preocupada com a identidade nacional, intervir na prática educativa e atingir a forma de pensar da população, modificando sua mentalidade e costumes. E, na medida em que a instituição escolar do início do século XX visava a corrigir os desvios de comportamento e atitude, tidos como anormais, e a desenvolver nos alunos aptidões

consideradas dentro do padrão da normalidade, ela imbuu-se do discurso médico-sanitarista dominante de correção, normalização e disciplinamento.

A influência do movimento higienista na cultura escolar fez com que a escola fosse percebida como um

“[...] lugar social dotado de permanência, ou estabilidade, cercado de reconhecimento em sua missão, mantido por recursos materiais e humanos delimitados, normatizado externa e internamente e, enfim, sustentado por valores, ideias e comportamentos que, no seu conjunto, constituem a cultura institucional, no caso, a cultura escolar. (NASCIMENTO; SAVIANI, 2007, p. 40).

Sendo assim, os valores, ideários e padrões de comportamentos do pensamento médico sanitário adentraram nas instituições escolares, cuja ação prolongada investia todos os sujeitos sociais em idade escolar, permitindo à ideologia higienista transmitir e corrigir conhecimentos, comportamentos e atitudes mentais verificadas nas crianças e jovens. A escola do início do século XX, portanto,

[...] deveria ser ordenada pelos princípios, métodos e prescrições da higiene, de modo a poder formar sujeitos fortes, saudáveis, inteligentes e moralizados que, com essas características, alicerçariam a nação, constituindo-se em base segura para um futuro idealizado como grandioso. (GONDRA, 2002, p. 119).

A prática educativa voltou-se, então, para o homem-indivíduo e homem-sociedade: plasmar e controlar, de forma a homogeneizar os comportamentos e modos de agir individuais, enquadrava as crianças e os jovens num padrão de formação para a reforma social, visando à modernidade e a civilidade do país. Pois, para o progresso social ser “genérico”, coletivo, ele deve ser “resultante do progresso *específico*, individual, cotejada e desenvolvida a equação psicológica de cada um, suas diretrizes de vida tão singulares como os traços de sua fisionomia” (LIMA, L., 1927b, p. 13).

Vale ressaltar, também, como bem salienta Clarice Nunes (2011, p. 388), que a intelectualidade médica percebeu a escola como “instrumento de uma política ampla, coletiva, contínua e compulsória de resguardo e restabelecimento da saúde da população” e enfatizou a necessidade do cuidado não só da saúde física como também daquela de caráter mental.

A preocupação com a correção e prevenção das doenças mentais da infância brasileira do início do século XX mobilizava a intelectualidade médica na busca de suas causas e sintomas. Isso porque, associada à desordem, ao crime, ao alcoolismo, à preguiça, à falta de inteligência, entre outros empecilhos, a loucura e o efeito desestabilizador da ordem causado pelos doentes mentais eram nocivos ao desenvolvimento da nação.

Para a intelectualidade médica, e aqui destacamos a opinião de Luiz Antonio, os focos de ameaça à integridade da ordem estabelecida, considerada nas suas mais variadas dimensões – morais, sociais, econômicas, políticas, culturais, dentre outras –, seriam identificados e/ou associados à doença mental: “a uma visão mais esclarecida e aprofundada, o substrato causal dos crimes, como dos vícios e das epidemias, é de natureza *psychologica*” (LIMA, L., 1927b, p. 13).

Com isso, a especialidade psiquiátrica uniu a geração de intelectuais médicos – uma união não necessariamente cronológica, mas embasada na similitude de pensamento, de ideais; amparada pela perspectiva de mudança social, que só seria possível a partir das teorizações dos conhecimentos médicos-científicos. Tal fato permitiu à higiene mental ocupar um lugar de destaque na medicina social, possibilitado aos médicos orientarem o destino de cada indivíduo – inclusive o dos escolares.

Relatada pelo professor Marçal Ribeiro (1999), a importância dada pela intelectualidade médica à temática da higiene mental pode ser percebida pela expressiva quantidade de trabalhos teóricos sobre alienação mental que surgiram no Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX.

Em conformidade com essa declaração, o médico e educador Luiz Antonio (1927b, p. 7) afirma que, “no Brasil, [...] os primeiros trabalhos sobre o assumpto datam de 1906 e são subscriptos pelos psychiatras Juliano Moreira e Ernani Lopes”. Teorizações essas que se caracterizaram, basicamente, como teses que foram apresentadas às faculdades de medicina do Rio de Janeiro e Bahia, visando à obtenção do título de doutor.

A partir daí, temática da higienização das mentes, portanto, fez com que Luiz Antonio dos Santos Lima, Heitor Carrilho, Afrânio Peixoto, Henrique Roxo, Leonídio Ribeiro, Miguel Ozório, Gustavo Riedel, Miguel Salles, Alvaro Guimarães Filho, Diógenes Sampaio, Antônio Austregésilo, Carlos Chagas, Miguel Couto, Júlio Porto-

Carrero¹⁸, entre outros médicos, compartilhassem espaços de sociabilidade científica e profissional e tivessem referenciais formativos próximos (DIAS, 2011).

Nesse contexto de preocupação da intelectualidade médica com o aspecto da saúde mental dos indivíduos, a instituição escolar, a educação e a política de higienização das mentes despontaram como aliadas que fizeram a educação sanitária ganhar um caráter de exemplaridade que extrapolasse as paredes das salas de aula e os muros das escolas (ROCHA, 2003). Isso porque o ideário do movimento higienista almejava não somente corrigir e prevenir doenças diversas nas crianças, mas também torná-las agentes civilizatórios para que pudessem corrigir os hábitos dos pais e prevenir doenças nos seus próprios lares.

Os defensores do movimento de higienização do país viam a infância como um período de modelagem da massa informe – da criança. Devendo, portanto, essa “modelação” ser “conduzida a partir dos preceitos médicos e psicanalíticos, na direção da saúde física e mental dos indivíduos e coletividade” (GONDRA, 2002, p. 67).

Para isso, a escola deveria possuir uma sequência metódica e sistemática de ensino, que submetesse os alunos a uma regulamentação científica, permitindo a eles passarem por diversas classes e graus de aprendizagem, de acordo com os seus aproveitamentos, e se tornarem capacitados a serem cidadãos úteis à República (BENCOSTTA, 2011).

É esse pensamento que mobiliza Luiz Antonio a escrever a tese de doutoramento “Hygiene Mental e Educação”, alvo de nossas investigações.

3.3 O POTIGUAR LUIZ ANTONIO DOS SANTOS LIMA INSERIDO NA MENTALIDADE DE SUA ÉPOCA

O cenário político, econômico e social ao qual Luiz Antonio pertencera permitiu a sua atuação como médico, no âmbito do combate às doenças da população, e também como cientista da saúde, trabalhando em prol da manutenção da saúde de cada indivíduo e, conseqüentemente, da saúde da coletividade.

Vivenciando esse período de conturbações sociais e sendo influenciado pelo

¹⁸ Alguns desses intelectuais, inclusive, foram citados pelo doutor Luiz Antonio na tese de doutoramento que escreveu.

ideário nacional em prol da higiene e do desenvolvimento, Luiz Antonio dos Santos Lima faz uso dos saberes médicos que possui e os interliga à área da educação. A experiência profissional que desenvolveu com o magistério em Natal, no Grupo Escolar Augusto Severo, na Escola Normal e no Atheneu norte-rio-grandense, permitiu que Luiz Antonio se aproximasse da temática educacional e pensasse em alternativas para o ensino que estivessem em sintonia com a mentalidade do período.

Luiz Antonio dos Santos Lima, mobilizado pela crença no progresso da nação, estava dentre os “muitos brasileiros e natalenses que sonhavam, que agiam e desejavam que o Brasil acelerasse a marcha, iniciada ainda no século XIX, rumo ao tão sonhado progresso” (MARINHO, 2011, p. 33).

O Rio Grande do Norte vivenciou, nas três primeiras décadas do século XX, o processo de modernização, inspirado nas mudanças estruturais, médicas e educacionais ocorridas nos principais centros brasileiros. Segundo Márcia Marinho (2011, p. 20), “obedecendo ao processo de modernização ocorrido nas cidades brasileiras na passagem do século, Natal construía o seu modelo de modernidade se espelhando em grandes centros como Rio de Janeiro e Recife”. Tal fato deveu-se à “vontade das elites de inserir Natal no contexto de mudanças tecnológicas, econômicas e sociais, [...] alimentada pelo contato que os membros desse grupo tinham com outros centros que viviam intensamente o processo de modernização” (MARINHO, 2011, p. 23).

Assim, a cidade do Natal do início do século XX aparece nas vozes de intelectuais, “elites sociais cujos membros tiveram, em sua maioria, formação escolar no Atheneu, que seguiram para outros centros e experimentaram a turbulência da modernidade no Brasil ou na Europa” (MARINHO, 2011, p. 24).

Luiz Antonio dos Santos Lima, ao ingressar no curso de Humanidades do Atheneu e ao cursar Farmácia e Medicina em Recife e no Rio de Janeiro, respectivamente, foi influenciado pelas ideias modernizadoras que emergiam para o desenvolvimento e a civilidade do país. Além disso, vale destacar que o próprio estado do Rio Grande do Norte e, principalmente, a sua capital, Natal, também foram importantes para que Luiz Antonio se imbuísse do pensamento higienista; haja vista que a Natal em que Luiz Antonio viveu passou, por exemplo, por transformações modernizadoras que, segundo Azevedo e Stamatto (2012, p. 18),

“remodelaram a arquitetura urbana de suas ruas e avenidas, prédios e praças [...]”. De acordo com Marinho (2011, p. 46),

Os investimentos feitos pelo governo em Natal na primeira década do século XX, fossem eles apoiados ou criticados, lentamente transformaram as feições da cidade. Por mais que Natal não tenha passado por nenhuma reforma urbana radical, como ocorreu em muitas cidades brasileiras, a mudança na estrutura viária, que passou a ser feita com a implantação dos bondes, já puxados por carros elétricos em 1911, pelo novo teatro, pelo cinema, pelas novas praças e jardins, além da iluminação pública elétrica e pela construção de um novo bairro [Cidade Nova], tudo isso contribuiu para aumentar os desejos das elites de transformar Natal numa cidade cosmopolita e moderna.

No entanto, em decorrência do rápido crescimento urbano, da explosão demográfica e das precárias condições de higiene da população, a Natal da transição do século XIX para o século XX foi assolada por doenças (varíola, tuberculose, entre outras mazelas) e pelos famigerados das épocas de secas, como as de 1877, 1904 e 1915 (AZEVEDO; STAMATTO, 2012).

Segundo Itamar de Souza (2008) e Luís da Câmara Cascudo (1955; 1999), as taxas de mortalidade da população eram consideráveis e, dadas as condições de um ambiente sem saneamento básico, as crianças eram as principais vítimas das doenças tropicais.

Esse contexto de atraso e de doenças fez com que a temática da higienização da cidade se tornasse relevante para a intelectualidade potiguar, principalmente aquela possuidora do saber médico, pois “sem uma intervenção drástica nessa área dos serviços urbanos, o saneamento e o aformoseamento da cidade estariam comprometidos” (SOUZA, 2009, p. 2).

Vê-se, portanto, que, na percepção dos intelectuais potiguares, saúde e higiene eram pré-requisitos para a modernidade do estado do Rio Grande do Norte (AZEVEDO; STAMATTO, 2012; LIMA, P., 2001). Diante dessa situação,

[...] o poder público realizou diversas intervenções na cidade, tentando resolver problemas de insalubridade e assegurar a limpeza e o asseio de ruas, becos, praças e residências; reformou esteticamente ruas, calçadas, fachadas e muros; alinhou e calçou ruas; introduziu no cenário urbano o sistema de abastecimento de água e esgoto, iluminação [...], transportes (bondes), comunicação (telégrafos e telefonia); dotou a cidade de infraestrutura geral

(escolas, hospitais, cadeia pública, bancos, teatro, cinema) [...].
(OLIVEIRA apud PAIVA, 2011, p. 176).

A limpeza da cidade e dos corpos, porém, não era suficiente para se atingir o desenvolvimento e a civilidade, exigidos pelo período republicano. Precisava-se, além de cuidar de aspectos materiais, cuidar da mente da população, modificando seus hábitos anti-higiênicos, arcaicos e imorais.

Nesse sentido, a escola desponta como local de formação do cidadão do futuro. À educação higiênica dos indivíduos é dada a tarefa de modificar os maus hábitos dos norte-rio-grandenses; e aos professores natalenses, a de educar, moralizar e formar cidadãos patrióticos (MARINHO, 2011). Isso porque, em 1907, “de acordo com o presidente do Rio Grande do Norte, Tavares de Lyra, ‘na grande luta moderna, só a instrução elementar pode diminuir o número dos miseráveis, dos fracos, engendrando novas armas de trabalho’” (MENSAGEM apud AZEVEDO; STAMATTO, 2012, p. 99).

Para o educador Luiz Antonio dos Santos Lima (1927b, p. 13),

O modo particular de reagir que a educação confere, as habilidades ou inhabilidades, os hábitos de pensar, sentir e querer, as reacções emotivas e sociaes, o conceito basico da vida, as attitudes mentaes ante os problemas da vida comum, o conhecimento de si mesmo e suas infinitas derivações no dominio do temperamento, o caracter enfim, são factores mentaes tão importantes que dante delles todas as considerações de ordem physica, são de valor subalterno, quando não derivado ou delles dependente.

Com essa emergente necessidade de regeneração social, verificada tanto no âmbito nacional quanto no estado do Rio Grande do Norte, Luiz Antonio imbuíu-se da responsabilidade de utilizar os saberes médicos-científicos que possuía para teorizar sobre o processo de higienização das mentes dos brasileiros.

Segundo a percepção do potiguar, o que dá preeminência à higiene mental “é o facto de procurar nas sciencias diversas tudo que é susceptivel de melhorar o espirito humano, *de reunir os dados fornecidos por trabalhos variados e de realizar a applicação pratica desses dados*”. (LIMA, L., 1927b, p. 8, grifo nosso). E, assim, considera a Psicologia, a Psiquiatria, a Moral, a Lógica, a Antropologia, a Sociologia, e também a ciência da educação, a Pedagogia, como fulcros da higiene mental.

Desse fato, apontamos a apropriação de conceitos da teoria educacional de Édouard Claparède, feita por Luiz Antonio, a partir do contato com os dados reunidos pelo trabalho e experiência do suíço. O potiguar intentou a aplicação prática desses dados, dessa teoria educacional clapediana, dando a ela um novo significado.

Sendo assim, considerada a realidade nacional, similar àquela que vivia o estado do Rio Grande do Norte, o potiguar adaptou a teoria educacional de Édouard Claparède ao contexto social, econômico, político e educacional que presenciava. Isso porque, nesse contexto de busca de higienização mental da população brasileira, era compreensível sua preocupação em adaptar, da melhor maneira possível, o modelo de educação proposto pelo suíço à realidade local e, assim, construir um saber científico passível de ser aplicado no Brasil.

Por meio da tese de doutoramento que apresenta para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1927, Luiz Antonio dos Santos Lima condensa o pensamento referente à regeneração da sociedade brasileira, apropriando-se de conceitos clapedianos e dando a eles novos significados diante da necessidade de se aliar a higiene mental à educação escolar.

Salientando essa necessidade de aliança, Luiz Antonio definiu a educação como sendo uma aplicação prática dos preceitos da profilaxia e da higiene mental, encarregada de superintender toda a evolução do ser humano, controlar seu desenvolvimento, corrigir seus desvios e ampliar suas virtudes, de modo a integrá-lo, apto e adaptado à sociedade. E, a partir desse entendimento, destaca que

O intuito exclusivo da hygiene mental é de proteger e melhorar o psychismo do homem; é um ensaio para se estabelecer as bases racionais e scientificas do seu funcionamento, para dar orientação, que constitue a prophylaxia das psychopatias no individuo normal, no predisposto e no anormal, para melhorar o mais possivel as engrenagens diversas das funcções mentaes; procurar contribuir largamente para a felicidade duradoura dos indivíduos e da sociedade, pelo que constitue uma das partes da hygiene social. (LIMA, L., 1927b, p. 9).

O pensamento educacional de Luiz Antonio aparece em consonância com a cultura escolar do início do século XX, no sentido de vigiar e controlar

comportamentos, princípios, corpos, consciências, “enfim, o próprio caráter dos alunos” (AZEVEDO, 2011, p. 41).

Devido à necessidade de se fiscalizar constantemente os alunos, os professores e o processo de ensino para a estruturação dessa cultura escolar higienizadora, decorreram-se a esperança e o entusiasmo diante do saber científico, visto como solucionador dos problemas sociais. Com isso, foi dado um destaque de competência e importância ao trabalho de Luiz Antonio e de toda a equipe de médicos que atuavam nas escolas no início dos noventa, pois seriam eles vistos como jardineiros cultivadores da ordem e do progresso nacionais.

Especificamente no caso do potiguar Luiz Antonio, sua “Hygiene Mental e Educação” traz propostas de melhoria social e evidencia a posição de influência que o médico potiguar detinha. As medidas de higienização mental nela encontradas, a serem aplicadas na instituição escolar, são sugeridas considerando o nível de desenvolvimento mental alcançado por cada criança.

Trazendo medidas de higienização para a prática educativa, a tese de doutoramento de Luiz Antonio defendia a intervenção, amparada pela equipe médica, nas mentes infantis a fim de que os maus hábitos verificados nas crianças pudessem ser modificados e corrigidos. O controle presente em seu discurso higienista correspondia à correção dos desvios gerais que já assolavam a mente dos escolares e que contribuíam para a desarmonia, indolência, desatenção e ignorância dos futuros cidadãos, além da vigília constante – por parte dos médicos, professores e diretores escolares – para a prevenção das doenças mentais.

O discurso médico-científico do nosso potiguar manifesta a preocupação com o estado sadio dos indivíduos, pois além de ser imprescindível cuidar da saúde para que as mazelas não apontassem, somente com uma população livre das doenças da mente é que seria possível ao Brasil alcançar o patamar do desenvolvimento e da civilidade. Seu discurso médico-educacional propõe uma aliança entre saúde mental e educação que permita utilizar a cientificidade do saber da medicina, no âmbito da instituição escolar, de forma a controlar os modos de viver das crianças, moldando seus comportamentos, gestos e, até mesmo, pensamentos.

Educar o corpo físico, além de atentar para o cuidado com a mente e a moral dos infantes, em total conformidade com os padrões de higiene, constitui os fins da educação do início do século XX. Atingir a *educação completa*, integral, das

crianças, a partir da educação dos seus aspectos físicos, morais e intelectuais, constitui a finalidade da proposta educacional de Luiz Antonio dos Santos Lima.

Segundo o médico e educador potiguar, a necessidade de alcançar a *educação completa* nas crianças e jovens escolares justifica a ênfase dada à importância de se aplicar o *ensino sob medida* nas instituições escolares. É formulada por ele, então, a sua própria concepção de *ensino sob medida*.

Ensino sob medida e *educação completa* dos escolares são as ideias trazidas pelo médico e educador potiguar Luiz Antonio dos Santos Lima que, adaptadas para aquele momento histórico brasileiro, ajudam-nos a enriquecer as páginas da nossa historiografia educacional.

4 ENSINO SOB MEDIDA PARA A EDUCAÇÃO COMPLETA DAS CRIANÇAS BRASILEIRAS NA VISÃO DO EDUCADOR LUIZ ANTONIO DOS SANTOS LIMA

A concepção de ensino pensada por Luiz Antonio dos Santos Lima está intimamente relacionada à formação que o potiguar recebeu e ao contexto social brasileiro da transição dos séculos XIX e XX – período esse, conforme vimos anteriormente, marcado por transições significativas nos âmbitos econômico, político, educacional e estrutural das cidades.

A experiência que teve como docente no Grupo Escolar Augusto Severo, na Escola Normal de Natal e no Atheneu norte-rio-grandense, atrelada à formação médica nos cursos de Farmácia e Medicina, permitiu a Luiz Antonio a reflexão acerca dos caminhos pelos quais o Brasil atingiria os almejados ideais republicanos da ordem e do progresso. E, com essa preocupação de contribuir para o desenvolvimento do país, buscou alternativas que estivessem relacionadas à sua atuação profissional, ou seja, alternativas relacionadas à medicina e à educação.

Imbuído do saber médico-científico de formação, o potiguar pensou a educação escolar como o meio a partir do qual a higienização da sociedade aconteceria. E, considerada a importância do período da infância para uma vida adulta saudável, Luiz Antonio destacou, em sua tese de doutoramento, um fator agravante da realidade brasileira que vivenciava: segundo sua percepção, a falta de preparo das mães de cuidarem dos seus filhos e de darem a eles uma educação condizente com os anseios da elite intelectual contribuía para a situação de incivilidade, indolência e doença da nação.

Filhos incivilizados, doentes e indolentes gerariam filhos tais como eles: incivilizados, doentes e indolentes devido à predisposição que essas crianças teriam para apresentarem as características perigosas dos pais. Por isso, o autor, no sentido de educar e, conseqüentemente, higienizar e desenvolver o país, acredita que “cumpre, antes de tudo, capacitar a mulher para preencher essa finalidade, acordar-lhe o instinto da maternidade, que parece adormecido, desvendando-lhe todo o pequeno mundo de alegrias perfeitas que se desdobra na vida das crianças” (LIMA, L., 1927b, p. 17).

Luiz Antonio relata, ainda, algumas tentativas no sentido de sanear o despreparo das mulheres para educarem seus filhos: comenta sobre as escolas domésticas (destinada à formação de donas de casa a partir de aprimorada educação social e moral, física e intelectual, com duração de seis anos) e as escolas de mães (curso de três meses em que às moças são ensinadas, pelo cuidado da criança internada em hospitais, noções de higiene infantil e evolução das crianças sob os aspectos físico, intelectual e moral e noções de patologia infantil). O autor critica, também, o caráter elitista que essas escolas apresentavam, pois eram destinadas às “raparigas da média e da alta sociedade”, e o fato de a grande massa proletária não receber instrução adequada. Para ele, as mulheres sem recursos devem, também, ser instruídas a fim de “prepararem á Patria gerações mais sadias, mais fortes, mais vigorosas, melhorando o nível physico, mental e moral da raça” (LIMA, L., 1927b, p. 19).

Assim, diante da precária educação que as moças – futuras mães – e as mães recebiam sobre o desenvolvimento infantil e das consequências que essa carência vinha propiciando ao país, Luiz Antonio destacou a instituição escolar como o local ideal onde as crianças seriam educadas nos princípios da moral e da higiene, já que nela seriam encontradas pessoas competentes para formar a nova nação.

Acreditando que a nova nação deveria ser educada integralmente, isto é, nos campos da moral, do intelecto e do corpo físico, Luiz Antonio pensou um ensino que estivesse condizente com a realidade do país naquele momento histórico. E destacou que somente a partir do sanitarismo social – mais especificamente, a partir da higienização das mentes das crianças – é que viria, também, o desenvolvimento do Brasil.

Nesse sentido, a concepção educacional que defendeu propunha um ensino que fosse capaz de intervir nos casos de anormalidades mentais, que surgiam tanto no âmbito do desenvolvimento intelectual da criança quanto no âmbito do seu comportamento. Pois, considerando que esses desvios mentais que as crianças apresentavam eram frutos de fatores de predisposição hereditária ou de influências perigosas do meio social, Luiz Antonio sugeriu que eles deveriam ser controlados, corrigidos e vigiados a partir de uma prática educativa que os reputasse.

Com isso, o ensino escolar que Luiz Antonio propôs na tese de doutoramento foi um ensino “medido”, “dosado” conforme o nível de inteligência e

comportamento desviante do padrão, observado nos corpos infantis. E, para que pudesse atingir o objetivo de higienizar as mentes das crianças, o potiguar julgou importante que todas as anormalidades, os desvios, se tornassem alvo de intervenção, permitindo a padronização e a docilização das mentes das crianças segundo o saber científico da medicina.

A ênfase na necessidade de se intervir na vida mental do indivíduo é justificada pelo autor pela preocupação constante com a “proteção e preservação da raça” (LIMA, L., 1927b, p. 56) com vistas ao progresso do Brasil. Para ele, a forma de proteger e preservar a nação brasileira dos atrasos dar-se-ia pela educação escolar a partir de um ensino que se adequasse àquela realidade social, atingindo os diferentes níveis de desenvolvimento mental presentes na escola.

Assim, em nome da ordem, da disciplina e da civilidade no ambiente escolar e na vida em sociedade, o teórico afirma que as diferenças existentes entre os escolares devem ser trabalhadas de diferentes maneiras, de modo a sofrerem distintas formas de intervenção por parte dos detentores do saber científico – os médicos.

Sua proposta de ensino estava voltada, então, para cada indivíduo, de modo a considerar as peculiaridades de cada ser. Ao pensar um *ensino escolar sob medida*, Luiz Antonio destacou as diferenças de desenvolvimento mental das crianças, as quais eram provenientes dos desvios intelectuais e comportamentais que apresentavam, sendo eles de predisposição hereditária ou não.

Para entendermos como o ensino escolar proposto pelo médico e educador potiguar seria fundamentado a partir do nível intelectual ou do nível comportamental da criança, estruturamos o presente capítulo nos tópicos que seguem: “Ensino escolar *sob medida* para cada nível intelectual infantil” e “Ensino escolar *sob medida* para cada nível comportamental infantil”, nos quais analisamos a medida certa para o ensino, considerando o intelecto e o comportamento das crianças, respectivamente.

4.1 ENSINO ESCOLAR SOB MEDIDA PARA CADA NÍVEL INTELECTUAL INFANTIL

No pensamento de Luiz Antonio, o ensino escolar deveria ser adequado ao nível intelectual demonstrado pela criança. Para isso, o médico e educador potiguar defendeu o discurso de um ensino que agrupasse os escolares de uma nova maneira: para ele, o ensino deveria ser ministrado – e as classes divididas – não de acordo com a idade corporal da criança, mas sim conforme a evolução psíquica de cada indivíduo (LIMA, L., 1927b).

Sobre isso, utilizando as palavras do médico psiquiatra Henrique Roxo (1877-1969), contemporâneo seu, Luiz Antonio explica que, já que

[...] uma dada criança tem uma capacidade de aprendizagem maior do que outra, não é razoável que esta fique na mesma classe que aquela, repisando a professora o ensino de coisas que uma já sabe perfeitamente ou indo directamente á mais evoluida, deixando no olvido a que fará esforços improficuos para evoluir. (ROXO apud LIMA, L., 1927b, p. 28).

A preocupação com o rendimento intelectual de cada escolar, bem como com o esforço despendido pelos professores ao lidarem com os diferentes níveis de desenvolvimento, fazem com que Luiz Antonio, ainda a partir das palavras de outro teórico, defenda que

A distribuição das classes por este feitiço logico e scientifico não visa unicamente o melhor aproveitamento dos escolares e sim um meio de evitar que a criança se enerve, já no afan de hombrar com as mais evoluidas, já no receio de censuras ou castigo das professoras. (ROXO apud LIMA, L., 1927b, p. 28).

A ênfase num processo educativo que fosse compatível com o nível de desenvolvimento mental de cada escolar se deu pela evidência salientada de que as crianças, numa mesma sala de aula, apresentavam diferentes níveis cognitivos.

Diante disso, a implementação de um *ensino sob medida* que atingisse todas as crianças escolares favoreceria um melhor aproveitamento das capacidades de cada criança, evitando que, tanto aquelas mais capacitadas quanto as menos

capacitadas, desmotivassem-se devido a um processo educativo mal praticado (LIMA, L., 1927b).

Com relação aos riscos da prática de um ensino inadequado ao rendimento intelectual das crianças, Luiz Antonio adverte que eles se constituem num “factor de embotamento mesmo das mais promissoras intelligencias”. Porque, comparando o desenvolvimento da criança com o desenvolvimento de uma flor, afirma que “a flor se estiola ao rigor da estufa em que a collocaram” (LIMA, L., 1927b, p. 32). Assim, o médico e educador acredita que, se o ensino não for ponderado segundo o nível intelectual de cada indivíduo em idade escolar, a prática educativa pode até contribuir para a eclosão de uma doença de caráter mental.

Pelas palavras de Henrique Roxo, Luiz Antonio complementa que “é a excitação nervosa de cada dia que vae condicionar um estado de desequilibrio nervoso, o qual póde mais tarde culminar no desenvolvimento de uma psychopathia” (ROXO apud LIMA, L., 1927b, p. 28).

Desse modo, para combater as doenças que já são verificáveis nos escolares, bem como evitar que aquelas ainda presentes em estado de latência nos predispostos – por hereditariedade, por condições do meio social e/ou por inadequados esforços intelectuais que a escola exige – se desenvolvam, o ensino escolar deve acontecer nem em demasia, nem em escassez.

Então, no sentido de identificar o nível mental de cada escolar e, a partir do resultado obtido, dosar a prática educativa e diagnosticar a “infância anormal”, Luiz Antonio defende o uso dos “testes psicológicos de inteligência” (LIMA, L., 1927b, p. 28). E também, a partir das palavras do doutor Paulo Magalhães (apud LIMA, L., 1927b, p. 158), acredita que “[...] em breve, o methodo dos testes, generalizando-se, será para o professor primario um cooperador silencioso, que lhe tornará a tarefa mais interessante, mais fecunda e menos árdua”.

Sobre a utilização dos testes de inteligência, o médico brasileiro Valdemar de Oliveira (1900-1971), contemporâneo de Luiz Antonio, afirma que o

Exame psicométrico visa a descobrir anormalidades psíquicas, devidas a *herança* (miséria, doenças, toxicoses, consanguinidade dos pais), ao *passado mórbido* (convulsões, paralisias), *perturbações do crescimento* (distúrbios endócrinos) e *erros de educação* (tolerância ou rigor excessivos, traumas afetivos, maus tratos,

calamidades sociais, delinquência, etc.). (OLIVEIRA, s/d, p. 186, grifos do autor).

Desse modo, conforme o pensamento do médico e educador potiguar, o fato de “o estado da creança, as possibilidades educativas, que estão em relação com seu nível e seu quociente de intelligencia, e suas diversas particularidades mentaes deverem ser tomadas na devida consideração” (LIMA, L., 1927b, p. 30) permitem a distribuição dos educandos em quatro categorias, chamadas por ele de “chaves” (LIMA, L., 1927b, p. 28).

Baseadas no *quociente de intelligencia* (Q.I.), que é a relação entre a idade mental que a criança apresenta e a sua idade real, as chaves aos quais os escolares foram categorizados abrangem os grupos dos *supranormaes*, dos *sub-normaes*, dos *anormaes* e dos *normaes*.

A título de ilustração de análise e classificação de um escolar numa “chave” de desenvolvimento intelectual, Luiz Antonio exemplifica com os seguintes casos: “para creança normal de 12 annos, tem-se o Q.I. = 12/12 ou seja 100” (valor alcançado pela divisão da idade mental – igual a 12 –, constatada a partir dos testes de intelligência, pela idade real, física, da criança – igual a 12) e “para o sub-normal da mesma idade será Q.I. = 8/12 ou 66” (idade mental de 8 anos dividida pela idade real de 12) (LIMA, L., 1927b, p. 29).

Segundo Luiz Antonio, o nível de intelligência das crianças deveria ser categorizado conforme a classificação a seguir:

Acima de 140 – Genial ou perto disso.
De 120 a 140 – Intelligencia muito superior.
De 110 a 120 – Intelligencia superior.
De 90 a 110 – Intelligencia normal ou media.
De 80 a 90 – Difficuldade de comprehensão mas que raramente se pode classificar como debilidade mental.
De 70 a 80 – O limite de deficiencia; ás vezes classificavel como difficuldade de comprehensão e outros como debilidade mental congenita.
Abaixo de 70 – Debilidade mental. (FERMAN apud LIMA, L., 1927b, p. 29).

No caso dos escolares que apresentam a idade mental superior à idade cronológica, identificados por Luiz Antonio como *supranormaes*, estão os indivíduos

“vulgarmente denominados ‘meninos prodígios’” (LIMA, L., 1927b, p. 30). Eles representam cerca de 4 a 5% das crianças escolares.

Diante do risco de retardamento que correm, quando em contato com as crianças pouco desenvolvidas intelectualmente, a seleção precoce das crianças superdotadas é uma necessidade. Para Luiz Antonio, as crianças prodígios devem ser educadas de maneira especial para que não prejudiquem nem sejam prejudicadas pelo rendimento intelectual dos menos capacitados. Conforme citação que traz,

Individuos de aptidões muito dispaes são misturados nas classes, onde o grande numero de discipulos impede individualizar o ensino. Os escolares de intelligencia superior ou media são entraves no seu progresso pela presença de condiscipulos nos quaes alguns são mais ou menos retardados e não poderão seguir o ensino, mesmo ao preço de esforços fatigantes. Resulta, ao contrário, que os primeiros açambarcam a atenção do professor em detrimento dos segundos. (TOULOUSE apud LIMA, L., 1927b, p. 30).

Fazendo uso das palavras de outro pensador, Luiz Antonio acredita que a necessidade de separar os *supranormaes* trata-se

[..] não só favorecer os escolares inteligentes, mas também de preservá-los ao retardamento que acarreta o contacto com crianças insufficientemente desenvolvidas, sob o ponto de vista intellectual. (SCHIFF apud LIMA, L., 1927b, p. 30).

Tal fato deve-se à característica de essas crianças apresentarem uma “fragilidade cerebral”, que propicia uma “fatigabilidade psíquica particular” (LIMA, L., 1927b, 30). Juntam-se a isso, também, as anormalidades comportamentais decorrentes da afetividade e do caráter, que “esboçados na juventude, agravam-se no curso da evolução e perturbam na adolescência, o funcionamento do mecanismo intellectual”. Por isso, continua Luiz Antonio (1927b, p. 31),

[...] é preciso saber que certas crianças muito inteligentes, que são os primeiros da classe na escola, apresentarão precocemente perturbações da affectividade e manifestações de fragilidade cerebral, que podem ser a base de manifestações psychopathicas do adulto.

E adverte que, embora o valor intelectual das crianças prodígios seja considerável, os *supranormaes* também estão predispostos a obsessões, melancolia, depressão, delírios crônicos, perversões sexuais, entre outros riscos a uma mente saudável.

Luiz Antonio afirma que, devido à predisposição às anormalidades mentais e ao grande valor social têm – por serem os *supranormaes* os indivíduos que constituirão a elite da nação –, somados à feliz evidência de que as perturbações afetivas cedo se manifestam, é preciso proteger a inteligência “hypertrophiada” a partir do reconhecimento e do tratamento das perturbações enquanto há tempo. É preciso agir, por meio da profilaxia e da higiene mental, para evitar a cristalização dessas tendências mórbidas.

Desse modo,

Uma pedagogia, variante ao sabor do caso, mas bem orientada e melhor conduzida, um tratamento medico inspirado em dados etiologicos e conhecimento perfeito da vida organo-vegetativa, a psychanalyse applicada com a devida prudencia completam-se em um *metodo* que, si não muda a constituição morbida da creança, *poderá dirigit-a, adaptal-a e evitar consequencias nocivas á expansão da intelligencia e ao rendimento social dos supranormaes.* (LIMA, L., 1927b, p. 32, grifo nosso).

No caso dos *sub-normaes*, as crianças que apresentam idade mental inferior à idade cronológica são impedidas de aproveitarem os meios educativos de sua classe devido à inferioridade intelectual que apresentam – o quociente de inteligência que possuem está abaixo dos 70. Estão eles, também, na faixa dos 4 e 5% das crianças escolares.

Essas crianças, por terem, em média, um atraso de quatro anos no nível de escolaridade, quando comparadas às crianças de sua idade, são tidas como “retardados escolares” (CRUCHET apud LIMA, L., 1927b, p. 32) ou também denominadas de “anormaes simples” (POTET apud LIMA, L., 1927b, p. 32). Nesse sentido,

Os symptomas da debilidade mental manifestam-se por vezes desde a primeira infancia: são, nessa idade, a dificuldade de imitar os sons, em segurar os objectos com os dedos, em ter movimentos vigorosos, o retardamento na evolução dentaria, na marcha, no exercicio da palavra, habitos de desordem e defeitos de atenção.

Mas, muitas vezes, em particular nos casos de media gravidade, a deficiência *psychica* existe e só é notada na idade escolar; então a criança se mostra incapaz de adiantar-se em cada anno; dois, trez annos se passam e ella não é jamais capaz de executar o trabalho do primeiro gráo, ou não pode passar, mesmo ao fim de varios annos de escola, dos exercicios do terceiro gráo, principalmente em arithmetica. – Não recreia com as crianças de sua idade que o aperreiam, o importunam, não o olhando como seu collega; aproxima-se das crianças mais novas do que elles; facilmente influenciado, suggestionavel, tem o juizo e raciocinio pobres, a memoria lenta e a attenção quase nulla; adapta-se difficilmente; é incapaz de enfrentar as circumstancias imprevistas. Afinal, á medida que cresce, resiste difficilmente ás más tentações; talvez inclinado ao mal, adquire, de bom grado, habitos máus. (FERNALD apud LIMA, L., 1927b, p. 33).

Diante da constatação de que a predisposição às deficiências psíquicas *sub-normaes* poderia ter sido identificada na idade anterior à escolar, vamos adquirindo elementos para compreendermos a importância dada, por Luiz Antonio, à preparação das mães para a tarefa da maternidade. No entanto, já que as mães brasileiras não são capazes de identificar as anormalidades dos seus filhos, recaímos na importância do ambiente escolar como local ideal para a identificação e tratamento dos *sub-normaes*.

Esses escolares, por sua vez, são categorizados de duas maneiras: os “retardatarios pedagógicos” e os “retardados verdadeiros” (LIMA, L., 1927b, p. 32-33).

Os primeiros, retardatários pedagógicos, são identificados por exames escolares, que evidenciam o atraso não decorrente de deficiência mental. Nessa categoria, estão as

[..] crianças que frequentaram irregularmente a escola: são ignorantes tão communs no *hinterland brasileiro* [interior brasileiro]; os myopes, os de “cabeça dura”, os adenoidianos, os desnutridos que são atacados de frequentes infecções agudas de maior ou menor duração, os anemicos e verminosos, tão contraditórios entre nós. (LIMA, L., 1927b, p. 32, grifos do autor).

Nos segundos, retardados verdadeiros, o retardamento escolar que apresentam é consequência das debilidades psíquicas que possuem. São os “‘debeis mentaes’ mais ou menos frustos”, ou seja, estão nesse grupo as crianças que possuem “uma organização *psychica* insufficiente, que se traduz por uma

retardação mais ou menos pronunciada no desenvolvimento intelectual” (LIMA, L., 1927b, p. 33). Os retardados verdadeiros podem, ainda, ser subdivididos em dois grupos, são eles: o “escolar calmo” e o “escolar indisciplinado”.

Segundo Luiz Antonio, o primeiro grupo, do “escolar calmo”, traz o preguiçoso, o triste e o medroso.

O preguiçoso sente uma necessidade constante de repouso, a atenção é nulla e não pode ser fixada. Inerte, passivo, fatiga-se com o menor esforço intelectual; é um insensível às censuras, às punições e aos estímulos.

O triste está sempre desgostoso, deprimido, sem animo, no recreio, na merenda, na classe; é capaz de um esforço intelectual, mas que não seja durável.

O medroso, que se aproxima do tímido, é inibido pelos receios e passa por fases intermitentes de inércia intelectual (LIMA, L., 1927b, p. 34)

No grupo do grupo do “escolar indisciplinado” estão: a) os *instaveis* ou *nervosos*, caracterizados como sujeitos irritáveis, caprichosos, muitas vezes impulsivos e de atividade ilógica e desordenada, de reações imediatas paradoxais e em desproporção com as coisas, desequilibrados de emotividade e da afetividade, propensos aos pesadelos e ao sonambulismo; b) os *hystericos* ou *pithiaticos*, qualificados como crianças muito nervosas, impressionáveis, impacientes, irascíveis, inconstantes, de humor muito variável, mitômanas, comediantes, sujeitas a convulsões, tremores, eminentemente mutáveis e dificilmente educáveis; c) os *emotivos*, aqueles com emotividade exagerada, muitas vezes tidos como lunáticos ou originais; d) os *perversos*, tipificados como trapaceiros e hipócritas, mentirosos, malvados, voluntariosos, vingativos, invejosos; e) por fim, os *coreicos*, *epilepticos* e *tiquistas* ou sujeitos com psiquismo anômalo, poluído de instabilidade, de inadaptabilidade, de deficiência na atenção ou na vontade (LIMA, L., 1927b).

As crianças cujos testes de inteligência detectam que elas pertencem ao grupo dos *anormaes* representam de 1 a 2% da população escolar e apresentam deficiências que são confundidas com os escolares da categoria dos *sub-normaes*.

Chamados por Potet (apud LIMA, L., 1927b, p. 35) de “anormaes não retardados”, as crianças assim classificadas são portadoras de perturbações complexas, que, além do atraso intelectual característico, estão ligadas aos desequilíbrios psíquicos e às variadas anormalidades verificadas (LIMA, L., 1927b).

Segundo Luiz Antonio, a preocupação com esse grupo está vinculada ao perigo que representa para a nação, pois “esses anormaes constitucionaes dão um grande coefficiente de criminosos”. Crianças *anormaes*, explica ele,

Não demonstram deficit intellectual, mas *representam uma perversão no senso moral*, manifesta na necessidade immotivada e persistente da mentira, da trapaça, das impulsividades, do incendio, da crueldade com os animaes e com os companheiros menores indefesos (LIMA, L., 1927b, p. 35, grifo nosso).

Aqui, as anormalidades que caracterizam o grupo dos *escolares indisciplinados* (grupo dos *sub-normaes* / subgrupo dos retardados verdadeiros) aparecem “reforçadas, hypertrophiadas, dissimulando o próprio retardamento” (LIMA, L., 1927b, p. 35). A histeria, a instabilidade, a emoção, a perversão e a amoralidade que as crianças *anormaes* possuem, dada à intensidade que acontecem, representam influência perniciosa aos demais escolares.

Entendemos, com isso, que os *anormaes* apresentam os mesmos desvios que alguns *sub-normaes*. O que os diferencia, porém, é o fato de os primeiros demonstrarem anormalidades exageradas em intensidade a ponto de Luiz Antonio advertir que eles devem ser submetidos a uma reforma especial empreendida pelo Estado. Isso porque “não é para desejar sua permanencia ahi [na escola], nem abandonal-os, sem controle, na sociedade, porquanto são malfeitores em potencial nos meios miseraveis onde, pelo proprio esforço, nunca emergirão” (LIMA, L., 1927b, p.35).

Segundo o médico e educador, o risco maior que os *anormaes* representam está no nível das “mentiraspor necessidade” porque “é na mentira consciente e habitual que se firma o descalabro moral da mendacidade”, devendo ela ser “rigorosamente punida”. Cabe, aos pais e professores, “animarem os pequenos a confessarem a verdade, dando-lhes esperança de uma atenuação da pena. A sonegação, ao contrario, deverá implicar uma majoração do castigo” (LIMA, L., 1927b, p. 37).

Luiz Antonio aponta, ainda, que existem os casos de mentiras que são fruto da inexatidão de juízo da criança, da dificuldade que tem de separar o produto de sua atividade psíquica da realidade que a cerca. Essas mentiras

A principio são erros de recordação que fazem com que a criança preencha as lacunas da memória com palavras percebidas ou inventadas. Vêm em seguida os anachronismos, que induzem a baralhar factos que se passaram em espaços diferentes. A lembrança vaga, imprecisa, dos sonhos desempenha um papel importante nas mentiras infantis. Emfim os productos de sua imaginação vêm-se misturar, em proporções variaveis, ás realidades [...]. (LIMA, L., 1927b, p. 36).

No caso desses “deslizes” da natureza infantil, os genitores – e aqui destacamos o papel da mãe – devem reconhecer a afirmação falsa, imprecisa e inocente, para que possam evitar que o quadro se reverta para algo mais grave, para um desvio do carácter moral. As crianças predispostas à mentira, aconselha Luiz Antonio, devem ser ensinadas a observar a realidade e a ter precisão da lembrança, além de necessitarem do exemplo contínuo de comportamento de todos aqueles que as cercam.

Os testes de inteligência, além de identificarem as crianças *supranormaes*, as *sub-normaes* e as *anormaes*, também categorizam aquelas que apresentam um desenvolvimento mental inserido no padrão da normalidade. Assim sendo, a preocupação com os indivíduos *normaes* remete ao risco que essas crianças correm diante da influência dos a) *supranormaes*, os quais fazem com que o rendimento intelectual normal seja visto como lento, fazendo os indivíduos normais despenderem esforços intelectuais improfícuos na tentativa de acompanharem o ritmo supranormal e b) dos *sub-normaes* e *anormaes*, os quais retardam, em diferentes níveis, o desenvolvimento intelectual da criança normal.

Na percepção do médico e educador Luiz Antonio, essa divisão dos escolares segundo o resultado dos testes de inteligência seria a categorização ideal. Devendo o *ensino sob medida* ser pautado nas necessidades *supranormaes*, *subnormaes*, *anormaes* e *normaes*, facilitando tanto o trabalho do professor – ao ensinar escolares com os mesmos níveis de desenvolvimento intelectual –, quanto o das crianças – ao preservá-las do contato direto com aqueles que possuem outras anormalidades.

No entanto, mesmo com as vantagens do uso dos testes de inteligência no ambiente das escolas, Luiz Antonio admite que essas instituições ainda classificam e segregam as crianças conforme a idade cronológica que possuem; o que faz com que a prática educativa fique comprometida em sua finalidade, pois o ensino,

nivelado para todos, termina não atingindo todos os diferentes níveis intelectuais. Fato que, segundo o teórico, tem acontecido nas instituições escolares brasileiras.

4.2 ENSINO ESCOLAR SOB MEDIDA PARA CADA NÍVEL COMPORTAMENTAL INFANTIL

Luiz Antonio, além de sugerir a divisão dos escolares nas quatro categorias acima destacadas de níveis de desenvolvimento intelectual, traz outra perspectiva para o ensino escolar: aconselha que a prática educativa leve em consideração também os desvios comportamentais que cada indivíduo apresenta e, mais, que possa vir a apresentar. Para ele, as variadas tendências aos estados de desequilíbrios comportamentais que os escolares podem apresentar, denominadas de *constituições psychopathicas*, permitem precisar as personalidades infantis que fogem do padrão da normalidade. Além de contribuírem para a constatação da possibilidade de uma psicose mental ser suscetível à evolução.

E, diante da percepção de que as crianças de hoje constituirão a nação brasileira do amanhã, Luiz Antonio propõe um ensino que identifique, corrija e vigie todos os desvios de comportamentos já verificáveis nos escolares e que observe e controle o comportamento das crianças predispostas, por fatores hereditários ou não, aos desvios mentais.

Sendo assim, ao estudar as causas do comportamento fora do padrão da normalidade verificado nos indivíduos escolares, Luiz Antonio (1927b, p. 41, grifos nossos) chega a conclusão de que

Quer esses feitos psychicos anormaes sejam de fundo exclusivamente hereditario, como dizem DELMAS e BOLL, “manifestando-se precocemente e persistindo toda a vida”, quer com PIERRE JANET e CLAUDE, admittamos que o factor hereditario figure apenas como predisposição de terreno; ou com FREUD e sua escola, excluindo a hereditariedade, demos-lhe origem “numa orientação particular datando da infancia e de que a educação seria muitas vezes responsavel”, pensamos com BOUYER e SISTERON, que a “constituição psychopathica ou nevropathica é *modalidade anormal na evolução do espírito*, seja hereditaria, seja resultante de uma causa muito antiga, affectiva ou physica, seja enfim participando de uma e de outra origem; *torna-se difficilmente reductivel e se encaminha, si se não intervem, para as perturbações*

nervosas e mentaes de que encerra o germe". O que ellas representam, em Hygiene, é uma ameaça permanente de psycopathia, cuja eclosão póde ser evitada nessa longa faixa de idade que decorre dos 3 annos ao advento da puberdade.

Na tese de doutoramento, destaca que estão entre os indivíduos com *constituições psychopathicas* as crianças “‘afobadas’, ‘valentonas’, ‘choromingas’, ‘briguentas’, ‘convencidas’, ‘manteigas derretidas’, etc.” – tidas pela sociedade como predispostas, degeneradas, taradas, entre outras degenerescências (LIMA, L., 1927b, p. 38).

Corroborando os desvios de comportamento trazidos por Luiz Antonio, Arthur Ramos (1903-1949), outro contemporâneo do potiguar, na terceira edição do livro “Saúde do Espírito: Higiene Mental”, afirma que

Muitos outros problemas apresenta a criança na Escola. Aí estão os casos de preguiça e desatenção, de gagueira, de problemas de comportamento sexual, de tique, *de muitos outros chamados “maus hábitos”*, mentiras, furtos e outras falhas que podemos filiar à “pré-delinquência” infantil, *de causas afetivas e ambientais* (RAMOS, A., 1944, p. 71, grifos nossos).

Considerando, então, as *constituições psychopathicas* como modalidades anormais na evolução do espírito (predisposição hereditária ou de causa muito antiga, afetiva ou física), Luiz Antonio destaca a importância de a escola modificar, atenuar e extinguir os hábitos perigosos que os indivíduos possuem. Isso porque esses maus hábitos, não sendo eliminados ou corrigidos, constituirão uma “segunda natureza”, perigosa para o indivíduo e para a nação. Por isso, de acordo com o seu ponto de vista,

Antes que esses habitos se constituam a “segunda natureza” ou que, crescendo com o individuo, atinjam as raias das psychoses constitucionaes, que [...] não são senão suas manifestações paroxísticas, as instituições pre-escolares e a escola, abrangendo aquellas edades, poderão modificá-las, atenuando-as, extirpando-as, amortecendo-as. (LIMA, L., 1927b, p. 42, grifos nossos).

Com relação à “segunda natureza” de um indivíduo, entendemos, a partir de Arthur Ramos (1957), que o termo se refere a uma disposição permanente decorrida do “costume”, do “hábito” adquirido. O teórico explica, ainda, que “o termo *hábito* é

empregado no sentido de *comportamento aprendido*, [de] *aquisições devidas à aprendizagem*” (RAMOS, A., 1957, p. 47, grifos nossos).

As acepções desses dois termos encontrados na tese de doutoramento de Luiz Antonio nos permite perceber que o potiguar considera a formação da “segunda natureza” na criança como a mecanização das ações, a qual se dá a partir dos hábitos que ela adquire. Para ele, “a repetição iterativa do estímulo exterior ocasiona uma descarga nervosa, conduzindo á mecanização das reacções, que se traduz pela formação dos hábitos” (LIMA, L., 1927b, p. 56).

Então, considerando o hábito como a “influencia produzida pela primeira realização do phenomeno sobre as realizações posteriores”, Luiz Antonio adverte que “essa influencia, pela sua importancia posterior, deve ser exercida desde o nascimento” (LIMA, L., 1927b, p. 56). No entanto, “pouca gente reflecte que a experiencia começa logo depois do nascer e que, assim, a formação de habitos mentaes se inicia com a própria vida post-natal”. Para o médico e educador, “os habitos adquiridos durante o periodo preescolar exercem uma acção poderosa sobre o character e a vida social ulterior do individuo” (LIMA, L., 1927b, p. 57).

Por isso o fato de a criança receber influências perigosas do meio em que vive – devido tanto à realidade social brasileira, que é insalubre, quanto à falta de preparo das mães¹⁹ – faz com que ela adquira hábitos também perigosos para com o seu corpo e sua mente.

Sendo assim, é no ambiente da escola que a correção dos maus hábitos verificados nas crianças deve acontecer, de modo a evitar que eles façam parte da natureza do indivíduo e que comprometam o futuro higienizado, saudável, ordenado e civilizado, almejado para a nação brasileira. Conforme as palavras do próprio pensador, “cabe á escola primaria a correcção e formação dos hábitos numa idade que, bem aproveitada pode restringir as consequencias do inaproveitamento da phase mais propria e mais útil” (LIMA, L., 1927b, p. 59).

Desse modo, o *ensino sob medida*, pensado por Luiz Antonio dos Santos Lima, procura reverter os desvios comportamentais apresentados pelas crianças escolares – desvios esses caracterizados como *constituições psychopathicas*,

¹⁹ Quanto à preparação das mães, mais uma vez Luiz Antonio (1927b, p. 57, grifo nosso) alerta que “é evidente a necessidade improrogável de preparar as mães para exercer sobre esses seres plásticos, a influencia norteadora dos *bons habitos*, consistente, inicialmente, na methodização da alimentação, do sonno, do asseio, da disciplina, pois que nisso se resume a vida deles”.

verdadeiras entraves ao progresso, à civilidade e à ordem – e se encaixa numa demanda de higienização social evidente no período.

Parceiros na empreitada de higienização das mentes das crianças brasileiras em idade escolar, professores e médicos se imbuem da responsabilidade de identificação e correção das anormalidades observáveis nos escolares.

No entanto, especificamente no caso do professor, o tempo que despende com os alunos, o qual propicia a ele um maior período de observação, e a experiência que tem como docente o permitem apontar ao médico escolar as crianças que parecem afetadas por qualquer anormalidade.

O médico, por sua vez, amparado pela credibilidade do saber científico e tendo averiguado o desvio, incumbe-se de fazer um diagnóstico preciso da anomalia e de identificar a *constituição psychopathica* que a criança apresenta. E, com o auxílio dos pais, procura a etiologia da anomalia do indivíduo: hereditariedade, histórico de doenças, condições do ambiente em que vive, entre outras; e designa “para cada creança as medidas especiaes a tomar, segundo a categoria do seu *deficit*” (LIMA, L., 1927b, p. 23, grifo do autor).

Baseada, portanto, nas anormalidades mentais demonstradas pelas crianças, a concepção de ensino defendida por Luiz Antonio deve ser dosada segundo o nível de desvio comportamental observado e diagnosticado pelas equipes médica e docente. Assim sendo, o ensino será *sob medida* a partir do momento em que forem consideradas as categorias de comportamentos desviantes do padrão, definidas por Luiz Antonio.

Para isso, o potiguar elenca sete *constituições psychopathicas*, as quais orientarão a identificação da anormalidade e a dosagem do ensino.

A primeira, tida como *constituição psychopathica hyper-emotiva*, classifica o grupo dos indivíduos emotivos por futilidades, cujas manifestações – fisiológicas ou psicológicas – são exageradas em intensidade e duração; nessa categoria, estão os sensitivos, os impressionáveis, os tímidos, os hesitantes. Conhecidos pelos colegas como “‘choromingas’, ‘gente de tripa fina’, ‘manteiga derretida’”, os emotivos “por tudo choram copiosamente, coram e empallidecem por nonadas, lastimam-se constantemente, temem demasiadamente o professor”. São também “incapazes de tomarem uma resolução imediata, [e] procuram, pela exibição de sua emotividade facil, captar a *sympathia* de todos” (LIMA, L., 1927b, p. 38).

O segundo grupo de indivíduos, cujo comportamento é tido como desviante do padrão, traz aqueles que apresentam a *constituição psychopathica cyclothymica*. Aqui, estão os indivíduos com oscilações de atividades acima ou abaixo da normalidade; as excitações e abatimentos que sofrem são, geralmente, em decorrência de causas insignificantes, sem razão aparente ou causa consciente. Nessa categoria, estão os “hyperactivos e os hypoactivos, os excitados constitucionaes e os deprimidos constitucionaes”. São vistos pelos colegas como “‘inconstantes’, ‘borboletas’, ora dispostos a tudo, ora fugindo ao menor esforço”, são crianças “de lua”, devido às “demonstrações sempre frizantes de sua actividade maxima ou mínima, ao lado das alternativas do humor, ao alegre, ora triste” (LIMA, L., 1927b, p. 38-39).

No terceiro grupo, temos os indivíduos com a *constituição psychopathica mythomaniaca* – grupo dos que apresentam tendência à mentira, sem nenhum interesse visível. As crianças dessa categoria encontram “prazer na alteração da verdade, na fabulação, tornando-a em breve automatica e inconsciente”. Luiz Antonio afirma ainda que “ha uma phase na vida da creança, a 2ª infancia, em que ella é fatalmente mythomana”. No entanto, o potiguar explica que a personalidade mórbida só vai se constituir na acentuação e no prolongamento dessa fase. E pondera também que “em todas as classes se encontram os ‘mentirosos’, que tudo vêm, a tudo estão presentes, tudo ouvem, accrescentando a todos os ‘contos’ o seu ‘pontinho’...” (LIMA, L., 1927b, p. 39).

O quarto grupo, caracterizado pela *constituição psychopathica paranoica*, traz os indivíduos predispostos ao orgulho, à dominação e à desconfiança. Nessa categoria, estão os presunçosos e convencidos, que “tudo são e podem, mas cujo falso prestigio está a mercê de toda a zombaria, directa ou indirecta, proposital ou não” (LIMA, L., 1927b, p. 39). Os escolares que apresentam essa anormalidade comportamental “são trabalhosos e se constituem sempre pomo de discórdia entre os condiscipulos”. Ainda em conformidade com o pensamento do autor potiguar, os indivíduos *paranoicos* “são intrigados com a maioria dos colegas e reclamam a torto e a direito. Querem á força serem os primeiros na escola, encarando a velleidade do ‘fim’, sem desenvolverem o esforço dos ‘meios’ de attingil-o” (LIMA, L., 1927b, p. 38).

No grupo dos indivíduos que apresentam a *constituição psychopathica amoral*, estão as crianças classificadas como cínicas, perversas e turbulentas, que

têm fraqueza dos sentimentos éticos e dos sentimentos afetivos – “o que as torna presas dóceis de suas impulsões e incapazes de resistir às sugestões perigosas”. Aqui estão os indivíduos desobedientes, indisciplinados, rancorosos, malvados, “reincidentes incorrigíveis dos vícios” – anormalidades muito encontradas nas escolas. Essa é uma das “mais antigas constituições morbidas conhecidas da escola e dellas a de mais precoce manifestação, com os seus quatro estygmata essenciaes: amoralidade, inaffectividade, inadaptabilidade e impulsividade”. Os indivíduos dessa categoria são “absolutamente indesejáveis no seio das classes e no proprio ambiente domestico”, pois “riscam as paredes, desenham immoralidades, furtam objectos e lunches dos collegas, fomentam as brigas e as intrigas, masturbam-se, praticam obscenidades com menores e inexperientes” e mais: “callumniam os professores, fogem das aulas, alliciando os incautos, fumam e bebem ás escondidas, maltratam os animaes e as plantas” (LIMA, L., 1927b, p. 40).

O sexto grupo traz os indivíduos que apresentam a *constituição psychopathica eschizoide* – categoria daqueles que se refugiam em si mesmos, que fogem da vida real e que preferem “as chiméras e concepções imaginativas ás solicitações mesologicas”. Aqui, estão agrupadas as crianças preguiçosas e abstratas, que fazem do seu eu um mundo à parte. Geralmente, os classificados como *eschizoides* são apáticos e indiferentes; são aqueles indivíduos que vivem “a ouvir estrellas, em pleno meio-dia...” (LIMA, L., 1927b, p. 40).

No sétimo e último grupo, estão as crianças que apresentam a *constituição psychopathica psychasthenica* – grupo que dos irresolutos e inquietos. Os indivíduos dessa categoria apresentam um estado de emoção particular, o qual é acompanhado de incertezas e de ideias absurdas que invadem a consciência. Os *psychasthenicos* são escolares que se julgam incapazes de fazer qualquer trabalho a contento do professor e, por isso, sofrem com essa falta de confiança no seu próprio esforço. E mais: “sua perturbação typica é a auto-analyse e a introspecção, a tendencia ás obsessões, ás phobias e aos escrupulos”. É evidenciado, também, que “na escola, [os psychasthenicos] têm horror ás ‘cafuas’, [e] não comparecem aos passeios escolares por temerem visitar os estabelecimentos, viajar em trens ou embarcações”, além de se recusarem aos exercícios físicos, ao canto e às recitações por receio da crítica dos colegas (LIMA, L., 1927b, p. 40).

Diante dessas diversas anormalidades comportamentais apresentadas pelas crianças, o médico e educador Luiz Antonio dos Santos Lima, adverte que, no decurso do período escolar, alguns desvios indiciadores de uma personalidade mórbida já podem ser revelados. Por isso médicos e professores, devido à maior capacitação que possuem, devem se manter sempre atentos, de modo a atuarem contra essas anormalidades observáveis.

Vemos, então, que, num contexto social em que se fazia necessário higienizar os corpos e as mentes dos indivíduos, a proposta de *ensino sob medida* de Luiz Antonio, ao buscar a higienização das mentes dos escolares, livrando-os dos desvios de caráter mental, mostra-se em conformidade com o ideário do movimento higienista brasileiro do início do século XX. E, com base na necessidade de modificar o perfil desditoso dado ao brasileiro, o potiguar reportou seus estudos para o âmbito da limpeza social, atrelada à higienização das mentes dos escolares.

É por isso que, na tese de doutoramento, salienta o pensamento de que

Cumpre à Hygiene mental vigiar toda essa evolução [do desenvolvimento infantil], intervindo por meio de agentes educacionaes, de molde que ella [a evolução mental] se desdobre normalmente, evitadas as causas perturbadoras e estimulados os factores efficientes. (LIMA, L., 1927b, p. 15).

Por acreditar que o comportamento e o intelecto se desenvolvem a partir de reações a estímulos vindos do ambiente e do próprio indivíduo, agregados à influência dos instintos hereditários, o médico e educador pensa uma concepção de ensino que seja capaz de acompanhar toda a evolução mental de cada escolar. Seu *ensino sob medida* está voltado para a vigília do desenvolvimento mental de cada criança, de modo a evitar que as perturbações mentais, tanto externas quanto internas, atrapalhem esse desenvolvimento e também estimular reações condizentes com o perfil de civilidade, saúde e progresso almejado.

Assim, a concepção de ensino de Luiz Antonio destaca que as crianças escolares deveriam ser higienizadas em sua essência, em seu caráter, em seu pensamento, em sua inteligência, em seu comportamento. Isso porque, além de “descuradas do lar” (LIMA, L., 1927b, p. 58), sob a nula, pouca ou má orientação das mães, essas crianças traziam consigo fatores de predisposição hereditária insalubres e dissonantes com o futuro pensado para a nação. Os comportamentos

indesejados que apresentavam, os maus caracteres que demonstravam, os maus costumes em que estavam inseridas, aliados às más influências do meio físico (devido às precárias condições de higiene) e do meio familiar (em decorrência da pouca orientação que os parentes possuíam), preocupavam Luiz Antonio.

Desse modo, vemos que a concepção de ensino que propõe, ao buscar “preservar das psychopathias o individuo normal, o predisposto e o anormal, [e] conservar em equilibrio o estado mental e melhora-lo” (LIMA, L., 1927b, p. 5), evidencia o aspecto da vida mental saudável de cada criança. E a dosagem, a medida – que a esse ensino deve ser aplicada – será determinada pelo nível de desenvolvimento intelectual e pelos comportamentos apresentados por cada escolar.

Com isso, vemos que a concepção de *ensino sob medida* de Luiz Antonio abarca a temática do desenvolvimento da mentalidade sadia, da normalização das condutas, da vigilância constante dos comportamentos, da correção dos maus hábitos, dentre outros aspectos relacionados à higiene mental dos indivíduos em idade escolar. É, portanto, a necessidade de higienização das mentes dos escolares que guia a sua concepção educacional – na qual é destacado o padrão normalizador das condutas e do comportamento dos infantes. Assim, sob o discurso de higienização das mentes, a partir do padrão normalizador, o potiguar afirma que

Eliminar-se-ão [...] as inclinações nefastas, as tendências á mentira, ao furto, á affectação, ao “convencimento”, ao pernosticismo [presentes nas crianças].

As reacções primitivas, contrarias ao que está estabelecido, ás praxes, ás regras sociaes, serão substituídas pelas reacções mais justas, mais conformes com a realidade e darão alegrias compensadoras das primeiras satisfações abandonadas. (LIMA, L., 1927b, p. 26, grifo nosso).

Para que as “reações primitivas” dos escolares sejam substituídas por “reações mais justas e mais conformes” com o ideário higienista, faz-se necessário considerar todas as diferenças individuais intelectuais e comportamentais das crianças. Desse modo, somente a partir da observação, da vigília, do controle, da correção, por parte dos médicos e professores, e do ato de autocontrole e de submissão à norma, por parte do alunado, é que se teria o florescer de todas as qualidades de que um adulto necessita para ser física, moral e intelectualmente completo.

Pensando exatamente no indivíduo desenvolvido em sua completude, cuja

mente, comportamento e corpo físico sejam integralmente trabalhados, o médico e educador Luiz Antonio ressalta que o ensino escolar deve representar, antes de tudo, a organização de um sistema de “reflexos condicionados” (LIMA, L., 1927b, p. 16).

Segundo o seu entendimento, o sistema de reflexos condicionados que o *ensino escolar sob medida* propiciaria permitiria a inibição do aspecto mental perigoso que o indivíduo em idade escolar apresenta, ou seja, Luiz Antonio acredita que é a partir desse sistema de reflexos condicionados sadios – a ser aprendido pelos escolares – que os desvios mentais sofreriam as medidas de intervenção, sendo corrigidos, controlados e normalizados. Assim, ao defender que o *ensino escolar sob medida* crie um sistema de reflexos condicionados que estivesse voltado para cada anormalidade, Luiz Antonio enfatiza a necessidade de o ensino incutir na vida mental das crianças hábitos, tidos como “sadios”. Para ele,

É preciso, portanto, procurar desde a infancia, compôr os “reflexos condicionados” em harmonia com o meio social e, nos casos de inadaptção, empenhar-se em procurar as inibições que entravam igualmente o progresso e o desenvolvimento dos bons habitos necessarios á saúde psychica. (LIMA, L., 1927b, p. 16).

Procurando desenvolver um sistema de reflexos condicionados que permitissem à criança se recusar contra os maus hábitos e se voltar para os bons, o ensino escolar deveria, segundo Luiz Antonio, controlar o desenvolvimento infantil, corrigir seus desvios e ampliar suas virtudes. E, ainda: é também a partir da medida certa do ensino que se teria “a adaptação [da criança] a uma situação nova” (LIMA, L., 1927b, p. 16) – situação essa caracterizada pelo estímulo dos hábitos que são sadios e pela inibição daqueles que são perigosos –, fazendo da vida mental do indivíduo uma recusa constante contra o mal.

No entanto, Luiz Antonio (1927b, p. 56) adverte que “a correção dos maús habitos se consegue antes pela pratica repetida de actos convenientes que por esforços da vontade, ingentes que sejam”, pois “a mecanização das reacções integra o habito numa fórmula motora da memoria”, o qual só pode ser criado pela ação.

Para enfatizar como se dá a formação dos hábitos na vida mental de um indivíduo, o potiguar fundamenta-se em quatro pensadores e destaca que

O habito forma-se pela repetição do acto, concluiu PERNAMBUCANO.

Com isto está de accordo THORNTON na sua definição: Um habito é uma aptidão adquerida especialmente por um modo de acção.

“Tomae cuidado com as vossas acções, os actos se formarão dellas mesmas”, é a oportuna advertencia de BRAY.

Não se afasta desse ponto de vista o professor Dr. W. RADECKI, quando define: Habito é a influencia produzida pela primeira realização do phenomeno sobre as realizações posteriores.

Essa influencia, pela sua importância posterior, deve ser exercida desde o nascimento. (LIMA, L., 1927b, p. 56, grifos do autor).²⁰

A preocupação com a saúde da vida mental da criança escolar e a influência que os hábitos que ela possui têm no seu intellecto e nos seus comportamentos fazem com que a teorização de Luiz Antonio sobre o ensino escolar recaia sobre uma prática educativa que esteja voltada para o ensino de “hábitos”.

No entanto, cabe ressaltar que não se trata do ensino de “hábitos”, quaisquer que sejam eles. Com sua concepção de *ensino sob medida*, o potiguar intenta incutir nas crianças os “bons” hábitos. E aqui temos todos os hábitos da saúde, da moral e do comportamento que estejam em conformidade com o ideário de civilidade, de progresso e de desenvolvimento da nação brasileira. E mais, segundo a afirmação de que “é preciso *procurar corrigir*, desde a infancia, *os máus hábitos e inculcar os bons*, em uma palavra, dirigir assim a formação do character da creança” (LIMA, L., 1927b, p. 57, grifos nossos), Luiz Antonio pondera, ainda, que a prática educativa deve não somente inculcar nas crianças os bons hábitos, mas também corrigir os hábitos perigosos que possuem – hábitos esses que comprometem a vida mental saudável do indivíduo.

Luiz Antonio defende, portanto, que às crianças em idade escolar sejam ensinados os hábitos sadios de moral, higiene e comportamento, de modo a esses indivíduos serem enquadrados nos padrões de higiene e dos bons costumes, pregados pela intellectualidade detentora do saber científico. Então, de modo sucinto,

²⁰ Pelo excerto e pelas citações diretas e indiretas nele contidas, mais uma vez, notamos que o pensamento de Luiz Antonio dos Santos Lima estava inserido e era condizente com o ideário de higienização da sociedade, pensado pela intellectualidade médica. Tal fato pode ser confirmado tanto pelas pesquisas que o potiguar fez para concluir o curso de medicina (e pelos autores que ele utilizou para fundamentar teoricamente sua tese de doutoramento), quanto pelo pensamento médico-sanitarista de higienização das mentes dos escolares, notório em sua obra.

Ao mesmo tempo que se desenvolve na creança o gosto pelo asseio, pelo conforto, pela decencia, procura-se formar bons habitos mentaes, não se negligenciando qualquer dos elementos proprios á garantia de sua solidez psychica. (LIMA, L., 1927b, p. 26).

No caso, Luiz Antonio destaca que essas tarefas remetem ao trabalho docente. Sobre isso, o potiguar consola, afirmando também que

Mesmo que se invoque a autoridade de KANT, profligando a escravização pelo habito, contida na affirmativa – mais tem habitos um homem, menos é livre e independente – é licito esclarecer que o *grande educador se revoltará contra os máus habitos e contra o facto de se querer habituar a creança a tudo*. (LIMA, L., 1927b, p. 59, grifo nosso).

À primeira vista, parece-nos que Luiz Antonio se contradiz em seu pensamento, pois declara que o professor deve se revoltar tanto contra os maus hábitos das crianças, quanto contra a necessidade de habituá-la a tudo aquilo que seja condizente com a higiene. Ora, dentre a função do professor, está a tarefa de ensinar às crianças os bons costumes, que, naquele contexto social, significava habituá-la aos hábitos sadios de higiene, comportamento e moral, ou seja, “a tudo”. Como pode, então, Luiz Antonio afirmar que o “grande educador” irá se revoltar contra aquilo que lhe compete fazer?

No entanto, o potiguar esclarece que é o professor o profissional competente que tem o dever de “corrigir uma natureza hereditária, má, creando o habito que é, no velho conceito popular, uma segunda natureza, bôa” (LIMA, L., 1927b, p. 58). Luiz Antonio, portanto, admite que o professor pode achar ruim ter que habituar a criança a tudo, mas frisa que esse profissional deve ser persistente na sua tarefa e ter ciência de que, a partir do fruto de seu trabalho, uma nova nação, embasada nos preceitos do desenvolvimento, consolidar-se-á.

Para isso, dirigindo-se diretamente ao professor e ao médico, Luiz Antonio (1927b, p. 26, grifo nosso) aconselha que eles

Procurem actuar systematicamente, por todos os meios apropriados, sobre o contrôle da actividade infantil e das impulsões, sobre a concentração da intenção, sobre a resistencia ás suggestões do momento, sobre o desenvolvimento das faculdades de inibição.
[Que] façam a creança olhar atentamente para si propria, encarar as

causas das suas impressões e applicar-lhe a critica do bom senso. Si ella é tímida, que se vá em seu auxilio, ajudando-a a desfazer e dar o justo valor á causa do seu receio.

Com isso, chegamos a um ponto importante dessa nossa investigação: quando percebemos a concepção de *ensino sob medida* do potiguar voltada para as anormalidades intelectuais e/ou comportamentais de cada criança e enfática na necessidade de se ensinar hábitos sadios nos infantes. O sentido que essa concepção de ensino assume tem por finalidade fazer com que cada indivíduo se volte contra as más tendências e os maus costumes que possui, numa busca incessante pelo alcance e conservação da sua saúde mental. Dessa maneira, “o principio aqui é que só aprendendo a se recusar contra o mal é que um homem póde aprender a se voltar para o bem”, por isso o *ensino sob medida* visa “trazel-o [o indivíduo] de tal modo a emancipação, de sorte que elle continuará incolume até attingil-a” (LIMA, L., 1927b, p. 60). Assim, segundo o autor,

A noção nitida do bem e do mal, o acto de praticar o bem sem visar senão a recompensa da tranquillidade de consciencia, que só o cumprimento do dever sóe proporcionar, redundam no melhor ajustamento do individuo ao meio social e do educando ao ambiente escolar, cujo corollario inevitavel será a *saude mental*. (LIMA, L., 1927b, p. 60).

Dessa maneira, “todas as inferioridades mentaes serão igualmente e sucessivamente submettidas ao contrôle da razão nascente” (LIMA, L., 1927b, p. 26), já que a própria criança, adquirindo bons hábitos e se tornado responsável pelo seu autocontrole e pela sua autovigília, tonar-se-á um indivíduo racionalmente capaz de se higienizar e de resistir às más tentações, que comprometem sua saúde mental.

A título, então, de conclusão deste capítulo, sintetizamos que foram

[...] a *estructura psychica* do individuo, não raramente deficiente e imperfeita, dependendo em grande parte da hereditariedade, e o meio *physico* e *social*, creando as vezes condições adversas que podem perturbar e, em grau extremo, até esmagar as mentalidades mais firmemente equilibradas (LIMA, L., 1927b, p. 5, grifo do autor),

que fizeram com que o médico e educador Luiz Antonio dos Santos Lima teorizasse sobre uma concepção de ensino que fosse capaz de reverter o quadro de incivilidade, doença e indolência do povo brasileiro do início do século XX.

Sua proposta de ensino considera as crianças como indivíduos em desenvolvimento que devem aprender as boas noções de higiene, de moral e de comportamento para que se tornem capazes de se policiarem contra as más tendências mentais que possuem.

Nesse sentido, a concepção de ensino do professor e médico higienista faz uso do controle e da vigilância constantes para o disciplinamento das crianças em idade escolar. Tende, seu ensino, a aprisionar a opinião do indivíduo infantil e a favorecer a cientificidade da medicina, pois, na ênfase dada à correção, à profilaxia e à prevenção das anormalidades mentais para evitar consequências nocivas à saúde mental dos escolares, são destacadas as medidas de intervenção necessárias para a correção de todo e qualquer desvio notado pelo professor e pelo médico da escola.

Com isso, inferimos que não importavam a opinião e os interesses da criança escolar, já que a cientificidade da medicina conferia legitimidade às práticas de higienização das mentes e dava ao médico e ao professor a autoridade para a escolha das atividades mais indicadas para cada caso de anormalidade encontrado.

Essas anormalidades, tidas como as causas dos problemas não só sociais, entraves ao desenvolvimento do país, como também escolares, ao dificultarem o trabalho docente e ao influenciarem – negativamente – as condutas dos escolares que não os possuíam, estiveram presentes na concepção de ensino formulada por Luiz Antonio e orientaram a percepção do teórico sobre a “medida” que esse ensino deveria ter. Uma proposta de ensino, então, que se enquadrasse na medida das anormalidades intelectuais e comportamentais de cada escolar: essa foi a essência da concepção educacional do médico e educador potiguar, que, convenhamos, mostra-se bem diferente daquela que foi preconizada por Édouard Claparède.

Para Luiz Antonio dos Santos Lima, o *ensino sob medida* deve enquadrar os comportamentos das crianças nos padrões da medicina de forma a igualá-los, tolhendo a liberdade de cada escolar, conformando, moldando, padronizando em nome da civilidade e do progresso da nação. Assim sendo, a partir da tese de doutoramento, destacamos o receio do potiguar pelo diferente, por aquilo que foge

da norma, do padrão, e a importância que dá à homogeneização dos comportamentos conforme a norma aceitável.

E, na intenção de prevenir e corrigir os desvios intelectuais e de comportamentos e incutir hábitos salutarres de higiene e de moral nas crianças, de modo a enquadrá-las no padrão normalizador do saber médico-científico, Luiz Antonio elenca algumas medidas de intervenção a serem praticadas no ambiente escolar.

Essas medidas, que eram voltadas para a higienização das mentes das crianças, estavam baseadas não na esfera de interesses desses indivíduos, mas sim no discurso de que os processos e programas de ensino devolvessem a saúde para toda uma nação. Eram essas as medidas de higienização das mentes que constituiriam o caminho pelo qual o ensino deveria percorrer para prevenir e corrigir as perpetuações da indolência, da doença e da incivilidade por meio da predisposição hereditária.

Mas quais seriam as medidas de higienização das mentes das crianças em idade escolar, propostas por Luiz Antonio dos Santos Lima, que permitiriam a medida certa para a prática educativa?

5 AS MEDIDAS DE HIGIENIZAÇÃO DAS MENTES A SEREM IMPLEMENTADAS NO AMBIENTE ESCOLAR PARA UM *ENSINO SOB MEDIDA*

Por meio das medidas de higienização das mentes, a serem destacadas no presente capítulo, Luiz Antonio formula a sua proposta de *ensino sob medida* no sentido de fundamentar a *educação completa* – física, moral e intelectual – das crianças.

A análise dessas medidas de higienização das mentes nos permite o questionamento a respeito da concepção de ensino formulada por Luiz Antonio e da sua aplicabilidade na prática educativa das instituições escolares brasileiras, no início do século XX. Com essas reflexões, então, poderemos compreender se a proposta de *ensino sob medida* de Luiz Antonio seria capaz de atingir a *educação completa* das crianças em idade escolar.

Segundo o pensamento do médico e educador potiguar, o caminho que o ensino escolar deve seguir para ser *sob medida* – e permitir que a educação da criança se dê de uma forma *completa* – está pautado nas práticas de higienização das mentes dos escolares. Tal fato implica que as medidas de higiene apresentadas na tese de doutoramento devem ser voltadas para o desenvolvimento sadio da mente de um indivíduo bem definido: a criança em idade escolar.

As práticas de higienização são evidenciadas na tentativa de prevenir, corrigir e controlar os desvios mentais que os indivíduos pudessem apresentar e prevenir das psicopatias aqueles que fossem a elas predispostos. Nesse sentido, considerando cada anormalidade relacionada à mente como passível de intervenção médica, o potiguar aconselha que cada escolar tenha a sua “‘ficha psychica’ e o seu ‘perfil psicologico’”, preenchidos pelo professor ou pelo médico escolar (LIMA, L., 1927b, p. 158), de modo a permitir que cada criança tenha um histórico detalhado do seu desempenho na escola.

Com isso, Luiz Antonio faz com que a sua proposta de ensino realmente seja *sob medida*, pois defende que somente com a observação, o registro e a análise do desvio é que se faz possível dosar a prática educativa conforme o grau de anormalidade do escolar. Trata-se, portanto, de “uma synthese importante da apreciação geral da actividade psychica e das possibilidades de comportamento psicologico do examinado” (LIMA, L., 1927b, p. 158).

Conforme o seu pensamento, “a ‘ficha psychica’, iniciada ao entrar o menino para a escola, será revista, anotada e completada em cada anno seguinte, de modo a se poder deduzir, com precisão, o ‘perfil psychologico’, ao fim do curso” (LIMA, L., 1927b, p. 158). Para isso, nela estarão descritos vários aspectos da vida da criança, tais como: antecedentes psíquicos, hereditários, colaterais ou pessoais; profissão do pai; atitude; compostura; expressões faciais; atenção: imediata, lenta, negativa, concentrada, frouxa, fugitiva ou dispersa; percepções visuais, olfativas, gustativas, auditivas e táteis: imediatas, lentas ou negativas; memória: fiel ou infiel, rápida ou lenta, de difícil ou fácil evocação, fixação forte ou fraca; imaginação: reprodutiva ou construtiva, viva ou medíocre, desordenada ou calma; associação de ideias: lógica, justa ou anormal, rápida ou superficial; juízo: lógico ou ilógico, completo ou incompleto, suficiente ou insuficiente; raciocínio: justo ou falso, rápido ou lento; vontade: firme ou frouxa; afetividade; caráter: expansivo, eufórico, alegre, satisfeito, triste, depressivo preocupado, indiferente, mole ou inconsciente; conduta: boa, criteriosa, afetiva, respeitosa, ativa ou rixenta com professores, colegas, empregados e animais (LIMA, L., 1927b, p. 159). Sendo ainda acrescentadas à ficha, num lugar determinado, as observações que, por ventura, o médico ou o professor venha a fazer.

No caso do *perfil psychologico*, Luiz Antonio sugere que a atenção, o juízo, o raciocínio, a afetividade, o senso moral, o caráter, a atividade psicomotora e a emotividade recebam, cada um, um valor que esteja na escala de um a dez. Além desses aspectos variados, referentes à mente da criança, é aqui que são anotados os resultados dos testes de inteligência, aplicados para a medição do nível do desenvolvimento intelectual de cada escolar, o coeficiente de inteligência que cada um atingiu e as *constituições psychopathicas* verificáveis.

O ensino escolar, para Luiz Antonio, só pode, portanto, ser fundamentado numa proporção que seja *sob medida* se cada aluno for acompanhado em sua individualidade, se cada desvio for anotado, analisado, controlado e vigiado convenientemente. Logo, tendo tudo aquilo que diz respeito aos indivíduos sido descrito em fichas e perfis psicológicos, todos os corpos escolares passam a ser vistos como alvos de intervenção; ou melhor, todas as mentes que guiam esses corpos passam a ser vistas como propensas a receber as medidas de intervenção higienista.

Outra sugestão dada pelo potiguar é o incentivo da educação cívica, do ensino de lições de cousas e de lições de higiene, no ambiente escolar. Para ele,

Não se póde negar á educação civica uma influencia bemfazeja no despertar dos sentimentos patrioticos de grande elevação moral. Veem em seguida as licções de hygiene, que, ao lado dos rudimentos de physica, chimica e historia natural, formam as “licções de cousas” [...]. (LIMA, L., 1927b, p 26).

A ênfase na educação cívica e na higiene permite a Luiz Antonio aconselhar que o ensino escolar seja rico em boas recomendações de higiene e de moral, de modo a procurar desenvolver na criança os bons sentimentos. Sobre isso, o potiguar esclarece que, “em presença dos sentimentos de uma creança, ha tres modos de agir: ou nada fazer, ou comprimil-os ou formal-os; é justamente o terceiro que é preciso escolher”, devendo os professores e médicos escolares ensinar, sobretudo, “o amor-proprio, combatendo, porém, a vaidade” que o indivíduo possa ter (LIMA, L., 1927b, p. 20).

Aos professores e aos médicos compete, também, edificarem ativamente o caráter de cada escolar, de modo a transformarem, ano a ano, as reações cegas e caprichosas que o ser infantil possa apresentar, visando ao estabelecimento da harmonia dos seus sentimentos e das suas ações. Para isso, o ensino escolar deve estar baseado nas “Medidas de higienização para a prevenção dos desvios mentais” e nas “Medidas de higienização para a correção dos desvios mentais”.

Vejamos essas práticas de higienização das mentes em detalhes nos tópicos seguintes.

5.1 MEDIDAS DE HIGIENIZAÇÃO PARA A PREVENÇÃO DOS DESVIOS MENTAIS

Para Luiz Antonio, as medidas de higienização capazes de prevenir os desvios mentais dos indivíduos são as seguintes: educação sexual, ensino antialcoólico, ensino antitabagismo, campanha moral contra o jogo e orientação profissional.

A primeira prática de prevenção dos desvios mentais relatada pelo autor refere-se à educação sexual. Para ele, trata-se de uma medida de higienização essencial ao processo educativo, já que é preciso educar sexualmente todos os

jovens que se encontram na “crise de puberdade”, fase de transição entre a “adolescência e a juventude” (LIMA, L., 1927b, p. 63).

Segundo o teórico, “o problema da educação sexual se impõe pelo seu alcance moral e pela sua gravidade em relação á saúde do adolescente”, já que estão “as glandulas endócrinas ligadas ao aparelho sexual, no equilibrio da saúde physica e mental [do indivíduo]” (LIMA, L., 1927b, p. 61). Além do mais, “o futuro de nossa raça está por completo sob a dependência da educação sexual”, pois, sendo “a mulher [...] um ovário servido por orgams” e “o homem [...] uma inteligência servida por orgams”, o aspecto moral que essa educação propicia colabora para a civilidade, ordem e saúde da nação (LIMA, L., 1927b, p. 60).

Nesse sentido, Luiz Antonio defende que o professor intervenha no domínio da educação sexual a partir do momento em que “uma sentimentalidade especial surja, domadora e suggestionante [na criança]”. Por isso, o autor recrimina a postura “abstencionista” de alguns “pedagogistas” que “guardam sobre o assumpto o mais rigoroso silencio por consideral-o muito escabroso” (LIMA, L., 1927b, p. 62). E continua criticando que:

Não se recordam os partidarios do silencio que a instrucção nesse particular se fará fatalmente, ao talante de circumstancias clandestinas, pela leitura de revistas e de romances e por confidencias equivocadas, emprestando ao phenomeno da reproducção um carater mysterioso, falso e illicito. (LIMA, L., 1927b, p. 62).

Então, diante do fato de que a sexualidade do adolescente acontece independentemente da vontade dos pais e professores, o potiguar Luiz Antonio defende “uma preparação prudente e uma iniciação scientifica conduzida com tacto e medida, chamando-a ao conhecimento progressivo e á comprehensão natural dos factos que se relacionam com a genesis do sêr”. O autor acredita que cabe ao professor “fazer luz para pôr termo a um regime que *altera a imaginação e a saúde physica de muitas creanças* e para fazer reentrar os factos da geração em seu quadro physiologico normal” (LIMA, L., 1927b, p. 62).

Desse modo, ao apontar a necessidade de o ensino alterar a “imaginação” do indivíduo, lidando com seu pensamento, sua mentalidade, vemos que a educação sexual proposta por Luiz Antonio está vinculada ao cultivo da mentalidade sadia nos escolares. Para isso, o médico e educador aconselha ao professor que

edue a sexualidade adolescente sob quatro formas de intervenção, são elas: a *preparação*, a *cooperação physica*, a *informação* e a *directão*.

Na *preparação*, dado o mundo novo que surge com a puberdade – e que é mal compreendido pelo adolescente –, a prioridade é para a formação dos hábitos sadios. Segundo o médico e educador Luiz Antonio dos Santos Lima (1927b, p. 63), “os principaes [hábitos] são relativos á alimentação, aos jogos, aos desportos, ao asseio, ás attitudes correctas; depois á regularidade, ao respeito a si proprio, á obediência, á disciplina, ao treinamento para o esforço prolongado”.

Além da formação de hábitos sadios, a *preparação* envolve também a) o governo das “razões de interesse”, no qual se cria em torno do jovem um ambiente repleto de bons conselhos, ativando as formas de atividades adolescentes; b) o afastamento dos meninos adolescentes dos prostíbulos, devido à influência desprezível sobre a mentalidade adolescente causada pela “atmosfera de naufragio, de depressão moral” lá existente, e pelas doenças sexualmente transmissíveis; c) o cuidado com as amizades perigosas, por isso a necessidade de um confidente do mesmo sexo do adolescente – mais velho e de moralidade comprovada –, já que a “disciplina deve cobrir-se com o manto da amizade”; e d) o controle das manifestações amorosas, haja vista que, embora sejam normais a partir dos 15 anos e representem a saúde psicológica e nervosa do indivíduo, é preciso “contraria-las em parte, não só em nome da moral, como da neuriatria e da psychiatria” (LIMA, L., 1927b, p. 63-64).

No caso das meninas “reclusas nos collegios como internas”, Luiz Antonio adverte que há que se ter uma atenção especial. O cuidado aqui impera nas amizades excessivas. Segundo palavras do autor,

As “veteranas” escolhem entre as noviças ou “bichas” as suas protegidas, que passam logo a chamar de “bemzinho”... Andam juntas, recreiam, merendam, estudam, banham-se e até dormem juntas, illudindo a vigilancia das inspectoras e guardiães ou no abuso de sua confiança. Entregam-se a caricias cada vez mais quentes, até se engolpharem nos excessos da masturbação, em todo seu pesado onus para o systema nervoso, já de si delicado e precario. E não raro só se denunciam por scenas de ciumes ou de imprudencia, que lhes valem a expulsão, tornando aos lares com um incendio de volupia lhes lavrando a alma.

São os namorados, agora, que lhes usufruem as concessões impudicas e que, noivos improvisados, “amiguinhos” predilectos,

abrem-lhes, de par em par, as portas da prostituição. (LIMA, L., 1927b, p. 64, grifos do autor).

A educação sexual, nesse caso, também se faz necessária; e a *preparação* se dá, portanto,

Para que o joven triumphe sobre esses perigos, [pois] é preciso que saia da adolescencia, tendo obtido o *domínio sobre si* mesmo, tendo contrahido o *habito de contrariar-se, de dizer não a si proprio e que afinal tenha sido bem “preparado”*.

Só assim elle poderá dominar o instinto sexual e si não escravizar ás suas impulsões, desobedecendo ás suas solicitações imperiosas. (LIMA, L., 1927b, p. 64, grifos do autor).

A segunda forma de intervenção proposta por Luiz Antonio para a educação sexual dos escolares se dá pela *cooperação physica*, que traz a importância das atividades físicas para a saúde sexual desses indivíduos.

Com isso, o potiguar defende a prática dos a) “jogos musculares, [da] escola de energia e disciplina, [dos] jogos de espírito”, que libertam por algum tempo “a imaginação”, b) do livre exercício das tendências artísticas, “preciosas válvulas de escape ás suas energias affectivas”, e c) da dança, pois “sua satisfação substitue a do desejo genital” (LIMA, L., 1927b, p. 64-65). Isso porque, para Luiz Antonio (1927b, p. 65), “na conformidade do nosso clima, e do nosso temperamento, resalvados numa adaptação inteligente, [a cooperação physica] é uma excellente obra de hygiene mental e nervosa”.

No entanto, o teórico aconselha que a distração desperte o interesse do escolar e que, portanto, não seja imposta, pois, nesse caso, torna-se nociva – já que “o fito psychologico do jogo é precisamente [o de] supprimir as contrariedades” (LIMA, L., 1927b, p. 65).

Luiz Antonio defende, ainda, que os gostos e as paixões se manifestem por outras formas, sejam elas: pela música, pelo desenho, pelo tênis, pela literatura, pela natação, pelo remo, entre outras. E adverte que a fadiga corporal não seja atingida, devido à prática inconsiderada do esforço físico. Para o autor potiguar, “o entusiasmo pelos jogos desportivos nos jovens os leva, infelizmente, a uma pratica inconsiderada, o que se póde evitar se uma educação physica crear a consciencia da aptidão normal”. Com isso,

O convívio nas associações, a preocupação quase absorvente dos trenós, a emulação, a discussão apaixonada dos valores e das recompensas, o desempenho dos cargos, *tudo concorre para desviar as energias affectivas da esphera sexual*, sopitando o instinto até que a maturidade physica e social possa abrir caminho á sua expansão natural. (LIMA, L., 1927b, p. 65, grifo nosso).

A educação sexual por meio da *informação* – a terceira medida intervencionista – acontece pelo esclarecimento, com critério e autoridade moral, da “pessoa qualificada” para com o adolescente sobre a sua sexualidade. O encarregado por informar adequadamente o adolescente pode ser “o professor, os paes, os sacerdotes e o medico” (LIMA, L., 1927b, p. 65).

O sacerdote “encara o problema sob seu prisma sentimental” (LIMA, L., 1927b, p. 69). O receio de ofender a Deus não tem atingido a todos indistintamente, por isso a humanidade chegou ao grau de perversão em que se encontra . Assim, “só a convicção das más consequencias de uma practica sexual desorientada, levada com dados physiologicos insophismaveis ao entendimento juvenil, póde produzir os effeitos collimados” (LIMA, L., 1927b, p. 70). O que implica que a atuação sacerdotal diante da educação sexual pode ser limitada devido à impossibilidade de atingir os corações de todos os cristãos.

O médico, por sua vez, embora seja o “melhor senhor do assumpto”, intervém apenas quando solicitado, pois “afastado do ambiente domestico, impossibilitado de utilizar os melhores ensejos, a sua actuação deixa a desejar por salteada, incompleta e inoportuna” (LIMA, L., 1927b, p. 70).

Na opinião de Luiz Antonio, as autoridades mais indicadas para a tarefa de informar o adolescente sobre sua sexualidade são os pais: “aos paes é que incumbe irremissivelmente a tarefa. ‘É a solução ideal’. A mãe instruirá as filhas e o pae, os filhos” (LIMA, L., 1927b, p. 67). Esse ponto de vista é defendido pelo autor por meio da seguinte justificativa:

Ao par das prerrogativas moraes que lhes assistem, [os pais] dispõem da confiança cega dos filhos em qualquer idade, como confidentes que são dos seus pensamentos e dificuldades, alegrias e decepções, aproveitando-se dos melhores ensejos para uma iniciação individual e oportuna, confidencial e confiante, cujas vantagens dispensam encomios. (LIMA, L., 1927b, p. 67).

No entanto, declara também que “o raciocínio é claro. O pae *deve instruir* o filho. Mas o pae não está em condições de fazel-o. Logo *prepare-se* o filho para que, quando fôr pae, *possa instruir seu filho*” (LIMA, L., 1927b, p 67, grifos do autor).

Diante, portanto, da constatação de que os pais brasileiros não estão aptos a informarem seus filhos sobre as nuances da educação sexual, dada as carentes condições em que vivem e da pouca instrução que têm, “faz-se mister que a escola instrua o adolescente, afim de que este, pae de familia mais tarde, possa, por sua vez, cumprir os seus deveres” (LIMA, L., 1927b, p. 67).

Assim, Luiz Antonio (1927b, p. 65) pondera que “o ensino sexual não deve ter lugar fixo nos horários escolares, nem programa organizado”. Isso porque

A desigualdade de temperamentos, de “meios” domesticos, de desenvolvimento physico e mental dos educandos com suas taras innatas, não permitem uma instrucção colectiva sem prejuizos não mui remotos.

[Por isso] [...] a educação sexual se fará *occasionalmente* e se enxertará pouco a pouco no ensino scientifico de que será de certo modo uma resultante. (LIMA, L., 1927b, p. 67, grifo do autor).

O médico e educador complementa, ainda, que

É obvio que essa aprendizagem deva cercar-se de todas as garantias de proficuidade, cerceadas as probabilidades do seu maleficio, *como problema de actualidade*, cujo adeantamento mantem a questão num verdadeiro cyclo vicioso. (LIMA, L., 1927b, p. 67, grifo do autor).

Desse modo, a educação sexual dos adolescentes, feita adequadamente, permite melhorar as condições de procriação a cada geração, já que a tendência é que os filhos de hoje eduquem os filhos de amanhã. No entanto, uma educação sexual má orientada ou nem sequer realizada, contribui para que o ciclo vicioso permaneça na situação precária em que se encontra e contribua para a incivilidade, indolência e doença da população.

E, por fim, a *direcção*, como quarta forma de intervenção do professor para a educação sexual, repousa sobre a necessidade de guiar os pensamentos dos jovens e afastá-los das questões sexuais. Para isso, é preciso fazer com que o adolescente se interesse pelo seu “desenvolvimento physico, pelo seu futuro, pela sua cultura

peçoal”, devendo a educação sexual “esclarecer bem [aos escolares] o instinto e as funções sexuais, de modo que o primeiro seja moderado e frenado e as segundas, dirigidas e preservadas” (LIMA, L., 1927b, p. 70-71).

Nesse sentido, Luiz Antonio (1927b, p. 71) aconselha que o professor deve explicar aos alunos que “existe uma função de que não ouviram falar ainda, a função de reprodução, tendo como carater especial estar ligada a sentimentos e desejos fisiológicos, constituindo o instinto sexual”.

E o caminho pelo qual a função de reprodução será compreendida é por meio do ensino da “Historia Natural”. Segundo Luiz Antonio (1927b, p. 70), portanto, é “ensinando Historia Natural aos seus discipulos que os educadores os farão comprehender as grandes leis da vida, da reproducção da especie, as alegrias que ellas nos proporcionam e os deverem que nos impõem”. Desse modo, complementa o potiguar,

[...] cumpre ao professor não só responder de modo simples e veridico ás perguntas que nunca [os alunos] deixam de fazer, mas também entrar em todos os ramos do ensino scientifico, moral, litterario, a parte que diz respeito áquellas funcções. (LIMA, L., 1927b, p. 71).

Cabe, ainda, dirigir o pensamento do indivíduo para a educação sexual de modo a, “antes do despertar dos seus sentidos e dominando neles a evocação do ato sexual”, permitir que ele compreenda “a ideia da maternidade, de sua beleza, suas responsabilidades, suas dores, suas alegrias” (LIMA, L., 1927b, p. 71).

Outro tópico referente à direção da educação sexual é destacado por Luiz Antonio: o da “coeducação sexual”. E sobre o assunto afirma que

Minha experiencia autoriza-me a pronunciar-me em seu favor e até fazer-lhe a apologia. A conveniencia com as raparigas impõe distincção das maneiras, a elevação das idéas, a melhoria da linguagem, a selecção dos assumptos, substituindo as más intenções, que a distancia provoca, por uma camaradagem calma e respeitosa.

Cresce a garantia desse acerto, quando a educação de umas e de outros foi melhorada no sentido da franqueza e da verdade. (LIMA, L., 1927b, p. 71-72, grifo nosso).

Sendo assim, entendemos que o potiguar destaca a necessidade de os meninos serem orientados para a prática do cavalheirismo perante as meninas – o que permite que pressuponhamos, embora Luiz Antonio não adentre nesse pormenor, a necessidade de as meninas terem a sua sexualidade educada de uma forma distinta da dos meninos.²¹

Para Luiz Antonio, então, a educação sexual deve figurar como responsabilidade do professor e como uma orientação e preparação para que a “razão e a vontade” do adolescente intervenham sempre no sentido de reprimir sua função sexual e dirigi-la somente para a procriação em condições adequadas de higiene e salubridade.

A segunda medida de higienização preventiva dos desvios mentais, trazida por Luiz Antonio, diz respeito ao ensino antialcoólico. Em se tratando dessa temática, o potiguar destaca os riscos e as causas do alcoolismo antes de propor as medidas para a sua prevenção.

Para ele, o alcoolismo figura como causa determinante e predisponente das psicopatias de caráter mental²², seguida do “morphinismo” e da “opiomania” – que caracterizam o uso de morfina e de narcóticos, respectivamente (LIMA, L., 1927b, p. 72).

Segundo o potiguar, “o alcoolismo, como a mais espalhada e a mais tolerada toxicomania, tem a sua causa psychica, essencial, e as suas causas occasionaes, accessorias, bem conhecidas” (LIMA, L., 1927b, p. 73).

Nesse sentido, Luiz Antonio destaca que, ocasionado por predisposição congênita ou adquirida, o alcoolismo tem como causas: a predisposição hereditária (“o alcoolista é filho e será pae de alcoolista”), a depressão, o desânimo, a tristeza, o pessimismo, a ansiedade, a anorexia, os problemas afetivos, o ciúme, as afeições não correspondidas, além da influência das más companhias, da curiosidade desatenta, do espírito de imitação, da elegância “mal entendida” e “até de certas

²¹ Vale lembrar que estamos no período do início do século XX, momento em que a diferença de função social dos homens e das mulheres era significativa: as mulheres deveriam cuidar dos filhos e das responsabilidades do lar; enquanto aos homens cabia o dever de prover o sustento da casa, sendo, portanto, eles os responsáveis pelo trabalho extradomiciliar (AREND, 2012; MIGUEL; RIAL, 2012). Fato esse que repercute no modo pelo qual meninos e meninas deveriam ser educados em suas sexualidades.

²² Segundo Luiz Antonio (1927b, p. 75), “o alcool concorre [...] com a percentagem de 30% na genese das doenças mentaes”.

profissões, como medicina e pharmacia, tudo incentivado pela facil aquisição dos toxicos” (LIMA, L., 1927b, p. 73).

No caso das crianças,

[O alcoolismo] começa pela predilecção exagerada pelos refrescos, pelas bebidas desprovidas de alcool, o rastilho que ateiará o incendio do desejo de beber alguma cousa, quando se váe ao passeio ou se tem uma companhia.

A transição para as bebidas de pouco alcool e destas para as mais ricas de toxicos se faz natural e suavemente, ao influxo do tempo e do habito, innocentemente adquirido. (LIMA, L., 1927b, p. 73).

A ênfase na importância da orientação antialcoólica se deve ao fato de tanto o comportamento quanto a atividade psíquica do indivíduo serem perturbadas após a ingestão desse tipo de bebida. Por isso, para o teórico,

Pela ingestão delle [do álcool], a sensibilidade se compromette: diminuem as sensações e as percepções se retardam.

Na moral, o alcoolismo corrompe a sensibilidade, a intelligencia, a vontade, tornando o bebedor insuportavel no meio domestico e social. (LIMA, L., 1927b, p. 75).

Sem contar no fato de o “cyclo vicioso pathologico”, dado o seu fator hereditário, sofrer e degradar a geração²³. Conforme explicação de Luiz Antonio (1927b, p. 74),

O alcool é immensamente mais nocivo para o embriao, o feto, a criança em evolução, do que para o individuo adulto... as pequenas doses individuais aparentemente inoffensivas têm um juro colossal na descendencia. Os filhos que vingam aos alcoolistas estão sujeitos a convulsões, meningite, epilepsia, e por idiotas, imbecis, comiciaes vão para o hospicio, mais dia menos dia, ás vezes pelo caminho da prisão.

Considerando, então, os perigos do vício do álcool para a geração brasileira de hoje e a do futuro, o nosso médico e educador aconselha, em sua tese de doutoramento, que “o ensino antialcoolico [seja] uma providencia da mais urgente actualidade, do mais sagrado dever-patriotico e da mais imperiosa imposição

²³ Para o autor, o álcool reduz a 16,12% o coeficiente sadio de uma geração (LIMA, L., 1927b, p. 75).

humanitária” (LIMA, L., 1927b, p. 75). E, nesse sentido, ainda destaca essa tarefa como dever da escola:

Enquanto os interesses subalternos, que corvejam nos corredores do Congresso Nacional, protellarem a adopção do magno recurso da “lei secca”, pleiteada pela visão esclarecida do professor AFRANIO PEIXOTO, cabe á escola primaria a primazia na campanha anti-alcoolica, como unico factor efficiente para esse tentame. (LIMA, L., 1927b, p. 76).²⁴

Desse modo, Luiz Antonio orienta que a educação antialcoólica seja obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino primário e secundário do Brasil e que aconteça desde os primeiros anos da criança na escola, devendo estar no mesmo plano das demais disciplinas e, com isso, constituir parte dos exames finais. Esse ensino

[...] pode se fazer por dois processos:

- a) Pregação anti-alcoolica;
- b) Instrucção intuitiva anti-alcoolica.

A primeira é feita nas conferencias, nas licções de moral, de hygiene, nos cartazes, nos livros, nos folhetos, nas sentenças para modelo de calligraphia, etc.

Consiste principalmente em aconselhar a não fazer uso de bebidas, porque faz mal.

O conselho repetido constantemente grava-se no subconsciente, estratificando-se numa aquisição, que vae enriquecer o patrimonio moral do futuro homem.

[...]

A instrucção intuitiva anti-alcoolica – crea um curso pratico de anti-alcoolismo na escola, sujeito até [...] a exame final.

Nesse feitio, a nova disciplina terá, como todo ensino intuitivo, seu programma organizado, seu lugar no horário, seu muzeu, constante de peças anatomicas, mappas muraes, graphicos, etc., material pedagogico indispensavel a falar aos sentidos dos escolares, na verdadeira comprehensão de um processo intuitivo. (LIMA, L., 1927b, p. 77).

Destarte, à escola cabe o ensino de que o álcool faz mal às saúdes física e mental do indivíduo. E, para isso, deve permitir que o ensino antialcoólico se dê de

²⁴ A escolha do ambiente escolar para o ensino antialcoólico se justifica pela maleabilidade para aprender o novo que os indivíduos a quem o ensino se destina apresentam. Diferentemente do que acontece com os que já estão na fase adulta, por exemplo. No caso desses últimos, quando já viciados no álcool, a pregação antialcoólica se figura “em pura perda”, pois “a estes é inutil ‘aconselhar’; é preciso ‘proibir’ ou melhor ‘impossibilitar’ o acto de beber” (LIMA, L., 1927b, p. 78).

uma forma objetiva e que permita mostrar as desordens que o álcool produz em diversos âmbitos – como, por exemplo, na capacidade de realização das tarefas escolares.

A parte de “experimentação” também se faz necessária, segundo Luiz Antonio. Por isso, incentiva que o professor, no ensino antialcoólico, faça uso do cinema e de imagens que mostrem cenas dramáticas do alcoolismo e dos dramas reais que ele provoca. Ou também que faça

[...] um inquerito entre os alumnos, [para] verificar quaes os que usam bebidas ás refeições, acompanhando o habito da familia e, por meio de exercicios de attenção, de memoria, de resistencia á fadiga, demonstrar a superioridade do grupo abstinente [...]. (LIMA, L., 1927b, p. 81).

Ou que, ainda, faça uso do noticiário criminal e comente o crime do dia, pois há sempre ocorrências relacionadas ao álcool. Assim,

A influencia das más companhias, o proselitismo do alcool, a dissolução da familia, a acção desmoralizadora da toxiphylia, sua cooperação na gênese da loucura, da vagabundagem, da mendicidade, do crime, são outros tantos pontos em que o professor desdobrará o seu programma, emprestando-lhe côres vivas, fortes, impressionantes e illustrando-os com factos concretos, apontando datas, lugares e pessoas, de modo a incutir no animo do escolar uma aversão profunda ao alcool. (LIMA, L., 1927b, p. 81).

Para isso, é essencial que o professor esteja à altura de seu ensino, capturando a confiança do aluno a partir da prática daquilo que ensina, isto é, sendo um exemplo de moral a ser seguido (LIMA, L., 1927b).

A terceira medida preventiva dos desvios mentais traz o foco para o ensino antitabagismo.

Para Luiz Antonio, embora seja mais difícil convencer aquela criança cujos parentes são fumantes ou tabagistas sobre os malefícios desse vício – devido a muitas vezes eles não estarem doentes e nem se queixarem de dores –, o potiguar orienta que, mesmo assim, no ambiente escolar se dê uma “campanha contra esse fator de desorganização do character, que ella [a escola] procura formar com tanto carinho” (LIMA, L., 1927b, p. 89).

O motivo da inclusão desse item na concepção de *ensino sob medida*, para o autor, figura como uma medida preventiva de “embotamento intellectual” que o

fumo propicia (LIMA, L., 1927b, p. 88). Ou melhor, para Luiz Antonio, dentre todos os riscos que o tabagismo propicia, os *distúrbios intellectivos* são os mais perigosos para a nação.²⁵

Tidos como o conjunto de “perturbações mais ou menos serias”, esses distúrbios acarretam “amnesia” e “aphasia nicotínica”, a qual se caracteriza como dificuldade na elocução (LIMA, L., 1927b, p. 86). Os indivíduos que os possuem apresentam dificuldade de falar, devido ao seu vocabulário, que se torna reduzido, além de vertigens e de diminuição do poder de atenção. Nesse caso de distúrbio, “a intelligencia, outrora viva e brilhante, diminue seu lustre: a associação de idéas, antes rapida, se executa muito mais lentamente e o trabalho mental que era desembaraçado torna-se moroso” (LIMA, L., 1927b, p. 88).

Sobre o assunto, o autor continua a explicar os riscos, bem como os perigos que corre a geração cujos pais são fumantes:

O abuso do tabaco, fumo, rapé, pela acção congestiva que exerce sobre o cerebro, embota a memoria, produz accidentes neurasthenicos, angina de peito, e dá logar a illusões sensoriaes, á amplyopia e á myopia. [...]

Ponderamos ainda que os filhos dos fumantes teem um systema nervoso miopragico, principalmente um orgam visual e auditivo de resistencia apoucada. (LIMA, L., 1927b, p. 89).

E, ainda, no caso de alunos fumantes, constatou-se que os escolares mais bem colocados na ordem do merecimento escolar foram os que não fumavam ou fumavam pouco (LIMA, L., 1927b). Sendo assim, o tabagismo, esse grande veneno das faculdades psíquicas, merece atenção no ambiente escolar, visto que maior nocividade causa quando mais cedo usado: quando consumido desde a puberdade, é capaz de mudar o psiquismo do indivíduo.

Diante desses riscos, então, Luiz Antonio (1927b, p. 91) destaca que se faz “[...] inadiavel ‘convencer’ a creança [escolar] de que o tabaco é um toxico desprezivel, como todos os outros, afim de que ella prometta a si mesma nunca fumar, independente de imposições ou de conselho negativo do pae [...]”.

²⁵ Luiz Antonio (1927b, p. 85-86) destaca, também, a) os *distúrbios motores*, “caracterizados por tremores, vertigens e outros fenômenos menos comuns”, acarretando em dificuldade para escrever, para andar, além do estremecimento dos músculos, cefaleia e sudorese em demasia, e b) os *distúrbios sensitivos*, que se caracterizam por “dores cuja séde é variavel”, que chegam a durar de dois ou três dias, propiciando desmotivação para o trabalho intelectual, vômito e enxaqueca.

Para isso, o ensino antitabagismo deve ser pautado nas mesmas recomendações dadas para o ensino antialcoolismo, merecendo “os mesmos entusiasticos applausos” e fecundando “por igual em fonte de benefícios em favor do individuo e de sua descendencia”.

E, em alusão ao processo de preparo da terra para o plantio, Luiz Antonio (1927b, p. 91) afirma que somente por meio do adubo, convenientemente dado pelo ensino escolar, é que a escola será capaz de “preparar o terreno” contra o tabagismo, de modo a aprontá-lo para receber a “semente do bem”, “afim de que ella germine, cresça, frondeje, enflore e fructifique”. Ou seja, somente por meio do ensino antitabagismo é que a escola será capaz de formar indivíduos saudáveis física e mentalmente para o futuro de desenvolvimento e de ordem da nação brasileira.

A quarta prática de higienização preventiva dos desvios mentais refere-se à campanha moral contra o jogo.

De acordo com a sua percepção, o médico e educador acredita ser o jogo a “mais attrahente e mais contagiosa das paixões humanas”; paixão essa que se desdobra numa “doença moral” capaz de repercutir com “intensidade variável sobre a intelligencia, a memoria e as faculdades de raciocinio” (LIMA, L., 1927b, p. 91).

Trata-se de um vício sorrateiro, que, por apresentar sinais illusórios de uma saúde perfeita e por não chamar atenção dos demais, é falseado pelo “equilíbrio perfeito do espírito” e termina por esconder a enfermidade moral que se encontra o indivíduo (LIMA, L., 1927b, 93). E o que ocasiona esse desvio moral, nas palavras de Luiz Antonio (1927b, p. 94), pode ser:

Um incidente fortuito, um sentimento de vaidade, o receio de ser incriminado de avaro ou de pobretão, a falta de occupação, a simples curiosidade, o convite dos amigos para completar as mesas, a procura de uma distracção, podem ser o ponto de partida desta molestia moral.

É pouco a pouco que as fichas e o panno verde exercem a sua fascinação sobre o noviço e só mais tarde é que a victima se deixa dominar completamente.

Indignado quanto à magnitude do problema social, o autor afirma que o jogo

[...] assume todas as fórmulas e empolga todas as camadas sociais, a despeito das religiões, das leis, dos climas e da razão humana, que todos se tem levantado contra elle. Da loteria, que o proprio Estado explora, ao jogo do bicho, que combate, a contrasenso porque deriva della, da roleta dos casinos faustosos á sordidia dos baralhos, consome as economias do pobre e as energias do rico, mutilando a moral de todos, rebolecando-os no mesmo esterquilinio, de onde emergem suicidas, delinquentes ou nevropathas. (LIMA, L., 1927b, p. 92).

Destacando, ainda, a jogatina como a causadora de melancolias, misérias, loucuras, suicídios e crimes²⁶, Luiz Antonio adverte que as crianças estão dispostas às mesmas paixões que afetam seus pais. Por isso, “só por si essa fatalidade hereditaria justificaria uma propaganda moral contra o jogo, na escola, onde florescem os legatarios desse patrimonio morbido” (LIMA, L., 1927b, p. 92).

Assim sendo, o teórico aconselha que, além do fechamento das casas de jogo, seja feita uma campanha escolar capaz de

[...] descrever, aos alumnos, os differentes degráos que percorre o espirito humano na aquisição do vicio, mostrando-lhes os ensejos, as transigencias, os factores de toda a ordem, que conduzem, inapercebidamente, ao imenso estuario da paixão cega, obediente, inexoravel, em cujo torvelinho naufragam as mais fortes organizações mentais. (LIMA, L., 1927b, p. 92).

A higienização preventiva contra o vício do jogo enquadra-se no âmbito da moral, devendo ser mostrado à criança (ou, conforme diz o médico e educador Luiz Antonio, numa maneira mais enfática, devendo a criança ser persuadida de) que “o homem é um [ser] depositário de um grande espolio moral, *o qual tem que transmitir, aumentado, aos seus descendentes e que a sua cotação na sociedade em que vive afere-se pelo exercicio das virtudes que o exornam*” (LIMA, L., 1927b, p. 97, grifo nosso).

Sendo assim, a campanha moral contra o jogo busca desenvolver na criança escolar a moralidade de que, a um “homem que se preza, que se respeita e [que seja] digno”, não cabe “abandonar a familia, o conforto do lar, a vigilancia da prole,

²⁶ Para Luiz Antonio (1927b, p. 95), o fracasso no jogo “é a razão de apparecerem criminosos de espirito relativamente cultos, que sabem preparar com uma habilidade machiavelica e executar com uma audacia inaudita as suas empresas”. Ao comprovar com números a incidência dos crimes por causa do jogo, o potiguar traz a razão de 113 crimes para cada 1000 cometidos; um número razoável, segundo ele.

para passar noites em claro, em torno das bancas de *pooker*, *lasquinet* ou *bacarat*” (LIMA, L., 1927b, p. 97).

Para isso, o professor deve desmistificar a ideia de que o jogo é apenas uma distração, um entretenimento, um simples passatempo, explicando que, “quando se arrisca o dinheiro, periclitam a saúde, a dignidade, o credito, a honra, enfim, a integridade physica e moral que herdamos e que ao menos deveríamos guardar ilesa para transmittir por nossa vez” (LIMA, L., 1927b, p. 97).

No caso daqueles que já contraíram o vício, é preciso fazer com que eles rompam as amizades que os deixaram nesse limbo, bem como abandonem os hábitos anteriores que alimentavam a jogatina. Trata-se, admite Luiz Antonio, de um tratamento difícil, longo e trabalhoso, porém não impossível de ser realizado.

Por fim, a quinta – e última – medida preventiva contra os desvios mentais enfatiza a necessidade de se orientar profissionalmente a criança, futura trabalhadora assalariada.

Segundo o teórico, uma atividade profissional mal orientada e mal escolhida, atrelada aos “exemplos perniciosos, [à] hetero-sugestão, [ao] contagio mental, [à] má adaptação profissional”, tendo como causa a “pobreza, os gostos pessoas, a predilecção paterna” – fatores esses que terminam impondo a profissão –, proporcionam resultados nefastos à vida do ser: falência profissional, fobia ao trabalho, insuficiência de produção, cansaço físico e mental, os quais se caracterizam como causa predisponente das doenças mentais (LIMA, L., 1927b, p. 98).

Frequente nos militares, nos artistas, nos médicos, nos eclesiásticos, bem como nos trabalhadores manuais de indústrias metalúrgicas, de substâncias tóxicas e de bebidas alcoólicas, a alienação mental, caracterizada por demência precoce e por paralisia geral, deve ser veementemente combatida. Isso porque,

Em uma profissão mal escolhida, o homem se acha privado de uma boa parte das alegrias humanas; a fadiga lhe parece mais dura; a actividade é um castigo em vez de ser o exercicio normal e agradável de uma função; mal adaptado, por sua constituição ás manobras do officio e por seu temperamento aos meios de trabalho, é a victima facil do accidente ou da molestia profissional; a usura physica e nervosa é para elle mais precoce e mais intensa, os resultados do seu labor são illusorios; a carreira, em uma palavra, falhou... (LIMA, L., 1927b, p. 98).

Ora, um trabalhador infeliz, cansado, desanimado com a função que exerce, certamente, não será tão produtivo quanto aquele que está realizado profissionalmente. Diante disso, é inevitável o pensamento nos prejuízos ocasionados ao mercado de trabalho, dada à redução da capacidade de rendimento do trabalhador. Conforme explicação de Luiz Antonio (1927b, p. 99, grifo nosso),

O problema da adaptação profissional, do ajustamento do homem capaz ao trabalho adequado, *de modo a produzir o maximo de rendimento no minimo de tempo e de fadiga*, a expressão pratica da egualdade – the right man in the right place – é dos mais momentosos que se impõem á analyse, na phase utilitarista que atravessamos, egressos na convulsão internacional da Grande guerra. Muitas catastrophes, muitas psychoses e nevroses seriam evitadas, se a escolha da profissão fosse judiciosamente feita.

Assim sendo, o médico e educador Luiz Antonio, ao prever os perigos – tanto para o indivíduo, quanto para a nação brasileira – do trabalho mal escolhido, orienta que a escolha da profissão a ser seguida se dê logo cedo, de preferência, desde o período infantil.

Consequentemente, pensando em período infantil, pensa-se naquilo concernente à escola; para Luiz Antonio (1927b, p. 100), temos, então, que

A escola póde e deve fazer, de qualquer sorte, uma preorientação da creança, esforçar-se por desenvolver-lhe a mentalidade profissional, dirigir sua curiosidade para os modos de actividade economica do centro em que foi chamada a viver, fazel-a conceber a nobreza da profissão, se identificando com a vida do cidadão, proporcionando-lhe em troca dos serviços prestados á sociedade, os meios e o direito de preparar no seio desta, sua posição moral e material, de nella encontrar, para seu beneficio pessoal e dos seus, um campo de actividade bemfazeja e agradável, uma fonte de satisfações, um titulo puro de nobreza e de dignidade.

Sob essa perspectiva da competência da instituição escolar na orientação profissional da criança, que se caracteriza na escolha de uma carreira para um indivíduo determinado, Luiz Antonio destaca, ainda, que também compete à escola a seleção profissional, a qual se trata da escolha de um indivíduo para uma carreira predeterminada. Isso porque,

Dada a complexidade da vida contemporânea, o problema [da orientação profissional] perdeu sua feição familiar para assumir um carácter social de summa relevância. A escola não pôde por isso deixá-lo à margem, uma vez que “nos não olvidemos que a escola não é feita para a escola, mas para a vida e que tem, portanto, uma função social para desempenhar”. (LIMA, L., 1927b, p. 99, grifos do autor).

O caso, então, da perda da feição familiar da orientação profissional para a feição escolar, remete-nos às figuras do professor e do médico, por serem eles aqueles que mais próximo contato mantêm com as crianças escolares.

Nesse sentido, o potiguar aconselha que o professor não pode se esquivar da tarefa de “*maker of society*” que lhe é atribuída (LIMA, L., 1927b, p. 97, grifo do autor). Por isso, deve se interessar pela criança, observando atentamente seus atos e gestos na classe e no recreio; estudando seu comportamento nos jogos e brincadeiras; e anotando, na ficha escolar, todas as observações sobre sua conduta, desempenho e temperamento. É ele quem é capaz de identificar a aptidão de um indivíduo para o bem exercer de uma profissão, pois é quem está propenso a identificar os dados psicológicos, anatômicos e fisiológicos da criança, sua aluna. Dessa maneira,

Si na classe o professor observar que um alumno não é capaz de fazer os mais simples trabalhos manuaes que lhes são distribuidos, elle procura a causa justificadora da inhabilidade manual do educando e desce á analyse das aptidões, naturalmente. Procura o defeito na mão, na vista, na attenção, na intelligencia, ou se vê na contingencia de admittir uma aptidão *sui generis*, de que o discipulo é desprovido, daquellas que se não adquirem, resolvendo desobrigal-o da tarefa imposta. (LIMA, L., 1927b, p. 107-108).

A partir dessas observações, o professor terá como identificar a aptidão inerente a cada aluno, podendo, com isso, identificar qual profissão seria a mais indicada para ele, orientando-o, portanto, profissionalmente. Segundo Luiz Antonio (1927b, p. 113), “a determinação das aptidões na escola se fará pela apreciação dos professores, pelas respostas dos testes psychologicos, pelo exame medico”.

Quanto à atuação do médico escolar diante da escolha da profissão, Luiz Antonio adverte que deve ser esse o profissional a se pronunciar, sobretudo, no caso de contraindicações ao trabalho. Pois, em se tratando da alienação mental,

quanto mais se puder evitá-la, tanto melhor será o desempenho intelectual do indivíduo.

A esse processo, o potiguar dá o nome de “desorientação profissional”. Para ele, “si é útil [...] guiar um menino para uma profissão, póde ser igualmente necessario, para o seu fututo, dissuadil-o de uma carreira para qual o seu gosto ou o de sua familia o havia dirigido [...]” (LIMA, L., 1927b, p. 113). E exemplifica:

A necessidade de prover a subsistencia, cada dia mais vultuosa, obriga, por exemplo, as moças sem orientação prévia, a se empregar nos escriptorios, como stenographas e dactylographas, para que lhes podem sobrar attributos intellectuaes, mas escasseia a resistencia physica.

Seria o caso de “desoriental-as” nesse sentido e “oriental-as” no de uma função em que sua saúde não periclitasse, mercê de sua diminuta resistencia, tal como as occupaões domesticas, que tendem a abandonar por não saberem desdobral-as para maior lucro e eficiencia. (LIMA, L., 1927b, p. 113-114).

Sendo assim, para que professores e médicos intervenham na escolha da profissão e na seleção das aptidões da criança, o ensino deve estimular a tendência da criança para o trabalho, esclarecendo-lhe as vantagens e as dificuldades que irá encontrar com a profissão escolhida.

O ensino escolar deve pregar o amor ao trabalho, principalmente o trabalho manual. Assim, faz-se necessário apagar do pensamento das crianças o preconceito de que o trabalho árduo é humilhante e que as profissões que o têm envergonham. Para isso, pondera Luiz Antonio (1927b, p. 102), “demonstre-se, com a evidencia dos factos, que é mais honroso ser um bom operário que um medico sem clinica, um advogado sem causas, um engenheiro sem industrias”.

Cabe ao ensino escolar incutir na criança um ideal profissional. No entanto, é importante que tanto o professor quanto o médico da escola, os responsáveis por essa tarefa, não exijam do ser infantil, no período da escolaridade, mais do que o seu trabalho escolar. Além do mais, Luiz Antonio concorda que a orientação profissional se dê na faixa etária dos 6 aos 14 anos do indivíduo; não sendo permitido, quer seja ao professor ou ao médico, a sugestão (ou imposição) de uma profissão para ser exercida, no futuro, pela criança.

É importante, pois, que o aluno escolha a profissão que queira seguir; e que tal escolha seja feita “livremente, segundo o seu pendor natural, suas tendencias e inclinações, sua habilidade, sua vocação” (LIMA, L., 1927b, p. 102).

Conforme explicação do médico e educador potiguar (1927b, p. 101, grifo do autor), já existe, no programa de ensino brasileiro, “o capitulo, em favor desta orientação, [que] já está de muito aberto no programa das escolas e no horario das classes, sob a rubrica de *licções de cousas*”. E complementa:

É ahi que estão enumerados os assumptos sobre animaes, plantas, minerios da região, onde está encerrada a escola, sobre productos da sua industria, grande ou pequena, meios de melhora-las e regras para hygieniza-las com a recommendação de serem dadas em excursões, visitas e passeios escolares [...]. (LIMA, L., 1927b, p. 101).

A orientação profissional pensada por Luiz Antonio para ser implementada no ambiente da escola do início do século XX já tem sido realizada, de certa forma, sob os auspícios da disciplina “licções de cousas”.

Com isso, vemos que – a partir de uma prática educativa baseada na educação sexual, nos ensinamentos antialcoólicos e antitabagismo, na campanha moral contra os jogos de azar e na adequada orientação profissional – o *ensino escolar sob medida* pensado por Luiz Antonio dos Santos Lima se caracteriza como um trabalho que envolve não somente a transmissão do conteúdo programado, mas que atinge o caráter, a moral, o comportamento, o pensamento de todas as crianças. Pois, todas elas necessitam de um ensino que oriente o pensamento e a moralidade da criança – para que não sejam deturpados – e que controle e vigie a prática dos bons costumes.

É nesse trabalho permanente no pensamento infantil que consistem as práticas de higienização para a prevenção dos desvios mentais propostas por Luiz Antonio – práticas de higienização essas que farão com que o *ensino sob medida*, adequado, dosado para cada tipo de desvio, assuma a perspectiva preventiva contra as psicopatias de caráter mental. Mas essas medidas preventivas, por si só, não seriam suficientes para higienizar as mentes das crianças.

Ainda em conformidade com o pensamento de Luiz Antonio, é preciso considerar, também, as anormalidades que já estão presentes nos escolares –

aquelas que lhe são constituintes – e aquelas a que eles estão predispostos. Trata-se aqui da preocupação quanto aos riscos gerados pelas sete *constituições psychopathicas*, dados os perigos que essas anormalidades representam para o futuro da nação. Assim, entendemos que é a partir também do tratamento das *constituições psychopathicas* que o ensino de Luiz Antonio se propõe a ser *sob medida*.

Mas como as medidas de higienização das mentes das crianças iriam permitir um ensino escolar na medida certa para cada caso de anormalidade já verificado nos indivíduos?

Cabe a nós pontuarmos as medidas de higienização para a correção dos desvios mentais, as quais aparecem na tese de doutoramento, a serem postas em prática no caso de as crianças apresentarem tais anormalidades.

5.2 MEDIDAS DE HIGIENIZAÇÃO PARA A CORREÇÃO DOS DESVIOS MENTAIS

Luiz Antonio pensa, também, em medidas de higienização de caráter corretivo para os indivíduos com desvios de comportamentos, as ditas *constituições psychopathicas*.

As primeiras medidas propostas por ele estão voltadas para as crianças *hyper-emotivas* (aquelas cujas manifestações psicológicas ou fisiológicas são exageradas por futilidades) e para as *psychasthenicas* (aquelas que se julgam incapazes e que são irresolutas e inquietas).

Segundo o pensador, as medidas profiláticas e higiênicas, destinadas aos indivíduos que apresentam essas duas *constituições psychopathicas*, são passíveis de idênticas indicações porque elas “guardam entre si um evidente parentesco morbido”. Assim sendo, faz-se imprescindível amparar moralmente as tendências *hyper-emotivas* e *psychasthenicas* desses indivíduos, evitando provocá-las ou interrompê-las bruscamente e tentar “trazel-as á calma, esclarecer-lhes [aos alunos] os riscos inevitáveis, a necessidade do esforço, da lucta, o prazer da victoria” (LIMA, L., 1927b, p. 42).

Justamente pelo fato de indivíduos com esses desvios comportamentais se sentirem “desdenhados, menos favorecidos”, “convem desviar-lhes os menores choques moraes, que os abatem cada vez mais”, por isso “precisam principalmente

de ser compreendidos e tratados, como merecem, pela singularidade de sua vida interior” (LIMA, L., 1927b, p. 42).

Os professores devem, também, evitar castigar ou ridicularizar os *hyper-emotivos* e *psychasthenicos*, sob pena de praticarem verdadeiros crimes; no entanto, a brandura com que devem ser tratados, não deve “ferir o principio da auctoridade. Tanto já seria nocivo”. Por isso, considerando que esses indivíduos “acceitam, de bom grado, as suggestões daquelles que se impõem ao seu affecto e respeito”, o potiguar destaca que os professores devem aconselhá-los para o bem e a eles designarem “occupações ao alcance das suas possibilidades e no limite das suas preferencias, [além de] estimual-os com os triumphos obtidos, convencendo-os, com os factos, de sua efficiencia igual a dos outros” (LIMA, L., 1927b, p. 43).

Luiz Antonio ressalta, também, a importância que as atividades físicas têm para a sanidade mental das crianças com esses tipos de desvios. E, alterando o lema “mente sã em corpo sã” para “corpo sã em mente sã”²⁷, no qual prioriza a saúde mental como requisito para a saúde física, aconselha aos professores que, durante as atividades físicas,

Deixe-se que elles escolham os exercicios que mais lhes agradam e convêm. Não consistam nas troças, nem os advirtam nas difficuldades. Estas, uma vez vencidas, [...] são, para o organismo mental, o equivalente de ter resistido a uma infecção, para o organismo physico. (LIMA, L., 1927b, p. 43).

As atividades físicas, que devem sempre ser proporcionais aos seus esforços, devem ser coroadas de êxito, pois “os insucessos têm uma repercussão desastrosa no seu delicado trama nervoso” (LIMA, L., 1927b, p. 43).

Cabe, ainda, explorar os dons artísticos e as tendências religiosas, evitar muito café ou chá e alimentos condimentados ou fermentados. Nas palavras do médico,

Um trabalho limitado, variado, curto, de modo a captar-lhes a atenção, programma que não fatigue nem dê margem á ociosidade, que favorece as abstrações, eis em que culmina a primeira

²⁷ Para Luiz Antonio (1927b, p. 12, grifo do autor), “nos nossos dias, mais bem apreciadas as relações entre a psyché e o soma, melhor fôra alterar-lhe a fórmula: *Corpus sanum in mente sana*, crystalizaria uma verdade por igual profunda, talvez mais efficiente e passivel de maior ampliação...”.

therapeutica dos emotivos, ao lado da abstenção absoluta dos excessos physicos, dos tóxicos e dos excitantes: bebidas espirituosas, muito café ou chá, alimentos muito condimentados ou fermentados. (LIMA, L., 1927b, p. 44).

No caso dos desvios das crianças *cyclothymicas*, os quais se caracterizam por oscilações de atividades muito acima ou muito abaixo do padrão da normalidade (os hiperativos e os hipoativos, respectivamente), o potiguar salienta que eles podem ser corrigidos por meio dos “recursos de uma higiene assim avançada” (LIMA, L., 1927b, p. 44).

Nesse sentido, as medidas de higienização que Luiz Antonio propõe para as crianças com essas anormalidades também dizem respeito tanto às boas influências e condições do meio às quais esses indivíduos pertencem quanto às medidas voltadas diretamente para as suas mentes.

Assim, o autor acredita que os fatores externos que são capazes de desenvolver a predisposição à *constituição cyclothymica* são: “os tóxicos, com o álcool á frente, as molestias infecciosas”, “a vida muito austera, a privação das alegrias sãs, do exercicio physico, das diversões”; sem contar no “inconveniente de certas leituras, cujo cunho de severidade os impressiona profundamente” (LIMA, L., 1927b, p. 44).

O destaque dado ao perigo de certas leituras é justificado pelo teórico por elas aflorarem as emoções, sendo um risco a um salutar desenvolvimento mental. Retornando a esse aspecto, Luiz Antonio (1927b, p. 44) afirma que

O desenvolvimento do poder frenador do espirito sobre as reacções emotivas obtem-se favorecendo ás tendencias e disciplinando-lhes, ao mesmo tempo, o corpo e a mente. Faz-se preciso comprehender a delicadeza dessa disciplina e proporcional-a como um prazer.

No caso dos fatores internos causadores das anormalidades *cyclothymicas*, o potiguar destaca “as crises physiologicas, como a puberdade, se não são cercadas dos devidos cuidados, [além d]a fadiga, [e d]o esgotamento” (LIMA, L., 1927b, p. 44).

Das constituições psychopathicas, essa é a que Luiz Antonio menos se detém.

Já os *mythomaniacos*, indivíduos mentirosos, são os que mais impõem cuidados da higiene mental, pois se predispõem à hereditariedade. A eles, o potiguar destina quatro laudas de sua obra e salienta a fase *mythomaniaca* normal da anormal, expondo medidas para o ensino escolar que sejam profiláticas e de correção.

Segundo a explicação de Luiz Antonio, a mentira, a “invencionice”, é normal e constitui uma fase transitória do desenvolvimento infantil. Para o autor,

É de espantar, às vezes, o que um menino de 4 annos apenas é capaz de inventar e de crêr depois. Trata-se sem duvida, de uma disposição que *representa, antes da puberdade, uma phase inevitavel, si bem que transitoria, da evolução psychica*. (LIMA, L., 1927b, p. 45, grifo nosso).

Porém, entre os 10 e 15 anos, deve-se impedir sua manifestação, pois nesse período a invencionice se dá em decorrência do

[..] habito, precoce e permanente, de fugir do contato directo com o mundo objectivo, por julgal-o muito doloroso, de abdicar da direcção da propria vida psychica, da actividade perceptiva, da reacção motora a todos os excitantes do poder da affectividade, vezes semi-consciente, vezes completamente inconsciente. (LIMA, L., 1927b, p. 45).

Trata-se do “habito de deixar o verdadeiro pelo que é falso, o que é real pela utopia, de se entregar aos surtos de uma imaginação doentia”. Ou, ainda, “é o desejo de agradar os que o cercam que leva o menino a exhibir as suas tendências á fabulação ou á mentira”; e o fato de os pais, tios, avós, entre outros adultos, escutarem essas crianças com simpatia e se divertirem com suas invenções faz com que o espírito infantil se entregue à fantasia (LIMA, L., 1927b, p. 47).

Um grande risco, pois, como consequências,

Segue-se que essas circumstancias, dando azas poderosas á imaginação, ás tendências romanticas, ao amor-proprio exagerado, á vida de eterno sonho, encaminharão o individuo para a mythomania, com tanto maior exito quanto mais nitida for sua predisposição hereditaria. (LIMA, L., 1927b, p. 45).

Daí as orientações que o potiguar dá para que os professores impeçam o desenvolvimento da manifestação das constituições *mythomaniacas* entre o período dos 10 aos 15 anos de vida de um indivíduo. Luiz Antonio (1027, p. 45) afirma que “toda prophylaxia, pois, desse caracter hysterico está em descobrir as causas orientadas naquella direcção, evital-as e combatel-as, com influencias antagonicas”.

Para a criança *mythomaniaca* se mostrar sempre “franca”, ela deve aprender o gosto pela observação a partir da análise exata e paciente do mundo exterior, dos aspectos agradáveis da natureza. É aconselhável, também, evitar o contato com os “inimigos da juventude”, sendo eles: “companhias grosseiras, mestres rudes, inspetores rispídos, paes obstinados em seus principios” (LIMA, L., 1927b, p. 46); isso porque faz-se necessário evitar a repressão amarga ou pudica da manifestação *mythomaniaca*, e sim orientar a criança e fornecer à tendência mentirosa a versão do fato que é verdadeira.

No entanto, Luiz Antonio aconselha que, “se o arrufo explode”, ou seja, se não for possível controlar a *constituição mythomaniaca* da criança por meio das medidas acima destacadas, é preciso trazê-la à realidade através de castigos simples e enérgicos que variam de “simples admoestações e ameaças [...] até provocar colera ou lagrima, [que é] indicio de efficacia”. Sendo eles expressão de justiça, reparadora e serena, o castigo determina uma “emoção ‘verdadeira’ [...] muito menos prejudicial ao espirito que uma embriaguez voluptuosa de emoções falsas” (LIMA, L., 1927b, p. 47).

Não se deve provocar a invencionice, nem aplaudi-la ou ainda torná-la alvo de admiração, por isso a criança “nunca deverá ser chamada para divertir as visitas com os seus ‘despachos’ e ‘sahimentos’”. Aos pais, “nada de inicial-a cêdo na comedia humana, para qual apresenta pendores tão nitidos”. E compara: “as meninas que, aos 13 annos, ‘pulam na corda’ têm mais saude mental que as que servem chá ás visitas, com todos os requintes da elegancia” (LIMA, L., 1927b, p. 47). Assim, Luiz Antonio defende que convém incentivar as crianças com desvios *mythomaniacos* a brincarem com pessoas da mesma idade.

O médico e educador mostra-se inflexível à mentira e à hipocrisia; e ele mesmo diz que é desse modo que se deve agir diante da constituição *mythomaniaca*: “é preciso ser inflexivel em face da mentira e da hyprocisia” (LIMA, L., 1927b, p. 47).

O potiguar aconselha, também, orientar as crianças com essas anormalidades na escolha dos livros de literatura, cuja leitura não pode ser estéril, monótona e “destituída do maravilhoso”, nem exigir muito da imaginação – o que faz Luiz Antonio proibir a leitura de histórias policiais, já que elas são prejudiciais à mentalidade sadia. Segundo exemplos que dá, “Nick Carter, Proezas de Rafles e tudo que se molde nesse deplorável feitio” devem ser evitados (LIMA, L., 1927b, p. 48).

Previne, ainda, que sejam tomados cuidados com o cinema, pois, embora possa ser um recurso fabuloso para o ensino - por meio da “reconstituição historica, [da] documentação geographica, [das] exposições científicas e industriaes” que faz -, pode contribuir para agravar um quadro de *constituição psychopathica mythomaniaca* de uma criança. Isso porque seus cenários e episódios fantasiosos e inverossímeis são muito distantes da vida real.

O mesmo acontece com o teatro, cujo gênero a ser escolhido vai depender do grau da anormalidade *mythomaniaca* da criança e das suas tendências à imaginação. O teatro deve proporcionar a brincadeira, o agito moderado, o riso; sem fazer uso de quimeras.

Por fim, para os escolares *mythomanicos*, Luiz Antonio aconselha que se evitem os produtos tóxicos e os energéticos (tais como bebidas alcoólicas, café, chá e cigarro) e as sensações deprimentes. Então, para ele, “tudo que exalte em excesso a imaginação infantil deve ser affastado ou prudentemente dosado” (LIMA, L., 1927b, p. 48).

No caso dos indivíduos tidos como *paranoicos* – orgulhosos, presunçosos e convencidos –, o médico e educador aconselha que a eles sejam prescritas “as normas de hygiene que exigem os desvios de sua mentalidade” (LIMA, L., 1927b, 48).

A influência nefasta dos produtos tóxicos, principalmente o álcool, mais uma vez, é relatada por Luiz Antonio. Nesse caso, influenciando os predispostos à *constituição psychopathica paranoica*. Segundo ele,

[O alcool] desencadea o orgulho pathologico, a desconfiança, a susceptibilidade, a insociabilidade, *que se vinha desdobrando lentamente*, para, juntamente com as allucinações e as perturbações do character decorrentes do ethylismo, formar um delirio

systematizado. E basta uma doze minima, diaria, de bebida alcoolica forte, para provocação de taes accidentes. A abstenção deve ser absoluta e durante toda a existencia. (LIMA, L., 1927b, p. 50-51).

E não somente as toxinas, como também

[A] telephatia, [a] transmissão de pensamento, [as] leituras, [os] cinematographos mais que teatros, [os] livros, [as] sociedades e [as] reuniões espiritas, estão dentro da mais severa proscricção, pois sem esses factores muita psychose [*paranoica*] não surdiria da sua latencia constitucional. (LIMA, L., 1927b, p. 50).

Para a correção, deve-se ensinar com cuidado ao *paranoico* o limite do seu poder, pois a “tendencia mórbida ao orgulho, manda [...] muita prudencia, uma vez que não se póde golpear fundo ou tentar destruir aquillo que está profundamente vinculado á natureza delles. Seria até tornal-os vigativos e rancorosos” (LIMA, L., 1927b, p. 49).

Além disso, o ensino escolar, caso “pedante e livresco, sem a exemplificação objectiva no meio urbano daquelles cuja vida póde servir de padrão” pode ser perigoso, uma vez que pode vir a cristalizar a anomalia *paranoica*, “orientando por via perigosa a predisposição delirante”. Com isso, o potiguar denuncia: “a propria instrucção superior, a medicina, a chimica, a electricidade, mal aprendidas por falta de bases geraes, têm alimentado systemas delirantes ou deducções ridiculas” (LIMA, L., 1927b, p. 50).

Sendo assim, para evitar a acentuação das tendências *paranoicas*, Luiz Antonio (1927b, p. 50) aconselha que o ensino aconteça das ideias gerais para as mais especializadas, ou seja, acredita ser conveniente que o conhecimento a ser transmitido seja “sem systematização, sem unilateralidade, sem syntheses precoces”. Para isso, sugere que

Póde ser preconizada a medida de collocar os paranoicos em classe mais adeantada, onde eles se sintam inferiores. [Pois] guardando a maior serenidade ante as suas violências, oppor-se-lhe-á uma resistencia serena e uniforme, á qual se attenuará logo que elles cedam nos seus propósitos. (LIMA, L., 1927b, p. 49).

Esses meninos e meninas, por terem o espírito dominador e por tentarem “realizar no ambiente suas idéas pathologicas”, devem ser tratados como “homens e

moças”. E, “sem infringir-lhes humilhações, paes e mestres devem inculcar-lhes a compreensão de que capitular, diante de certas injunções, é um gesto incontestado de nobreza” (LIMA, L., 1927b, p. 48-49).

O autor também despender especial atenção às crianças prodígios, essas “crianças mimosas que se tornam ‘manhosas’, centro da gravidade em torno do qual se movem todas as pessoas da casa, em eterna louvaminha á sua beleza, sua força, sua intelligencia...” (LIMA, L., 1927b, p. 49). O potiguar acredita que o fato de terem um nível intelectual comprovadamente mais elevado faz com que desenvolvam a *constituição psychopathica paranoica*, tornando-se jactanciosos.

Por isso, segundo ele, essas crianças nunca devem ser elogiadas e seu esforço e trabalho devem ser tratados como “méro corollario do cumprimento de seu dever”. E também “condemnem-se essas creações ridiculas dos taes ‘meninos prodígios’”, devendo o professor “persuadir-o de que há outros tanto e mais dotados do que elle, desenvolvendo, sóbria e efficientemente, os seus predicados, sem alardes e pretensões descabidas” (LIMA, L., 1927b, p. 49).

Para mostrar aos meninos prodígios que existem outras tantas crianças mais dotadas do que eles, o teórico aconselha que sejam colocados em classes mais adiantadas para que se sintam inferiorizados. Isso ao mesmo tempo em que lhes sejam ensinadas as virtudes da bondade e da justiça, pois as crianças com essas anormalidades necessitam conhecer o “espírito do sacrifício, tão bem synthetizado na formula pessoal do altruismo e sem o qual fallece o equilibrio individual e social, nunca se attingindo a saúde mental nem a felicidade” (LIMA, L., 1927b, p. 49).

Por fim, sobre essa *constituição psychopathica* e as medidas de higienização dos escolares que já a desenvolveram ou que a ela estão predispostos, o médico e educador Luiz Antonio não se mostra confiante em demasia quanto às chances de correção e de cura do desvio *paranoico* e afirma que

Hygiene, tanto delicada como importante, pelo possível aproveitamento dos individuos, a direcção do paranoico paira num dilemma: ou [1] a restricção ás tendencias, donde a hostilidade, a desconfiança, o livre exercicio de uma logica falsa ou [2] campo aberto á anomalia e dahi – a tyrannia e a dominação. Quanto a paranoia se affirma sob fórma de um delirio activo, o *isolamento* do meio familiar se impõe irremissivelmente. Só, então, ao preço de uma hygiene muito severa e na hypothese de um caso

não muito antigo será possível algum resultado satisfactorio. (LIMA, L., 1927b, p. 51, grifo nosso).

Afirmção essa que demonstra o grau desviante do padrão e de periculosidade representado pelos indivíduos *paranoicos*; a ponto de a sua medida de controle, dependendo do grau da anormalidade, ser o isolamento social. Luiz Antonio, no entanto, não adentra esse parâmetro da exclusão social.

Para a *constituição psychopathica amoral*, daquelas crianças que apresentam fraqueza dos sentimentos éticos e dos sentimentos afetivos, tidas como cínicas, perversas e turbulentas, o potiguar salienta que devem ter o seu grau de anormalidade distinguido entre: fator hereditário e fator educativo. Isso porque, na opinião de Luiz Antonio (1927b, p. 51), os “fracos de espirito” – os *amoraes* por hereditariedade – apresentam “estigmas somaticos da degeneração, que traduzem, evidentemente, a *enfermidade congenita dos nervos*”, ou seja, a cura do seu desvio mostra-se mais difícil devido ao caráter físico que ele assume.

Indivíduos *amoraes* por predisposição hereditária devem ser tratados através do “[...] combate systematico ao alcoolismo, á syphilis, á procreação em condições anti-hygienicas, à união dos consaguineos tarados, etc.”. Nesse sentido, a intenção é evitar o nascimento de novos indivíduos *amoraes*, já que essa anormalidade é predisposta à hereditariedade. Portanto, “a prophylaxia destes recua aos seus progenitores, afim de que o seu numero escasseie cada vez mais” (LIMA, L., 1927b, p. 51).

No entanto, como indivíduos *amoraes* existem (e representam influência perigosa para os demais) e como a medida acima citada apresenta resultado a longo prazo – dada a tendência de se eliminar essa *constituição psychopathica* somente nas futuras gerações –, Luiz Antonio destaca o papel da sociedade no tratamento, correção e vigilância dos *amoraes*. A ela, o potiguar delega duas competências:

A principio, recolhel-os em estabelecimentos especiaes, onde serão separados conforme o gráo de sua fraqueza psychica. Ahi serão tratados com relativa energia, submettendo-se a um programma regular de trabalhos, *aquelles porventura adaptaveis*. Os outros, entregues a educadores especializados nesse mister, *utilizados os remanescentes sadios de sua mentalidade, serão submettidos a uma disciplina moral sufficiente*. Encaminhados para “meios”

cuidadosamente escolhidos, nunca se libertarão de uma vigilância rigorosa e continua.

O segundo objectivo está em evitar que elles exerçam a sua influencia perniciosa, privando-os sobretudo do convívio dos “débeis mentaes”, que serão suas victimas inevitaveis ou seus imitadores passivos. (LIMA, L., 1927b, p. 51-52, grifos nossos).

Cabe à sociedade, portanto, separá-los do convívio dos indivíduos sadios ou com outros tipos de desvios, recolhendo os *amoraes* por predisposição hereditária em “estabelecimentos especiaes” e distinguindo aqueles indivíduos passíveis de cura dos indivíduos cuja anormalidade permite que sejam apenas “adaptaveis” à higienização.

No caso dos *amoraes* passíveis de cura, que são os que interessam à higiene mental, é preciso que médicos e professores trabalhem nos “remanescentes sadios de sua mentalidade”, pois “a acção etiológica da hereditariedade foi apenas parcial e relativa”. Por isso, as crianças viciosas, indisciplinadas, que praticam travessuras e faltas graves, mas que apresentam “intelligencia intacta”, devem “ser arrancadas dos meios immoraes, onde dominam o alcoolismo, a prostituição e a miseria moral”. Nesse caso, “[...] o concurso dos interessados, dos responsaveis indirectos e dos amigos é indispensável” (LIMA, L., 1927b, p. 52).

O médico e educador aconselha, ainda, que os *amoraes* por predisposição hereditária leiam obras “leigas ou religiosas”, sejam privados do contato com os maus exemplos, pratiquem esportes – para desenvolverem o esforço e o hábito da disciplina –, tenham uma boa higiene e não consumam bebidas alcoólicas.

Já para os indivíduos com *constituições psychopathicas amoraes* por fator educativo, tidos como “perversos constitucionaes”, as medidas de higienização moral propostas por Luiz Antonio serão “tanto menos úteis quanto mais retardadas” (LIMA, L., 1927b, p. 54).

Essas crianças “não apresentam alguma anomalia evidente”; no entanto, o traço característico do desvio é a “fraqueza, mais ou menos marcada, da aptidão emocional, da resistencia ás solicitações do instincto”. Ocasionalmente

[...] por conta da educação que elles receberam, do meio em que passaram os primeiros annos da infancia, dos exemplos que lhe cahiram sob os olhos, da ausencia do senso moral ou mesmo dos sentimentos affectivos (LIMA, L., 1927b, p. 53),

a *constituição psychopathica amoral* por fatores externos deve sofrer as medidas de correção, controle e vigilância preventivamente.

Para isso, “um constrangimento attenuado póde ser methodo de eleição” ou ainda incutir na criança o temor pelo mal e pelas privações, pois “só o receio da punição, como consequencia inevitavel da acção, póde afastal-os do máo caminho” (LIMA, L., 1927b, p. 53). E também:

Privação de recreio, de classe, de jogos livres e de gymnastica, suppressão de privilegios de bom comportamento, restricção e privação da liberdade, dos passeios, do cinema, de tudo emfim que lhes seja agradável, todas essas medidas ligadas immediatamente á transgressão das normas impostas, são recommendaveis. (LIMA, L. 1927b, p. 53-54).

Assim, Luiz Antonio busca lidar com o fator psicológico das crianças *amoraes*. Sobre a temática dos castigos corporais, é enfático no seu ponto de vista e afirma que: “discordo de BOUYER e SISTERON, quando preconizam o castigo corporal exercido pelos paes. Em qualquer hypothese essa sancção violenta diminue uma dignidade já de si precaria” (LIMA, L., 1927b, p. 54).

Por fim, Luiz Antonio (1927b, p. 54) traz, também, medidas de higienização para aquele escolar que é refugiado em si mesmo, com tendências precoces para “o isolamento, a solicitude, a leitura, os jogos calmos”.

Segundo a advertência que o autor faz, na escola, a criança com esse desvio não se importa com o aspecto pratico do aprendizado. O *eschizoide*, “vezes inteligente e trabalhador, dá preferencia aos estudos que satisfazem o enclausuramento em seu proprio eu”, sendo visto como “menino reflectido”, parecendo que “já nasceu homem”. Essa concentração, porém, segundo o potiguar, “nada tem de fecunda”, pois “nada se aproveita de util na sua meditação – nem criação artistica, nem desejo de realização, mesmo pela mentira e pelo disfarce” (LIMA, L., 1927b, p. 54).

As medidas de profilaxia da *constituição psychopathica eschizoide* dizem respeito à mesma higienização da imaginação esboçada para os *mythomanos*: proibição das “leituras e espetaculos romanticos, de excessos de mysticismo, de introspecção voluptuosa, [e] de symbolismo nas percepções e nas imagens”. Além de nunca deverem ser deixados “entregues á ociosidade, ás abstracções, aos

sonhos”, ou seja, “tudo será envidado para impedir que a criança procure refugio dentro de si mesma” (LIMA, L., 1927b, p. 55).

Para isso, Luiz Antonio enfatiza que os professores precisam “chamar-os á realidade das cousas, ao contacto do mundo exterior e ahi lançal-os na confiança de si mesmos”. Assim, precisam conquistar a confiança da criança *eschizoide*, pois “nada mais pernicioso que a indiferença com que se encaram as suas questões ou seus propositos, sem se descer ao plano em que elles jazem” (LIMA, L., 1927b, p. 55).

Vale salientar que o potiguar também comenta os excessos de severidade dos castigos físicos para os casos dos indivíduos possuidores da *constituição psychopathica eschizoide*. Para ele, ao dissertar sobre os castigos físicos, essas medidas são “in totum, condemnaveis” (LIMA, L., 1927b, p. 55).

Para nós, uma vez vistas as medidas de higienização das mentes das crianças em idade escolar, inferimos que a proposta de *ensino sob medida* de Luiz Antonio dos Santos Lima está intimamente voltada para essas práticas de higiene, as quais teriam como fim a *educação completa* dos escolares.

Acreditamos que, embora essa educação pensada por Luiz Antonio – tida como *completa* e baseada na educação física, moral e intelectual dos indivíduos – fosse posta como o objetivo da prática educativa da escola, percebemos que, na tese de doutoramento em destaque, há uma ênfase no aspecto do desenvolvimento mental de cada corpo em idade escolar. Ou melhor: percebemos que, embora Luiz Antonio pregue uma concepção de *ensino sob medida* que permita a educação física, moral e intelectual de cada escolar, o autor dá destaque aos aspectos morais e intelectuais a serem trabalhados na criança, em detrimento do aspecto físico da educação.

Dessa reflexão, somos remetidos ao título da obra, “Hygiene Mental e Educação”, e compreendemos que o realce dado à moralidade e ao intelecto infantis faz jus à proposta inicial do autor de discutir a higiene mental no âmbito da educação escolar. Trata-se, portanto, de uma obra que destaca as práticas de higienização das mentes – e não dos corpos – que devem ser implementadas no ambiente escolar.

Daí, temos que a importância de transcrevermos essas medidas de higiene vem justamente com o fato de serem elas que nos dão os meios para

comprovamos que a concepção de ensino que analisamos assume a perspectiva de ser *sob medida*: na medida de cada anormalidade de caráter mental. E, com isso, fazendo da prática educativa uma prática variante.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez analisadas as práticas de higienização das mentes das crianças em idade escolar, aquelas que foram propostas por Luiz Antonio dos Santos Lima em sua tese de doutoramento, chegamos ao final desta investigação.

A partir da perspectiva de estudarmos a concepção de ensino desse pensador da educação, iniciamos a pesquisa tentando descobrir até que ponto o potiguar se embebeu da fonte preconizadora das expressões *ensino sob medida* e *educação completa*, cujas teorizações trazem à tona o nome de Édouard Claparède; e também investigando o pensamento educacional que é inerente a Luiz Antonio, já que assumimos como hipótese o fato de este ter se apropriado dos conceitos de parte da teoria daquele.

Nessa etapa da pesquisa, pudemos englobar a influência que Claparède teve no pensamento de Luiz Antonio num âmbito maior das influências sofridas pela intelectualidade brasileira do início do século XX, já que as teorizações do suíço orientaram outros pensadores, principalmente aqueles vinculados ao movimento da Escola Nova no Brasil.

Acerca das apropriações de conceitos, comprovamos a hipótese de que Luiz Antonio, de fato, fez uso das mesmas expressões utilizadas por Claparède, apropriando-se dos termos *ensino sob medida* e *educação completa*, propostos por este. No entanto, em se tratando de o que essas expressões representavam, percebemos que Luiz Antonio reformulou e deu um novo significado a parte dessas apropriações.

No quesito da *educação completa*, o conceito original suíço permaneceu na tese de doutoramento potiguar. O médico e educador Luiz Antonio demonstrou que fez uma completa apropriação dessa parte da teoria de Claparède, haja vista que defendeu que a prática educativa tinha por finalidade a educação física, moral e intelectual da criança, convergindo para que a educação se desse em sua completude. E acrescentou a esse conceito o aspecto da mente, pois julgou importante que a educação do escolar se desse para a saúde mental individual das crianças com vistas ao consequente saneamento mental de toda a sociedade brasileira.

Em contrapartida, quanto ao conceito de *ensino sob medida*, percebemos uma apropriação parcial, referente apenas ao uso das mesmas expressões de Claparède, já que Luiz Antonio deu um significado novo ao que representava. Pensou um ensino escolar que considerasse as diferenças individuais das crianças e se tornasse, com isso, adequado ao nível de desenvolvimento mental de cada indivíduo – até aqui, o potiguar seguiu o raciocínio da teoria formulada pelo pensador suíço.

A ressignificação de conceito se deu quando, considerando a realidade social em que vivia, Luiz Antonio enfatizou o aspecto da importância da saúde mental e pensou um ensino que fosse baseado nas anormalidades mentais, morais e comportamentais às quais os escolares estivessem predispostos ou pelas quais já tivessem sido afligidos.

Com isso, vimos que, na percepção de Luiz Antonio, as diferenças mentais dos escolares – e daí todos os desvios de inteligência, de comportamentos, de moral ou de costumes que apresentassem – tornaram-se alvo de intervenção médica, pois eram vistas como as causas do atraso social e como perigosas ao desenvolvimento do país. Considerações essas que justificaram a proposta do potiguar de higienizar as mentes dos escolares, de modo a corrigir a mentalidade desviante do padrão, perigosa ao indivíduo e à nação pelo risco que representava à vida mental sadia do ser.

A hipótese confirmada de que houve apropriação de conceitos salienta uma percepção importante à qual nós, enquanto pesquisadores, vivenciamos. Trata-se da mudança de pensamento que tivemos ao investigarmos e comprovarmos que, de uma teoria educacional original e estrangeira, deram-se a apropriação, adequação e ressignificação de conceitos, realizadas por um pensador brasileiro, a partir da nossa realidade social.

Esse momento, para nós, representou o amadurecer do nosso pensamento, haja vista que mudamos a ideia preconcebida que tínhamos de que a nossa intelectualidade brasileira apenas faz uso de teorias provindas de outros lugares e as reproduz numa realidade social completamente diferente daquela para a qual a teoria foi pensada.

Com Luiz Antonio dos Santos Lima, vimos que houve não somente a apropriação de conceitos como também a adequação deles ao contexto social do

Brasil do início do século XX; o que permitiu uma ressignificação conceitual e, conseqüentemente, a formulação de uma concepção de ensino que estivesse em sintonia com as exigências sociais brasileiras da época.

Percebemos, então, que o conceito de *ensino sob medida* aqui analisado, embora tenha sido encontrado pronto, pois Édouard Claparède foi o primeiro a formulá-lo, tornou-se alvo de análises e de reformulações do potiguar. Fato esse que nos mostra o engajamento social que a Luiz Antonio era inerente.

Destacamos, ainda, que a realidade social brasileira do período foi propícia para o adentrar da ciência médica no âmbito do ensino escolar, fato que incentivou a escrita da tese de doutoramento por Luiz Antonio. Realidade social essa que, atrelada às práticas de higienização das mentes, permitiu-nos compreender a concepção de *ensino sob medida* de Luiz Antonio como condição para que a *educação completa* dos escolares fosse atingida.

Quanto às medidas de higienização das mentes, consideramos que Luiz Antonio dos Santos Lima foi ditoso ao relatá-las, uma vez que fez jus à proposta que trouxe na sua tese de doutoramento de aliar higiene mental e educação, escrevendo a obra “Hygiene mental e educação”. Não obstante, nossa opinião é a de que essas relatadas práticas de higienização das mentes não seriam suficientes para se atingir a *educação completa* de cada criança, exatamente pelo fato de a obra não trazer medidas de higienização que atingissem diretamente o corpo físico.

Segundo o julgamento que fazemos, o ensino que o potiguar propôs não permitia à educação escolar atingir a marca de completa. As suas medidas de higienização das mentes permitiriam ao ensino escolar atingir os âmbitos da moral e do intelecto de cada criança, em detrimento do aspecto do corpo físico, fazendo com que essas práticas não se mostrassem suficientes para que a educação se desse de modo completo.

Diante disso, respeitamos a opinião do autor quando relata a relação de causa e efeito existente entre as saúdes mental e física do indivíduo, já que ele impõe a saúde mental como quesito para que se tenha a saúde física. Concordamos com Luiz Antonio na hipótese de que, se a pessoa for adepta a bons comportamentos, bons hábitos e bons costumes, poderá se prevenir de diversas doenças e combater os maus vícios que possui – os quais são geradores de doenças.

Por isso, entendemos o porquê de Luiz Antonio, fazendo uso dos conhecimentos médicos-científicos que possuía, julgar importante colocar em prática as medidas de higienização das mentes não somente dos escolares predispostos aos desvios mentais, como também dos indivíduos saudáveis. A essência de sua concepção educacional, representada pelas medidas de higienização das mentes, concernia ao controle e à vigilância constantes que professores e médicos escolares deveriam ter diante dos perigos acarretados pelas doenças mentais.

Nesse sentido, a concepção de ensino escolar que Luiz Antonio, enquanto educador, propôs visava a adequar o nível da prática educativa ao nível mental de cada criança de modo a evitar que ela sucumbisse às anomalias mentais. Fazendo com que, saudável mentalmente, a criança fosse educada de modo completo e, assim, paulatinamente, modificasse a situação social deplorável em que a nação brasileira se encontrava.

O pensamento de Luiz Antonio traz o otimismo de que, educada conforme a conveniência, a criança do início do século XX cresceria de modo saudável e, por isso, futuramente, tornar-se-ia capaz de instruir adequadamente seus filhos nos preceitos da saúde e da higiene.

Tendo visto que a educação escolar, chamada por nós de conveniente, era determinada pela intelectualidade detentora de um poder eminente, acreditamos que o fato de a escola de Luiz Antonio assumir a responsabilidade de controlar, vigiar e corrigir os maus comportamentos, os maus hábitos, enfim, a má mentalidade das crianças, fez com que essa instituição se adequasse à conveniência da época. Ou melhor: por meio das investigações que fizemos, entendemos a instituição escolar como o ambiente no qual o pensamento médico-sanitarista do período foi fertilizado para que a sociedade brasileira do início do século XX fosse higienizada.

Assim sendo, percebemos o profissional Luiz Antonio dos Santos Lima como pertencente à intelectualidade de um momento histórico brasileiro e, justamente por isso, entendemos que o pensamento educacional exposto em sua “Hygiene Mental e Educação” estava imbricado à realidade social daquele período.

Esse pensador, ao descrever as práticas de higienização das mentes, traçando um caminho para que ensino fosse sob medida, enquadrou-se no discurso brasileiro normalizador do início do século em questão. Com isso, comprovamos que o pensamento que ele espargia ao defender o controle, a vigilância e a correção das

doenças mentais dos escolares, representava a mentalidade médico-educacional do início dos novecentos, no Brasil.

E, então, fazendo parte e expressando o pensamento de uma intelectualidade que trabalhou em prol do higienismo social, Luiz Antonio fez do contexto de desorganização da sociedade a justificativa para que o saber médico adentrasse no campo educacional. Na concepção de ensino que desenvolveu, o progresso e a civilidade da nação vinham como pretexto para que o padrão de normalização da conduta e da moral de cada escolar, a partir das práticas de higienização das mentes, fosse implementado.

Compreendemos que a credibilidade dada a Luiz Antonio dos Santos Lima e à equipe de médicos, que atuavam nas instituições de sequestro, no início dos novecentos, permitiu que eles fossem vistos como jardineiros cultivadores da ordem e do progresso nacionais. Diante do entusiasmo e esperança quanto à eficácia do saber científico como solucionador dos problemas sociais, a imagem dos sanitaristas ganhou um destaque de competência e importância.

Por isso, nossa análise final permite que consideremos que a importância que a figura de Luiz Antonio dos Santos Lima teve para a historiografia educacional norte-rio-grandense e, conseqüentemente, para a brasileira se deve não pelo fato de seu pensamento de higienização mental das crianças ter sido ou não posto em prática nas instituições escolares; mas por esse potiguar ter feito parte de um coro que pregava a urgente necessidade de transformação da sociedade.

A importância de analisarmos a concepção de *ensino sob medida* proposta por Luiz Antonio se dá, portanto, pelo fato de percebermos a sua perspectiva da educação como uma expressão dos saberes de sua época; como um pensamento que recebeu diferentes influências, as quais se mostraram determinantes para a produção do seu discurso.

No contexto social estudado, em que a doença mental era tida como um risco ao desenvolvimento sadio do país, a análise do discurso do potiguar nos permitiu investigar o saber que foi produzido no início do século XX sobre a infância brasileira. Esta, por sua vez, tida como um momento da vida em que a intervenção médica para a correção de possíveis desvios mentais se fazia essencial para um futuro sadio, seria alvo de uma prática educativa que tendia a aprisionar a opinião do indivíduo infantil e a favorecer a cientificidade da medicina. Isso porque, ao se

preocupar com as anormalidades mentais que os escolares apresentassem e ao defender a implementação das práticas de higienização das mentes das crianças, Luiz Antonio desconsidera o interesse e a necessidade infantis. E, assim, submete o pensamento da criança ao rigor da ciência médica, vigiando-o, controlando-o, normalizando-o.

Trata-se, portanto, de um ensino que seria capaz de livrar a nação brasileira da indisciplina, incivilidade e moléstias diversas que afligiam a população. O que justifica o esforço de Luiz Antonio para descrever as medidas de higienização que seriam essenciais para viabilizar um ensino que fosse sob medida.

Para nós, o ensino de Luiz Antonio, uma vez adotado pelas instituições escolares, até conseguiria ser na medida de cada individualidade, haja vista que se mostrava voltado para os variados casos de anormalidades mentais infantis constatados. No entanto, acreditamos que a concepção educacional do pensador tem seus limites – os quais, ao longo do trabalho do potiguar, a nosso ver, constituíram empecilhos para que o seu pensamento pudesse, de fato, ser posto em prática no ambiente da escola.

No nosso entender, a concepção educacional analisada valorizou somente os aspectos do ensino que deveriam ser abordados pelos médicos e professores escolares, pontuando os itens que deveriam ser levados em consideração, de modo que se tornassem alvos de observação. Com isso, as medidas de higienização das mentes, a serem postas em prática no ambiente escolar, foram elencadas de forma pontual. Ou melhor: Luiz Antonio demonstrou uma preocupação maior em relatar todas as práticas de higienização que deveriam ser implementadas na escola do que o modo pelo qual essas medidas deveriam ser postas em prática pelos médicos e professores.

Sendo assim, concluímos que o autor conseguiu atingir todos os matizes do *ensino sob medida* que defendeu, pois todas as medidas de higienização das mentes dos escolares que ele julgava importantes para que a prática educativa fosse completa foram relatadas. No entanto, observamos uma carência de detalhes que pudessem explicar ao leitor da obra “como” as medidas de higienização deveriam ser praticadas.

Em contrapartida, nossa crítica perde o sentido quando nos remetemos à explicação de Luiz Antonio dos Santos Lima sobre o processo de escrita da sua tese de doutoramento.

Para ele, dos sacramentos finais do curso médico, a escrita da tese se caracterizou como praxe obsoleta, dispensável, dispendiosa e improfícua, que conferia o título de doutor quando os vigores intelectuais e financeiros já estavam esgotados. Diferentemente do diploma, do anel e do retrato – que apresentavam as vantagens de serem uma formalidade regulamentar da profissão, um cartão de apresentação e uma recordação, respectivamente –, a tese de doutoramento constituía “uma imposição deshumana” (LIMA, L., 1927b, p. 4) pela qual os concluintes dos cursos de medicina tinham que passar.

Foi com essa desmotivação que Luiz Antonio escreveu a sua “Hygiene Mental e Educação”. Tal descontentamento explica o modo pelo qual as práticas de higienização foram relatadas pelo autor: a ênfase no mero caráter descritivo, em detrimento do seu caráter explicativo.

Para nós, a exploração da obra “Hygiene Mental e Educação”, o conhecimento da forma como está organizada e a investigação do modo de pensar de Luiz Antonio e das alternativas que propôs para a educação do Brasil do início do século XX foram de suma importância por nos mostrarem o discurso médico e educacional de uma época.

Um discurso que, aliado ao pensamento foucaultiano sobre a sociedade disciplinar do início do século XX, fez-nos entender a prática educativa como uma medida disciplinadora, capaz de normalizar os comportamentos desviantes do padrão a partir do controle, da vigilância e da correção. Assim, concluímos que a concepção de *ensino sob medida* de Luiz Antonio enquadrou-se numa forma de poder que seria exercida pela instituição escolar.

A escola foi o local ideal pensado pelo potiguar para que as práticas de higienização das mentes, esse instrumento disciplinar, pudessem exercer uma governamentalidade diante das mentes escolares. A perspectiva era fazer com que a criança, a partir do controle, da vigilância e da correção por parte da equipe de médicos e de professores, fosse capaz de se autocontrolar, se autovigiar e se autocorrigir.

Assim, na medida em que o médico e educador Luiz Antonio dos Santos Lima propôs alternativas higienistas para a prática pedagógica da sociedade do século XX, constituindo o seu ideário médico-pedagógico, ele deixou suas marcas num legado médico, mas mais precisamente num legado educacional que marcou a História da Educação do Brasil e a História da Educação do Rio Grande do Norte. Isso porque esse pensador, como médico e educador higienista que foi, mostrou-se um produtor de discurso sobre a infância e a educação escolar brasileiras do início do século XX. Seu discurso educacional, que dá ao saber médico-científico a relevância articuladora das mudanças sociais, está intimamente imbricado à figura que ele foi e à atuação profissional que teve.

Acreditamos que, mesmo tendo estudado a concepção de *ensino sob medida* pensada por Luiz Antonio, ainda não se esgotaram as possibilidades de estudos sobre a figura desse profissional e sobre o legado deixado por ele. Notamos que na área médica, por exemplo, pode-se investigar, nos seus pormenores, a trajetória profissional do potiguar, incluindo aí o legado médico que deixou, já que ele fundou um hospital importante para a cidade do Natal, a Liga Contra o Câncer. Na área educacional, por sua vez, é possível investigar a repercussão que as obras “Higiene Mental e Educação” e “Educação Sexual”, ambas escritas por Luiz Antonio, tiveram no estado do Rio Grande do Norte; ou, ainda, estudar a proposta da obra “Educação Sexual”, abordando os aspectos do movimento higienista presente no discurso normalizador e o modo como a educação para a sexualidade deveria se dar.

E, por fim, concluímos esse trabalho ávidos de que a análise das formulações teóricas que Luiz Antonio dos Santos Lima teceu para os campos da educação brasileira seja proveitosa para desvendar parte da nossa historiografia educacional que se encontrava esquecida por alguns e desconhecida por muitos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 2006a.

_____. **História da Educação e da Pedagogia**: geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 2006b.

ARCE, Alessandra; OLIVEIRA, Priscila Marília de. A “Coleção Biblioteca de Educação” e a concepção de criança e desenvolvimento infantil: uma análise das obras escritas por Claparède, Piéron, Binet & Simon e por Lourenço Filho.

Cadernos de História da Educação, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 595-614, jul./dez. 2012.

ARCE, Alessandra; SIMÃO, Rosimeire. A psicologia da criança e a pedagogia funcional de Édouard Claparède e a pedagogia dos jardins de infância de Friedrich Froebel: continuidades e rupturas no pensamento de dois autores defensores de uma escola progressista. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n.28, p.38 –56, dez. 2007.

ARAÚJO, Marta Maria de. A educação escolar citadina (Rio Grande do Norte, 1924-1927). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves. **Reformas educacionais**: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946). Campinas, SP: Autores Associados, 2011. p. 139-154.

ARAÚJO, Marta Maria de; PAIVA, Marlúcia Menezes de. Que projetos republicanos de escola primária? (Rio Grande do Norte, 1907-1930). In: ARAÚJO, José Carlos Souza (Org.). **Escola primária na Primeira República (1889-1930)**: subsídios para uma escola comparada. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012. p. 151-174.

AREND, Sílvia Fávero. Meninas: trabalho, escola e lazer. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 65-83.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Escolarização da infância no Sergipe republicano. In: PAIVA, Marlúcia Menezes de; VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira de; MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. **Infância, escolarização e higiene no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2011. p. 39-64.

AZEVEDO, Crislane Barbosa; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Escola da ordem e do progresso**: grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte. Brasília: Líber Livro, 2012.

BALL, Stephen. (Org.). **Foucault y la Educación**: disciplinas y saber. Madrid: Morata, 1993.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História**: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**: de 1889 a 1930. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; STEPHANOU, Maria. **Histórias e memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 68-76.

BOARINI, Maria Lúcia (Org.). **Desafios na atenção à saúde mental**. Maringá: EDUEM, 2000.

_____. **Higiene e raça como projetos**: higienismo e eugenia no Brasil. Maringá: EDUEM, 2003.

_____. A Higiene Mental e o Saber Instituído. **Mnemosine**. v. 3, n. 1, p. 3-17, 2007.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Psicologia e Educação nas primeiras décadas do século XX: o diálogo com pioneiros na França e na Suíça, o olhar sobre a cultura brasileira. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005. Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: ANPEd, 2005.

CARDOSO, Rejane (Org.). **400 nomes de Natal**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 2000.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. Natal: RN Econômico, 1999.

_____. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.

_____. **O tempo e eu**: confidências e proposições. Natal: EDUFRN, 1997.

CLAPARÈDE, Édouard. **A escola sob medida**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Cómo diagnosticar las aptitudes en los escolares**. Madrid: Aguilar, 1950.

COSTA, Karoline Louise da; MORAIS, M. A. C. O Professor Luiz Antonio dos Santos Lima e sua prática educativa nas instituições escolares (Natal/RN, 1910-1930). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8., 2010, São Luís, MA. **Anais...** São Luís, MA: Editora da Universidade do Maranhão, 2010.

COSTA, Karoline Louise da. **Luiz Antonio dos Santos Lima**: um educador higienista no Rio Grande do Norte (1910-1941). Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

DIAS, Allister Andrew Teixeira. Páginas de ciência, crime e loucura: a trajetória e o projeto médico-intelectual de Heitor Carrilho (1930-1945). **Temporalidades**, Belo Horizonte, vol. 3, n. 2, ago./dez. 2011.

DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUMAS, Fernando. A eugenia em cena: dois estudos sobre a questão. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. II, n. 3, nov./fev. 1996.

FERREIRA, Antônio Gomes. A higiene e o investimento médico na educação da infância. In: GONDRA, José. **História, infância e escolarização**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002. p. 96-109.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault revoluciona a pesquisa em Educação?. In: _____. **Trabalhar com Foucault**: arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 73-96.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. São Paulo: Forense Universitária, 2012.

_____. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988a.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. Technologies of the self. In: GUTMAN, Huck; HUTTON, Patrick; MARTIN, Luther. **Technologies of the self: a seminar with Michel Foucault**. Amherst: University of Massachusetts Press, 1988b. p. 16-49.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GADOTTI, Moacir. O pensamento pedagógico da Escola Nova. In: _____. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1999. p. 142-157.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; MAGALHÃES, Justino Pereira de. O local na História da Educação: o município pedagógico em Portugal e Brasil. In: ARAÚJO, Marta Maria de (Org). **História(s) Comparada(s) da Educação**. Brasília: Líber Livro, 2009. p.161-198.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

_____. A emergência da infância. In: PAIVA, Marlúcia Menezes de; VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira de; MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. **Infância, escolarização e higiene no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2011a. p. 83-110.

_____. Higienização da infância no Brasil. In: _____. **História, infância e escolarização**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002. p. 110-133.

_____. Paul-Michel Foucault – uma caixa de ferramentas para a História da Educação?. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Pensadores sociais e História da Educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011b. p. 293-318.

HAMELINE, Daniel. **Édouard Claparède**. Recife: Massangana, 2010.

_____. Prospects: the quarterly review of comparative education. In: _____. **Édouard Claparède (1873-1940)**. Paris, UNESCO: International Bureau of Education, 1993. Disponível em: http://www.ibe.unesco.org/fileadmin/user_upload/archive/publications/ThinkersPdf/clapar ee.pdf, acesso em 03 de maio de 2013.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Le Goff, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão (et al.). Editora da Unicamp, Campinas, 1990. p. 462-553.

LIMA, Luiz Antonio dos Santos Lima. **Educação Sexual**. [S.l.: s.n.], 1927a.

_____. **Higiene Mental e Educação**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1927b.

LIMA, Pedro de. **Natal do século XX**: do urbanismo ao planejamento urbano. Natal: EDUFRN, 2001.

LIMA, Tânia Andrade. Humores e odores: ordem corporal e social no Rio de Janeiro, século XIX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. II, n. 3, p. 44-97, nov./fev. 1996.

MARINHO, Márcia. **Natal também civiliza-se**: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque natalense. Natal: EDUFRN, 2011.

MARSHALL, James. Foucault y la investigación educativa. In: BALL, Stephen J. (Org.). **Foucault y la Educación**: disciplinas y saber. Madrid: Morata, 1993. p. 15-32.

MEDEIROS FILHO, João. **Contribuição à história intelectual do Rio Grande do Norte**. Natal: Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, 1983.

MELO, Veríssimo de. **Patronos e Acadêmicos**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1972.

MENEZES, Antônio Basílio Novaes Thomaz de. **Nestor dos Santos Lima e a modernidade educacional**: uma história e um discurso (1911-1928). 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2003.

MIGUEL, Raquel de Barros; RIAL, Carmen. Lazer: programa de mulher. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 148-168.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SAVIANI, Dermeval et al (Org.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

NUNES, Clarice. (Des)encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 371-398.

OLIVEIRA, Valdemar de. **Higiene e puericultura**. Rio de Janeiro: Editora do Brasil S.A., [192_?].

PAIVA, Marlúcia Menezes de. Práticas socioeducativas da Arquidiocese de Natal com a infância pobre. In: PAIVA, Marlúcia Menezes de; VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira de; MEDEIROS NETA, Olívia Morais de. **Infância, escolarização e higiene no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2011. p. 163-182.

PETERS, Michael; BESLEY, Tina (Org.). **Por que Foucault?**: novas diretrizes para a pesquisa educacional. Porto Alegre: Artmed, 2008.

RAMOS, Arthur. O hábito e a aprendizagem social. In: _____. **Introdução à Psicologia Social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Carioca, 1957. p. 45-58.

_____. **Saúde do Espírito**: higiene mental. Serviço de educação e saúde. 3. ed. Rio de Janeiro: Coleção Serviço de Propaganda de Educação Sanitária, 1944.

RAMOS, Jane Karoline Carvalho de Aguiar. **Nestor Lima e a modernização conservadora da gestão educacional no Rio Grande do Norte entre 1924-1928**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2009.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Saúde Mental no Brasil**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes**: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século XX. In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 210-230.

SARINHO, Clóvis Travassos. **Perfis de médicos do Rio Grande do Norte**. Natal: Nordeste Gráfica, 1984.

SAVIANI, Dermeval. Desenvolvimento das ideias pedagógicas leigas: ecletismo, liberalismo e positivismo. In: _____. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011a. p. 115-186.

_____. Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova. In: _____. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011b. p. 195-276.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 15-42.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOUSA, Francisco Carlos Oliveira de. Resíduos do progresso: urbanização, modernidade e limpeza pública em Natal na primeira república. SIMPÓSIO

NACIONAL DE HISTÓRIA/ANPUH, 2009, Fortaleza, CE. **Anais...** Fortaleza, CE, 2009, p. 1-11.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte: 1889-1930**. Natal: EDUFRRN, 2008.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 399-422.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História e como Foucault revoluciona a História**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e o processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 497-518.

WANDERBROOCK JR., Durval. **A educação sob medida: os testes psicológicos e o higienismo no Brasil (1914-1945)**. 2007. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.